



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <i>18.07.2023</i>			
GRUPOS POLITICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	14		
PS	3		
PSD	1		
EO	3		
CDU	1		
IL	1		
CH	1		
PAN	1		
INOVAR ALGÉS	—		
INOVAR BARCARENA	—		
INOVAR CARNAXIDE QUEIJAS	—		
INOVAR OEIRAS PAÇO DE ARCOS CAGIÁS	1		
INOVAR PORTO SALVO	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO			

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 14ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 20 DE JUNHO DE 2023

ATA Nº. 16 / 2023

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. APROVAÇÃO DE ATAS
 - 3.2.1. ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DEZASSEIS DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – ATA NÚMERO TREZE, DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS
 - 3.2.1.1. VOTAÇÃO
 - 3.3. VOTO DE LOUVOR AO CLUBE DO MAR COSTA DO SOL, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD
 - 3.3.1. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
 - 3.3.2. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
 - 3.3.3. VOTAÇÃO
 - 3.4. MOÇÃO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV
 - 3.4.1. VOTAÇÃO DA ADMISSÃO DA MOÇÃO
 - 3.4.2. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
 - 3.4.3. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 3.4.4. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.4.5. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
 - 3.4.6. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)

- 3.4.7. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.4.8. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.4.9. SR^a. DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL)
- 3.4.10. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.4.11. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.4.12. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.4.13. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.4.14. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IN-OV)
- 3.4.15. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 3.4.16. VOTAÇÃO
- 3.4.16.1. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.5. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.6. SR^a. DEPUTADA TERESA CARVALHO (CDU)
- 3.7. SR^a. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
- 3.8. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.9. SR^a. DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL)
- 3.10. SR^a. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 3.11. SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU)
- 3.12. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 3.13. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 3.14. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
- 3.15. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO) - INTERPELAÇÃO À MESA
- 3.16. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.17. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.18. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.19. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO) - INTERPELAÇÃO À MESA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 3.20. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.21. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 457/2023 – DMEDSC/DDS/DCS – RELATIVA À ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO, PARA DAR RESPOSTA À MERCEARIA SOCIAL
 - 4.1.1. VOTAÇÃO
 - 4.1.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 466/2023 – DMEDSC/DDS/DCS – RELATIVA AO APOIO ÀS JUNTAS E UNIÕES DE FREGUESIAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE APOIO AOS CUSTOS OPERACIONAIS DA IMPLEMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO E APOIO SOCIAL AOS MUNICÍPES MAIS VULNERÁVEIS
 - 4.2.1. VOTAÇÃO
- 4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 467/2023 – DMEDSC/DDS/DCS – RELATIVA AOS ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIA E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA – 1.º TRIMESTRE DE 2023
 - 4.3.1. VOTAÇÃO
- 4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 475/2023 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – RELATIVA À FEIRA DAS FESTAS DE OEIRAS 2023 – RECONHECIMENTO DE BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO DE REDUÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DEVIDA PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO
 - 4.4.1. VOTAÇÃO

- 4.5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 478/2023 – DMAG/DFP – RELATIVA À SEGUNDA ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BPI
- 4.5.1. VOTAÇÃO
- 4.6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 485/2023 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – RELATIVA AOS CONCERTOS THE WEEKND, MAROON 5, DEF LEPPARD E MÖTLEY CRÜE E HARRY STYLES – ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À EVERYTHING IS NEW, APOIO LOGÍSTICO E ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS
- 4.6.1. VOTACÃO
- 4.7. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 487/2023 – GAP – RELATIVA ÀS MEDALHAS DE MÉRITO MUNICIPAL E MEDALHAS DE HONRA
- 4.7.1. VOTAÇÃO
5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
- 5.1. SR^a. MARIA ISABEL BLOM, MUNÍCIPE DE OEIRAS
- 5.2. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.3. SR^a. MARIA HELENA VIEIRA DE ABREU, MUNÍCIPE DE ALGÉS
- 5.4. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 5.5. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.6. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 5.7. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.8. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 5.9. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----ATA DA 14ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA -----

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 20 DE JUNHO DE 2023 -----

-----ATA Nº. 16 / 2023 -----

----- Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segunda Secretária a Senhora Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, em substituição do Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio.-----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e vinte minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Décima Quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Jorge Manuel Madeiras Silva

Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Teresa Amélia do Carmo Carvalho, Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, Francisco O'Neill Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d' Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.-----

-----Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio e António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação Democrática Unitária. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte e Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 457/2023 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa à Atribuição de comparticipação financeira à União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, para dar resposta à mercearia social;-----
2. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 466/2023 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa ao Apoio às Juntas e Uniões de Freguesias para a operacionalização de apoio aos custos operacionais da implementação da intervenção e apoio social aos munícipes mais vulneráveis;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 467/2023 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa aos Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniões de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância – 1.º Trimestre de 2023; -----

4. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 475/2023 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa à Feira das Festas de Oeiras 2023 – Reconhecimento de benefício tributário de redução do pagamento de taxa devida pela ocupação do espaço público; -----

5. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 478/2023 – DMAG/DFP – relativa à Segunda Adenda ao Contrato de Empréstimo BPI; -----

6. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 485/2023 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa aos Concertos The Weeknd, Maroon 5, Def Leppard e Mötley Crüe e Harry Styles – Atribuição de comparticipação financeira à Everything is New, apoio logístico e isenção de taxas municipais; -----

7. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 487/2023 – GAP – relativa às Medalhas de Mérito Municipal e Medalhas de Honra. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão, dizendo o seguinte: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Antes de mais, queria dar-vos uma informação, porque não me quero esquecer. A Câmara enviou-nos hoje bilhetes para um espetáculo no dia vinte e três e enviou para todos os membros da Assembleia e também para qualquer elemento que tenha vindo a pelo menos uma reunião. Esses bilhetes estão no gabinete ali ao lado, portanto no intervalo, se quiserem fazer o favor de os levantar agradecia, porque são para dia vinte e três. Há bilhetes para todos e depois, provavelmente, os líderes dos grupos políticos responsabilizam-se por entregar os que estão... e que não estão hoje aqui na Assembleia, ou não sei. Depois combinam com a Doutora Alda, porque

é ela que tem os bilhetes. -----

-----Iria pôr à vossa consideração as atas. Temos para aprovar a ata número treze, da reunião realizada no dia dezasseis do cinco, de dois mil e vinte e três. Não? E as outras não? Não tiveram tempo. Sim, realmente foi posto um “bocadinho” em cima da hora, mas ficam para a próxima reunião. Portanto a número treze... No que diz respeito à ata catorze e à número quinze, Dona Cristina, teremos de pôr para a próxima reunião.” -----

3.2. APROVAÇÃO DE ATAS -----

3.2.1. Ata da Décima Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a dezasseis de maio de dois mil e vinte e três – Ata número treze, de dois mil e vinte e três -----

3.2.1.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho), um do Partido Chega



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

(Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Inovar Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva e José Maria Godinho Montezo, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, do Partido Iniciativa Liberal e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, não estavam presentes na altura da votação. --- -----

----- Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação Democrática Unitária, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

3.3. VOTO DE LOUVOR AO CLUBE DO MAR COSTA DO SOL, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD-----

----- A Senhora Presidente da A.M. deu o Voto de Louvor mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “O Clube do Mar Costa do Sol, com sede em Caxias, iniciou a sua atividade em dois mil e um, tendo como objetivos formar e promover a prática desportiva, recreativa e cultural no domínio do mar. -----

----- Oeiras, com uma frente marítima de reconhecida beleza e defendendo esta sua riqueza, que é o Mar, justifica a existência destas Associações, que valorizam esta nossa riqueza e

desenvolvem as modalidades náuticas, bem como a sensibilização dos cidadãos na defesa do Mar.

-----Além do mais, esta Associação merece destaque ainda porque, para além do seu trabalho diário em prol das modalidades que promove, participou com onze atletas no Campeonato Regional de Velocidade (Bacia do Tejo), no CAR de Montemor-o-Velho, tendo conquistado nove medalhas, sendo quatro de ouro, uma de prata e quatro de bronze, para além de quatro títulos de Campeão Regional de Pista.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Oeiras delibera aprovar um Voto de Louvor ao Clube e aos seus atletas por tão honrosa participação. -----

-----Mais delibera que o mesmo seja comunicado ao Clube e, por seu intermédio, aos atletas medalhados.”-----

3.3.1. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte:-----

-----“Nós, relativamente a este voto de louvor do Partido Social Democrata, queríamos recordar o PSD do dia vinte e um de junho, de vinte e dois, em que apresentámos uma moção sobre a UDR (União Desportiva e Recreativa de Algés) e nesse momento, o Senhor de Deputado Jorge Pracana (PSD) (era uma moção, não era um voto de louvor), fez a seguinte intervenção: “Para mim, a única pecha que esta moção apresenta e convidava, se assim fosse entendido, que o proponente retirasse, para não ter que identificar todas as associações e todos os atletas que porventura tiveram, felizmente são muitos, êxitos desportivos, a referência explícita à União Desportiva e Recreativa de Algés sem prejuízo, naturalmente, de reconhecermos a importância da mesma, do seu trabalho e o mérito das vitórias”. -----

-----Bom, isto tudo para dizer o seguinte: o mesmo PSD que entendeu que uma moção, ou que um voto de louvor que nós apresentámos, não devia identificar nenhuma associação desportiva de forma específica, é exatamente o mesmo PSD que um ano depois, vem apresentar dia vinte (faria amanhã um ano, vinte de junho, de vinte e três), um voto de louvor em exclusivo sobre uma associação. Portanto, da nossa parte, nós não temos nada a obstar a este voto de louvor, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

queremos dizer que não entendemos que haja um princípio no dia vinte e um de junho, de vinte e dois e um princípio completamente diferente no dia vinte de junho, de vinte e três. Ou consideramos todas as associações desportivas e todos os atletas da mesma forma como foi defendido em junho de vinte e dois pelo PSD, ou então este voto de louvor pelo qual nos pronunciamos de forma favorável, vai pecar pela ausência de grandiosidade de que o PSD nos acusou há um ano atrás. -----

----- Muito obrigado.” -----

3.3.2. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) observou o seguinte: -----

----- “Não esperava esta intervenção da Senhora Deputada Alexandra Moura (PS), mas compreendo, só não a entendo, porque, de facto, não podemos confundir “alhos com bugalhos”. Uma coisa é uma moção como foi a apresentada, com carácter genérico, (Senhora Deputada, calma, já lhe respondo...), ou é um voto de louvor e um voto de louvor é algo de personalizado, porque senão não é louvor nenhum, não há hipótese. São questões completamente distintas e nem o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), nem o PSD são esquecidos. Agora, entendem de forma distinta, coisas distintas e, como tal, fico muito satisfeito que o PS vá votar favoravelmente este voto de louvor (nem seria de esperar outra coisa) e mantemos o mesmo porque não há aqui tratamento diferenciado para coisas que são naturalmente distintas.” -----

3.3.3. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Louvor, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves

Gonçalves, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----Os Senhores Deputados José Maria Godinho Montezo, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, do Partido Iniciativa Liberal e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, que a seguir se transcreve: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 66/2023** -----

-----**VOTO DE LOUVOR AO CLUBE DO MAR COSTA DO SOL, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um Voto de Louvor ao Clube Mar Costa do Sol e aos seus atletas pela sua participação no Campeonato Regional de Velocidade (Bacia do Tejo), no CAR de Montemor-o-Velho, tendo conquistado nove medalhas, sendo quatro de ouro, uma de prata e quatro de bronze, para além de quatro títulos de Campeão Regional de Pista, bem como comunicar ao Clube este Voto e, por seu intermédio, aos atletas medalhados.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.4. MOÇÃO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** deu a Moção mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “Considerando que:-----

----- Em dois mil e quinze, no âmbito do Programa Aproximar do XIX Governo Constitucional, o Município de Oeiras assinou com o Governo da República um contrato interadministrativo de delegação de competências no domínio da educação, pelo qual assumiu responsabilidades até então detidas exclusivamente pelo Ministério da Educação e da Ciência;---

----- Aí se previa, então, que, no prazo máximo de um ano, se realizaria uma análise do estado de conservação dos treze edifícios escolares indicados no contrato, para subsequente planeamento das intervenções de reabilitação a executar pelo município, com financiamento do Ministério da Educação; -----

-----Dando seguimento ao estipulado no contrato, o município de Oeiras procedeu ao levantamento das necessidades, tendo o mesmo sido remetido ao Ministério da Educação, que do Ministério da Educação apenas se recebeu como resposta um estranho silêncio e que, do referido plano de reabilitação, nada mais se soube, até que, em dois mil e dezanove, findou o Programa Aproximar; -----

-----Em sua substituição, se iniciou um processo de transferência de competências para as autarquias locais no domínio da educação, concretizado com a publicação do Diário de Lisboa número vinte e um/dois mil e dezanove (Diário de Lisboa? Da República), de trinta de janeiro, que determinou ser competência do Ministério da Educação o financiamento quer da reabilitação dos tais treze equipamentos escolares transferidos para a esfera de competência municipal, quer da simples manutenção, cabendo à autarquia a execução dessas ações com o financiamento disponibilizado; -----

-----Se o DL (deve ser, também...) número vinte e um/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro é suficiente e bastante para que a autarquia proceda à inscrição do edificado escolar na conservatória do registo predial a favor do município, processo que está em curso, já o montante disponibilizado pelo Governo da República para manutenção das escolas se revelou claramente desadequado, face ao estado de degradação a que esses equipamentos chegaram após de décadas de total inação; -----

-----Os instrumentos de financiamento das grandes obras de reabilitação não chegaram, alguma vez, a ser disponibilizados e, estranhamente, continuam sem aparecer; -----

-----Em vinte e dois de julho de dois mil e vinte e dois, o Governo assinou um Acordo Sectorial com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do qual se prevê o financiamento a cem por cento das obras de requalificação das escolas transferidas para os municípios e que surgem listadas no Anexo I desse acordo; -----

-----Das treze escolas transferidas para o Município de Oeiras apenas onze surgem aí



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

listadas, pelo que, recentemente, em sede de Comissão de Acompanhamento da transferência de competências, Oeiras deliberou a inclusão das duas escolas em falta, disso tendo dado conta ao Senhor Secretário de Estado da Educação em ofício que já lhe foi remetido; -----

----- Nesse Acordo Sectorial é mencionado que o financiamento das obras de reabilitação geral é garantido com recurso ao PRR, ao PT Dois Mil e Trinta e ao Orçamento do Estado, através de empréstimo contraído junto do Banco Europeu do Investimento; -----

----- Mais uma vez, estranhamente, o silêncio foi tudo o que se obteve do Governo, após a sua assinatura até que, em março de dois mil e vinte e três, a CCDRLVT publicou um aviso de abertura de candidaturas, cujo prazo finda a trinta de junho próximo e para o qual são elegíveis as escolas listadas no Anexo I do Acordo Sectorial; -----

----- Este aviso tem uma dotação de cerca de um vírgula cinco milhões de euros, enquanto a reabilitação de cada uma das escolas em causa ascende a vários milhões de euros; -----

----- A título de exemplo, das escolas transferidas, Oeiras tem já concluído o projeto de execução para a reabilitação da Escola Secundária Professor José Augusto Lucas, em Linda-a-Velha, cuja intervenção está estimada em onze milhões de euros, numa clara demonstração de que aquilo que o Governo da República se dispõe a oferecer é uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma; - -----

----- A ausência de dotação dos meios indispensáveis à Delegação de Competências no Domínio da Educação é idêntica ao que sucede no Domínio da Saúde; -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em Assembleia Extraordinária Número catorze/dois mil e vinte e três, realizada em vinte de junho, delibera: -----

----- Um. Exigir ao governo o cumprimento das responsabilidades assumidas no Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação, assinado em dois mil e quinze e as que resultam da aplicação do Decreto-Lei número vinte e um/dois mil e dezanove, nomeadamente-----

-----Dois. Solicitar ao governo a prorrogação do prazo para a transferência de competências nas áreas da saúde e educação, enquanto as novas transferências não tiverem a garantia comprovada da dotação com os meios indispensáveis; -----

-----Esta moção deve ser enviada ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro Ministro do XXII Governo da República Portuguesa; aos líderes das bancadas dos partidos representados na Assembleia da República, à CCDRLVT, publicitada no sítio da Assembleia Municipal e, em pelo menos, um jornal diário de expansão nacional.” -----

3.4.1. VOTAÇÃO DA ADMISSÃO DA MOÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação a admissão da Moção, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados José Maria Godinho Montezo, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, que a seguir se transcreve:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 67/2023** -----

----- **ADMISSÃO DA MOÇÃO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, admiti-lo a discussão. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.4.2. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) observou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Pretendia antes de poder fazer a minha intervenção sobre este assunto, solicitar ao Senhor Vice-Presidente se tem alguma informação da reunião existente entre o Município de Oeiras, onde esteve presente o Senhor Vereador Pedro Patacho e a Senhora Vereadora Filipa Laborinho, com o Secretário de Estado em abril deste ano, que foi exatamente (ou um dos temas sobre o qual a reunião se debruçou) sobre a questão da escola que aqui está presente, porque acho que este esclarecimento é devido, para podermos analisar melhor aquilo que esta moção aqui traz.”

3.4.3. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados. -----

-----O feedback que nós temos da reunião é o compromisso de dotar financeiramente com os recursos necessários para as intervenções. Compromisso verbal do Governo, até agora. É esse feedback que nós temos e que foi feito o acordo posterior com a Associação Nacional de Municípios, para dotar das verbas suficientes para a transferência de competências. Foi essa a questão.” -- -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

3.4.4. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“O do Senhor Vice-Presidente? O meu ouvem. Francisco, tem de... -----

-----Muito obrigada. Quem pretende usar da palavra sobre o assunto desta moção? Não há mais intervenientes? Então faça favor, faz a Senhora a despesa toda.”-----

3.4.5. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) interveio e disse o seguinte: --

-----“Muito obrigada mais uma vez, Senhora Presidente. -----

-----Nós temos alguma dificuldade em compreender o texto desta moção, especialmente porque ele não vai ao encontro daquilo, nem da explicação que foi dada (que é diminuta), por parte do Senhor Vice-Presidente, nem daquilo que é o nosso conhecimento sobre a reunião. Estes considerandos que aqui estão até são interessantes, não é? Eu acho muito interessante que o IN-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

OV agora venha fazer uma colagem à competência de transferências realizada pelo Governo do Pedro Passos Coelho, que foi como sabemos uma transferência de competências bastante discutida no país (e Oeiras até foi palco de um momento político governativo muito importante, com a presença de vários secretários de estado) e é interessante que agora venham dizer que esta transferência de competências era, de facto, muito boa, porque ela tem em si uma diferença muito grande para a atual: é que o património mantém-se sempre na transferência anterior, mantém-se sempre na dependência do Estado Central, coisa que com o novo decreto-lei, já é completamente distinto. --- -----

----- Portanto, nós temos que perceber exatamente o que é que o Município ou a bancada do IN-OV efetivamente querem com esta moção. Pretendem efetivamente que haja uma transferência de competências e que o património seja... e que sejam pagas as contas “fifty-fifty” (que era mais ou menos o que estava pensado), que era o que se passava e é esse o acordo que nós temos assinado, ou pretende (que é aquilo está neste momento assinado), o pagamento a cem por cento, que é o que está acordado e que foi dito pela voz do Senhor Secretário de Estado ao Senhor Vereador Pedro Patacho, é que caso a escola tenha, ou caso o Município tenha os projetos prontos para dar entrada no momento em que as candidaturas abram, que será financiado a cem por cento. Foi isto que o Senhor Secretário de Estado disse ao Senhor Vereador Pedro Patacho. Era isto supostamente que eu estaria à espera que o Senhor Vice-Presidente dissesse. -----

----- Dizer ainda que este novo anúncio é para ir repescar um milhão e meio de verba, remanescente que existe do PT Vinte Vinte e, portanto, não é no PT Vinte Vinte que vamos encontrar financiamento para uma escola que precisa de onze ou doze milhões de obra, numa candidatura. Temos que esperar pela candidatura adequada. Eu não consigo perceber, mas talvez o Senhor Deputado António Balcão Vicente (IN-OV) me possa clarificar, porque eu não consigo perceber qual é que é a intenção disto. -----

----- O que é que afinal a Câmara Municipal quer? Quer manter o acordo anterior e portanto,

paga cinquenta por cento da obra, ou quer o acordo atual que tem com o Senhor Secretário de Estado e tem o projeto pronto, o que, aliás, já afirmámos aqui várias vezes, até no dia trinta de maio a propósito da educação, nós fizemos essa chamada de atenção ao Senhor Presidente, que era bom que o projeto estivesse pronto, para garantir que o financiamento fosse a cem por cento. É isso que nós precisamos de perceber para podermos, obviamente, estarmos todos a falar mais ou menos em sintonia. Pelos vistos, há aqui uma dessintonia até entre a própria bancada e o próprio Executivo da Câmara, porque não houve uma passagem de informação que garantisse que o Executivo soubesse ou, aliás, que a bancada soubesse exatamente o que é que foi acordado com o Senhor Secretário de Estado.” -----

3.4.6. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Bom, a intervenção da Senhora Deputado Alexandra Moura (PS) - e hoje, de facto, há aqui um “tête-à-tête” - enfim, debruça-se de facto sobre questões técnicas, mas não deixa de ter naturalmente uma base política em relação a esta questão. Tão política é, que quase dez anos depois, tinha que vir invocar o nome de Pedro Passos Coelho. Enfim, o nome... -----

-----O que eu quero dizer é o seguinte: aquilo que a informação que o Senhor Vice-Presidente aqui nos transmitiu, foi a informação possível surgida dessa reunião. O problema é que Portugal, os portugueses e todos nós, nesta bancada, nesta Assembleia, estamos fartos das trapalhadas do PS e portanto, este documento que está agora a ser apreciado, naturalmente que é reforçar e pôr os “pontos nos is”, relativamente a uma questão que é pertinente para a Câmara Municipal ou seja, no fundo, o que se pretende com isto, é que “preto no branco” fique claramente definido que o Governo, de facto, irá cumprir aquilo que verbalmente já acordou, mas que até agora, ainda não foi reduzido a escrito. No fundo, eu julgo que este documento é de leitura fácil e de interpretação mais fácil ainda, e não se entendem as dúvidas do Partido Socialista, a não ser por outras razões que não meramente técnicas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O que entendemos, de facto, é que esta escola exige rapidamente reparações, que a Câmara pretende que elas sejam feitas, naturalmente, enfim, sob a responsabilidade financeira do Estado (do Governo Central) e no fundo, esta moção não é mais do que isso, é dar a conhecer aquilo que..., e surgiu no fundo, como uma forma de pressão desta Assembleia relativamente a este tema, porque este tema é algo que interessa a todos os oeirenses em geral e em particular aos alunos e ao corpo docente daquela escola.”-----

3.4.7. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhores deputados queria lhes pedir um favor: não conversem entre vós, porque esta sala tem uma boa acústica e o ruído, o som que fazem aí, se aqui se ouvem bem as vossas vozes, quer dizer que quando conversam entre vós, também aqui se houve bastante. Não sei se..., mas sim, deve de fazer confusão a todos, por isso, eu agradecia que não falassem entre vós.-----

----- Temos inscrito o Senhor Deputado António Vicente (IN-OV). Faça favor.”-----

3.4.8. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) observou o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Muito boa tarde, Senhoras e senhores deputados, Senhor Vice-Presidente, senhoras vereadoras (é engraçado hoje dizer só “senhoras vereadoras”, é com muito gosto que o faço), colaboradoras desta Assembleia, munícipes que nos estejam a ver através das diversas plataformas ou presencialmente.-----

----- Senhora Deputada Alexandra Moura (PS), eu tenho consciência que a Senhora Deputada reconhece que eu escrevo de forma clara, da mesma forma que eu reconheço que a Senhora Deputada lê como uma clareza inaudita. Ora, isso leva-me a ficar surpreendido, pelo facto de da leitura daquilo que eu escrevi, ter ficado com tantas dúvidas.-----

----- Há muitos anos, um amigo meu que infelizmente, já não está entre nós, dizia em jeito de brincadeira, mas que eu tomava muito a sério, dizia ele que: “o que faz mover o mundo é o

cifrão, o resto é música celestial”. Ele não deixava - apesar de bastante materialista confesso - de ter alguma razão e é isso que está em cima da mesa nesta moção, porque aquilo que a moção apenas pede, é exigir ao Governo o cumprimento das responsabilidades assumidas através de dois diplomas e solicitar que enquanto essas garantias não estiverem efetivamente assumidas e não através de “trinta e um de boca”, as coisas não avancem. Ora, até ao momento, a única coisa que temos concreta e palpável, é a abertura de um concurso, de facto, para utilizar o remanescente do vinte-vinte, que é de um milhão e meio de euros.” -----

3.4.9. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Antes de mais, gostava só de pedir à Senhora Presidente um “bocadinho” mais de... ou seja, eu tenho ideia que me inscrevi primeiro que o Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV) e, portanto, só por uma questão de lógica, se essa ordem pudesse ser cumprida, agradecia-lhe imenso.

-----Em relação à moção aqui apresentada, eu consigo compreender algumas das questões que a Senhora Deputada Alexandra Tavares Moura (PS) colocou, nomeadamente relativamente à questão do financiamento, do que foi acordado e que, de facto, impõem-se alguns esclarecimentos por parte do Executivo. No entanto, não posso deixar de referir que relativamente a este processo de delegação de competências e a toda a forma como este processo foi gerido por parte do atual Governo, é de facto um daqueles processos em que se percebe algumas das incapacidades do Governo, porque a verdade é que temos há vários anos e aqui nesta Assembleia Municipal em concreto já por várias vezes, fomos confrontados com a incapacidade do Executivo em assumir algumas das competências que deveriam ter sido delegadas, exatamente porque ou as verbas não foram atribuídas (é a minha leitura, como é óbvio), ou não há condições ainda por parte do Executivo, para cumprir com algumas das competências que são delegadas que, por sua vez, são delegadas sem haver qualquer lógica em concreto, nomeadamente naquela que é a atuação que será responsabilidade do Executivo, ora aquilo que é responsabilidade do Governo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Portanto, compreendo algumas das questões que o Partido Socialista apresentou aqui, mas também compreendo algumas das preocupações do Executivo e acho que o que era importante era o Executivo, de alguma forma (e isto o Senhor Vice-Presidente a fazê-lo) clarificar e responder a algumas das questões que já foram aqui colocadas, para se perceber efetivamente o que é que está por trás desta situação, para podermos votar em consciência, tendo estas informações todas.

----- Muito obrigada.” -----

3.4.10. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados, aproveito para agradecer novamente terem-me passado a palavra.-----

----- Senhora Presidente, eu normalmente quando oiço questões, estou sempre à espera que sejam terminadas com ponto de interrogação. Não os ouvi. Ouvi muitas afirmações, interrogações não ouvi muitas, mas ainda assim vou tentar esclarecer o sucedido. -----

----- Nós vemo-nos confrontados e estranha-me a atitude da bancada do Partido Socialista, porque os presidentes de câmara socialistas sabem o mesmo que eu. O processo de transferência de competências ou o processo de “guichetização”, fazer dos municípios guichés, porque o que transferem são tarefas, somos tarefeiros, não há verdadeira transferência de competências, não vamos brincar com isso. É fazer dos municípios guichés, mas tudo bem, nós fingimos. Nós somos confrontados, progressivamente, com a transferência de competências, sem que sejam transferidas as verbas correspondentes e sem que sejam verdadeiramente esclarecidas algumas questões substanciais, como os custos de manutenção dos equipamentos, os custos de manutenção dos imóveis, de quem é que são os funcionários, quais são os funcionários que efetivamente se transferem. -----

----- Agora, senhores deputados, eu percebo, até por lealdade política e solidariedade partidária, que tentem fazer a defesa do Executivo e do Governo da República. Esclareço também que da nossa parte, não podíamos estar mais de acordo com a transferência de competências, ou

com a aproximação das competências da população, até porque são transferências que normalmente quando estão distantes, são mais difíceis de executar.-----

-----Quando, por exemplo, na área da saúde (eu já volto à educação), quando na saúde se pretendem transferir para o Município viaturas que estão para abate, nós não queremos. Eu não quero que me transfiram uma viatura para que eu a abata e compre outra. São coisas que nós não apreciamos, porque a seguir, é preciso pagar a nova viatura e quem paga? Não está no contrato. Está aqui um carro “em versão sucata” para si. Eu fico com a sucata, depois compro outro e pago.

-----Quando uma tarefa é feita com cinco funcionários, ou com quatro e me querem transferir um, também não quero, porque sei que vou ter problemas a desempenhar essa tarefa. Há uma série destas questões que nós gostaríamos de ver esclarecidas. Quando, por exemplo, nos colocam nos autos de transferência, ou nos propõem colocar nos autos de transferência edifícios de centros de saúde que nós construímos e que já são nossos e que o Ministério da Saúde nos propõe transferir para o Município, também não gosto, já é nosso, o edifício. Portanto, há aqui uma série de incongruências que nós gostávamos de ver esclarecidas e naturalmente que esta moção é uma forma de pressão. É uma forma de pressão que não diz respeito apenas à bancada do IN-OV, nem ao Município de Oeiras. Diz respeito a todos.-----

-----Voltando à questão da educação. Quando nós assinamos os contratos inter administrativos, com uma determinada dotação orçamental, pretendemos que essa dotação orçamental seja cumprida. Quando dizemos, quando se transfere uma escola para a esfera do Município, o Município tem que recuperá-la, faz-se uma expectativa inicial que é “xis”, depois quando se faz efetivamente o projeto, verifica-se que não é “xis”, mas é “xis ao cubo” e “xis ao cubo”, não é “xis vezes três”, naturalmente, quem paga a diferença? Nós queremos ver isto esclarecido. Ora, o que saiu daquela reunião, é que haveria de haver dotação dentro do PRR, ou com empréstimo BEI (Banco Europeu de Investimento). Eu conheço, mas agora vamos concretizar. O que nós estamos aqui é a manter pressão. Mas nós temos que manter pressão. Peço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

desculpa. Senhores deputados, não se façam ofendidos, quando eu estou há três anos à espera dos territórios ribeirinhos. Por favor, esta preocupação não deve ser apenas nossa. Compreendam como todos os municípios portugueses (e não é só o de Oeiras) ..., os presidentes de câmara socialistas sabem isto, confrontam-se com a mesma problemática. -----

----- É claro que o que nós temos aqui é uma esfera de concorrência entre o poder central e o poder local. Quando se estão a transferir competências, o poder central quer transferir o máximo de competências, com o mínimo dos recursos possíveis e “hélas”, o que é que nós devemos fazer? Devemos fazer prevalecer também a nossa visão do que é boa governação. Nós já nem sequer.... Continuamos a repetir o argumento que, quando nos transferiram os funcionários da educação, não nos transferiram as verbas da gestão desses funcionários. Estou ali a olhar para a bancada do PC, que a bancada do PC sabe isto muito bem. As câmaras comunistas falam disto em todas as reuniões, em todas as reuniões em que se tratam questões de descentralização e os outros presidentes de câmara socialistas, também falam. Portanto, nós queremos ver cumpridos os princípios que são proclamados e queremos que sejam transferidas as verbas para o Município correspondentes quer à recuperação dos edifícios, quer à futura gestão dos edifícios, quer dos automóveis. Nós temos que saber os custos, queremos saber quanto custa gerir os centros de saúde, gostem ou não. Quer queira a ARS dizer ou não, nós não saímos do mesmo sítio. Nós queremos saber quanto custa manter os centros de saúde, quanto custa manter o equipamento de AVAC (aquecimento, ventilação e ar condicionado) e queremos fazê-lo de acordo com os pareceres técnicos que temos e queremos ter as respostas que aguardamos há muito tempo. -----

----- Depois dizer o seguinte: a transferência de competências é uma matéria dos políticos. Na parte dos políticos, é claro que da parte dos princípios há vontade de fazer a transferência de competências. Agora, da parte das burocracias (permitam-me as burocracias que me queiram contradizer) não há. Ninguém quer perder poder. Ninguém numa direção regional quer ser esvaziado com transferências de competências para o poder local. É disto que nós estamos a falar

também. Há um nível intermédio de poder (muitas vezes opaco), que não quer perder essas competências. Perdoem-nos, volto a dizer o mesmo, os presidentes de câmara dos outros partidos políticos, inclusive do Partido Socialista, têm exatamente as mesmas objeções e querem ver estas questões tratadas exatamente com a mesma clarividência. Nós não podemos aceitar competências e não podemos aceitar responsabilidades sem saber qual vai ser o investimento necessário para aceitar essas mesmas competências e responsabilidades. É isto que esta moção quer dizer. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente. Espero ter sido claro.” -----

3.4.11. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção: --

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----O Senhor Vice-Presidente canta, canta, canta, mas não me alegra absolutamente nada e eu fico bastante baralhada no discurso do Senhor Vice-Presidente que começa por tentar colar-se à importância da descentralização das competências dizendo que o PS e os autarcas do PS sentem o mesmo que o Senhor Vice-Presidente sente e ao mesmo tempo que diz isso, diz uma coisa completamente oposta e fala na “guetização” da descentralização de competências. Em que ficamos, Senhor Vice-Presidente? Tem que se decidir. Em que lado político efetivamente está? É a favor ou é contra a descentralização de competências? O Senhor Vice-Presidente omitiu ponto número um: que no dia doze..., que em dois mil e dezassete, na primeira vez que se tentou negociar a Escola Augusto Lucas não havia projeto, omitiu e está no site da Câmara que no dia doze de junho, de dois mil e dezanove, foi assinado um projeto com a Senhora Secretária de Estado da altura, Alexandra Leitão, no valor de seis milhões quatrocentos e vinte mil, em que a Secretaria de Estado pagaria cinquenta por cento, o Município pagaria outros cinquenta por cento e uma das escolas era, de facto, a Augusto Lucas. Omitiu que existem quatrocentos e cinquenta milhões de euros neste momento disponíveis, para dar cobertura a estas obras. Omitiu o acordo que o Senhor Vereador teve com o Governo, a não ser que para si, a palavra do Senhor Vereador não seja palavra importante. Omitiu que chama “guetização” àquilo que são as competências descentralizadas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que foram aceites pelo Município onde o Senhor Vice-Presidente faz parte dos Executivos. Da nossa parte é claro, nós não podemos votar favoravelmente uma moção que põe em causa aquilo que é o trabalho que tem vindo a ser feito, contínuo, sistemático, consolidado entre o Município e o Governo. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

3.4.12. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, pronto. Vai esclarecer com certeza, só pedir... quero dizer à Senhora Deputada Alexandra Moura (PS) que eu não a interrompi para terminar o seu raciocínio, mas agora não tem mais tempo de intervenção. -----

----- Senhor Vice-Presidente, faça favor. Mas há mais pessoas inscritas.” -----

3.4.13. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, queria apenas esclarecer, porque ao que parece não fui bem entendido e é sempre a nossa função ser bem entendidos. Eu nunca usei “guetização”. A Senhora Deputada está ali distraída e depois não percebe.” -----

----- A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) observou o seguinte: ----

----- “Não estava distraída não. Nunca estou distraída.” -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Está distraída, Senhora Deputada, ou então está a ouvir mal. Ouve mal, porque eu nunca usei “guetização”. Usei “guichetização”, fazer dos municípios um guiché, não tem nada a ver uma coisa com outra. Um guiché. Todos perceberam, Senhora Deputada. A Senhora Deputada, veja lá, ouviu tão mal, que pensou que eu estava a cantar. Não estava a cantar. Expliquei que era a “guichetização”, que é algo que nós temos vindo a dizer recorrentemente. Nós não estamos a

transferir competências, estamos a transferir tarefas. “Fazes esta tarefa, toma lá xis”. E nós estamos a fazer uma tarefa, não é uma competência, não temos poder de decisão. A competência tem a ver com poder, com decisão. Não há decisão nenhuma aqui. Não há decisão. Senhora Vereadora, tem que ir estudar direito administrativo, peço-lhe desculpa. A transferência de competências tem a ver com poder de decisão, não tem a ver com uma tarefa que eu mando alguém fazer. Agora fazes esta tarefa, toma lá “xis”. Isto não temos poder de decisão nenhum. O poder de decisão continua no mesmo sítio e passa a ser como se fôssemos uma extensão da Administração Central que passa para o Município. Era só isso, Senhora Presidente. Esclarecer que eu usei a expressão “guichetização” e volto a dizer-lhe que não faltam presidentes de câmara socialistas que têm exatamente a mesma posição que nós, mesmo que não... Veja, eu nem sequer estou a atacar o Partido Socialista, eu estou a defender os interesses do Município de Oeiras. Eu fui eleito para defender os interesses do Município de Oeiras. Espero que todos estejamos com o mesmo sentido: defender os interesses do Município de Oeiras. Não é de nenhum partido político, nem de nenhum movimento, é do Município. É para isso que eu aqui estou.” -----

3.4.14. O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----
-----Querida deixar aqui uma breve nota para dizer que, obviamente, a intervenção que o Partido Socialista aqui fez, não está, do meu ponto de vista, de acordo com a intenção que está na base desta proposta ou desta moção. Desde logo era bom que isso ficasse claro, para não se tirar daqui qualquer crítica ao Partido Socialista, seja ao Partido Socialista ao nível concelhio ou ao nível do país. O que está aqui em causa, como o Senhor Vice-Presidente bem disse, é uma questão que tem a ver com anos e anos de incumprimentos reiterados e sistemáticos do Poder Central. O que tem a ver é com adiamentos de projetos sistemáticos e reiterados por parte do Poder Central e pelas dificuldades que criam às autarquias permanentemente. Isto não tem a ver com o Partido Socialista, não tem a ver com o PSD, tem a ver com um conjunto vasto de individualidades e de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

partidos que passaram ao longo dos anos pelo sistema, e que têm..., do Poder Central, designadamente quando se instala a ideia majestática de que é muito difícil ceder poderes, ceder transferências, ceder a capacidade de decisão e é por isso que a transferência de competências tem toda a lógica e é por isso que os municípios, por princípio, aceitam sem mais as transferências de competências em áreas tão importantes, como são as da educação ou da saúde. E é isso que se pretende que seja feito. -----

----- Obviamente que associada a esta transferência de competências, há sempre um pacote financeiro que tem que lhe estar associado e que não pode vir a criar ou não deve vir a criar, maiores dificuldades do que aquelas que já existem para os municípios e, portanto, o que está aqui verdadeiramente em causa, é que “de boas intenções está o inferno cheio” e as boas intenções são das duas partes, eu não nego. São do Poder Central, são das autarquias e aqui são as autarquias todas. Não há nenhuma autarquia que não se queixe de incumprimentos do poder central seja em que área for: na administração interna, na saúde, na educação, para não falar de outras. De facto, esta tomada de posição é uma tomada de posição que tem a ver com aquilo que a Câmara Municipal de Oeiras, que o Município de Oeiras entende dever ser transmitido neste momento e que não é um sinal de desconfiança, mas é chamar a atenção para a necessidade de cumprimento daquilo que foi, que está comprometido. Portanto, eu não vejo que haja aqui nenhum problema relativamente às forças partidárias aqui presentes, não vejo sequer que haja uma crítica implícita a nenhuma das forças partidárias. Há uma crítica explícita àquilo que é o tempo, àquilo que é a forma, aquilo que é o modo como o Poder Central tem vindo a fazer a gestão deste processo e às dificuldades que causa às autarquias, em cada um destes processos. Portanto, quando se pede para suspender este processo de transferência de competências, enquanto não houver a concretização daquilo que foi efetivamente prometido, não se está a pôr em causa que o que foi prometido vai ser cumprido, o que se está aqui a dizer, é que é muito difícil para a Câmara Municipal de Oeiras (como será muito difícil para todos os restantes municípios portugueses), aceitarem a transferência de um conjunto

de património, ou um conjunto de responsabilidades, sem que possam ver garantidas em tempo útil, ou seja, sem que esteja definida desde logo a questão do prazo em que as transferências financeiras serão feitas, porque como digo, “de boas intenções, está o inferno cheio” e o Governo transmite que as competências são transferidas, que isso passa a ser uma responsabilidade das autarquias, mas nunca conta a história toda e quando os problemas começarem a verificar-se, quando as dificuldades surgirem em cada um dos concelhos deste país, em razão de um adiamento ou de um incumprimento de uma promessa ao nível da transferência de competências, não é o senhor ministro da educação, não o senhor ministro da saúde, não é o senhor ministro da administração interna que ficam em causa, é o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----Portanto, é disso que aqui se trata, é de o Senhor Presidente da Câmara Municipal, esta Assembleia Municipal chamar a atenção para a importância de cumprir aquilo que está efetivamente combinado, de estabelecer “timings” concretos para que a transferência financeira seja feita, para que aí sim, esta transferência de competências possa ser plena e para que os municípios, em vez de aceitarem um presente envenenado, aceitem sim aquilo que representa uma melhoria do serviço prestado às populações. É isso que se pretende, é isso que todas as forças políticas pretendem, e é isso que está aqui em causa com a apresentação desta moção. -----

-----Muito obrigado.” -----

3.4.15. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu vou procurar no tempo que me resta, referir dois ou três pontos. -----

-----Em primeiro lugar, não se entende o espanto da Senhora Deputada Alexandra Moura (PS) e do PS e naturalmente, mais do que isso, a posição aqui tomada desde logo no sentido de votar contra esta moção, o que significa que na prática, está a votar contra os interesses dos oeirenses. Primeira questão. É a leitura que se tira, não é outra.-----

-----Em segundo lugar, dizer que não é pelas lindas palavras e o discurso fluente da Senhora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Deputada, que não corresponde minimamente àquilo que tem sido a prática do Governo. Explico: muito recentemente, os fundos de apoio que tinham sido doados aos concelhos afetados pelo fogo em dois mil e dezassete (Pampilhosa da Serra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande), foram “nacionalizados”. É aquilo que, de facto, é publicitado, ou seja, passam a constar do Orçamento Geral do Estado, mas quando a pressão pública de órgãos de informação, dos próprios presidentes das câmaras vem ao cimo, o que é que o Governo faz? Recua e vem dizer que, afinal, apesar de ficar no Orçamento de Estado, vai continuar a ser reservado para aquilo que é necessariamente o apoio às populações e àqueles concelhos. E eu estou a dar este exemplo para quê? Para perceberem, senhores deputados, que a moção que aqui está é muito significativamente o quê? Tem como objetivo a pressão. Este Governo só com a pressão é que consegue, de facto, funcionar. Funcionar bem, porque ele funcionar, funciona, funciona é mal e, portanto, é isto que importa reter. Esta moção, sabemos que vale por aquilo que vale, mas é exatamente essa mensagem que a Assembleia Municipal de Oeiras aqui pretende transmitir. O PSD não está aqui a favor do IN-OV, contra o IN-OV, nada disso. O que entende é que os oeirenses nessa matéria, deviam ser e estar devidamente representados por todos os partidos políticos nesta Assembleia. Infelizmente não estão, porque o PS, em nome de uma solidariedade ideológica vai votar contra, mas o futuro dirá quem tem razão.”

3.4.16. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Moção, a qual foi aprovada por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria

Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com quatro votos contra do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe) e três abstenções do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira).-----

-----O Senhor Deputado José Maria Godinho Montezo, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, que a seguir se transcreve: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 68/2023** -----

-----**MOÇÃO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Social Democrata, dois da Coligação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com quatro votos contra do Partido Socialista e três abstenções do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, exigir ao governo o cumprimento das responsabilidades assumidas no Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação, assinado em dois mil e quinze e as que resultam da aplicação do Decreto-Lei número vinte e um de dois mil e dezanove, nomeadamente. Bem como solicitar ao governo a prorrogação do prazo para a transferência de competências nas áreas da saúde e educação, enquanto as novas transferências não tiverem a garantia comprovada da dotação com os meios indispensáveis. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.4.16.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “É para dizer que faremos chegar, por escrito, uma Declaração de Voto.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento qua a seguir se transcreve: -----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras absteve-se na Moção sobre a Transferência de Competências uma vez que considera que o processo de descentralização de competências e a abordagem da Câmara ao mesmo têm sido uma perfeita trapalhada. É um facto que o Governo deve fazer acompanhar o processo de transferência do respetivo envelope financeiro, mas a Câmara Municipal de Oeiras também não pode querer continuar a adiar indefinidamente no tempo a passagem de competências. A Câmara Municipal de Oeiras também não deve utilizar este assunto como desculpa para continuar a adiar obras necessárias nas Escolas do Concelho.” -----

3.5. A Senhora Presidente da A.M. fez o seguinte esclarecimento:-----

-----“Eu só queria aqui dar um esclarecimento para que não fiquem dúvidas. Há “bocadinho” a Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) levantou a questão de que eu teria dado a palavra ao Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) e ela estaria inscrita antes. Devo dizer que não o fiz com qualquer intenção, por uma única razão: eu vi o Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) inscrever-se e quando me disseram que a Senhora Deputada também queria usar da palavra, portanto, pus a seguir.-----

-----Mas, devo dizer-lhe que se o tivesse feito deliberadamente, estava de acordo com o artigo quarenta e quatro, com os pontos sete e oito. Não o fiz deliberadamente, mas se o tivesse feito, o Regimento prevê precisamente, na distribuição dos tempos e organização das intervenções, diz o ponto sete: “... a palavra é dada pela ordem de inscrição, devendo a mesa, sempre que se justifique e seja possível, conceder a palavra intercaladamente aos deputados municipais inscritos dos diferentes grupos políticos municipais” e diz o ponto oito: “É autorizada, a todo o tempo, a troca entre quaisquer oradores inscritos”. Por isso está no Regimento no ponto quarenta e quatro, mas não foi ao abrigo disto que eu fiz aquilo que a Senhora considerou uma troca de intervenções. Foi porque na realidade, foi assim que eu tomei nota das inscrições, mas ficamos salvaguardados com esta situação.-----

-----Terminada esta moção, pergunto se há mais alguma intervenção.”-----

3.6. A Senhora Deputada Teresa Carvalho (CDU) observou o seguinte:-----

-----“Eu queria pedir licença à Senhora Presidente para mostrar três fotografias que vão (e uma delas já ali está) refletir aquilo que eu gostaria de dizer.-----

-----Em Algés, na Avenida dos Bombeiros Voluntários e na Rua Margarida Palla, que é uma rua que tem princípio, tem fim, mas não tem meio, podemos ali ver que muitas entradas para vários edificios, nessas duas ruas, se fazem através de escadas e vãos de escadas bem grandes. Nós estamos a ver ali a Marcolândia, que é uma creche, um jardim infantil e cujos pais têm que subir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aqueles degraus todos. Ora, não podem levar carrinhos, não podem levar cadeirinhas de bebé, não há espaço, não há forma de lá chegar. Quem vive naqueles prédios, os idosos que tiverem qualquer problema de saúde não podem sair mais de casa, se estiverem em cadeiras de rodas, se tiverem andarilhos, etc. Isto já para não falar nos idosos, também quero falar nos pais jovens que vão aqui para esta Marcolândia, para esta empresa, para esta creche, mas também os pais que habitam, os pais jovens que habitam estes edifícios, que vão com uma criança num dos braços, com o carrinho no outro, aproveitam para levar compras, como é que é? -----

----- Queria mostrar outro slide. Aqui veem-se perfeitamente três pessoas a ajudar uma idosa a subir as escadas e uma terceira pessoa com a cadeirinha de rodas. Não há forma, não há outra forma de entrar nestes edifícios, senão através daquela escada. Ora, se nós somos organismo de proximidade, o que é que nós podemos fazer para ajudar estas pessoas? Claro que não me venham dizer que isto tem a ver com os condóminos, porque ninguém aos seus vinte ou trinta anos, quando comprou ali uma casa, está a pensar que aos cinquenta ou sessenta anos vai ter um AVC ou outros problemas, e não vai poder subir. Eu gostaria de saber se a Câmara tem alguma ideia, de como obviar estas situações.-----

----- Lá em cima, não se vê muito bem, é a tal idosa a sair nos braços de dois familiares, certamente. Pronto, era para isto que eu gostaria de chamar a vossa atenção e outra é também que, para projetos deste género, que a Câmara por favor, não aprove ou que, enfim, não aceite estes projetos, porque na realidade, põem em risco a vida destas pessoas quer idosos, quer jovens.

----- Boa tarde.”-----

3.7. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) referiu o seguinte:-----

----- “A Marginal à Noite, no passado dia dezassete de junho, com mais de sete mil participantes, organizado pelo Município de Oeiras, mais propriamente pela Vereação do Desporto e a sua Divisão do Desporto, inserido nas Festas de Oeiras, é um evento desportivo dos mais prestigiados do nosso país, com participantes vindos de todos os cantos de Portugal e também do

estrangeiro. Ao longo de cerca de oito quilómetros, percorreram a Avenida Marginal entre Santo Amaro e Caxias e de ano para ano, aumenta a vontade enorme das pessoas quererem participar, quer do nosso Concelho e quer cada vez mais de outros concelhos do país. Fantástico e maravilhoso ver e participar num evento desportivo que enche a Marginal. Vi pessoas muito felizes e animadas por participar. Tem outra grande particularidade: é inclusiva. Parabéns. Tem espaço para atletas federados, para aqueles que se querem divertir e correr e até para aqueles que apenas querem caminhar com amigos e família. É uma corrida para todos e que representa bem o espírito de Oeiras, que promove o desporto e a atividade física. O desporto faz pessoas felizes em Oeiras. A corrida terminou em grande, com um espetáculo de fogo de artifício, que voltou a deslumbrar todos aqueles que tiveram a oportunidade de ver. Parabéns a todos os que estiveram na organização deste evento. -----

-----Segundo tema. Vamos ter os Santos Populares com arraial na Marina nos dias vinte e três e vinte e quatro de junho, promovido pela Oeiras Viva Empresa Municipal. Vão ser duas noites de muita festa, música, animação e tradição na Marina de Oeiras, que se irá transformar num autêntico arraial de santos populares. Apareçam e aproveitem o que é nosso e genuíno. O arraial contará com a presença dos restaurantes da Oeiras Marina, com comidas típicas e iguarias deliciosas. Não deixará de ter as sardinhas assadas, as bifanas suculentas e o caldo verde, entre outras especialidades. Venham ao arraial e aproveitem para apreciar uma localização privilegiada, aliada à paisagem deslumbrante sobre o rio Tejo, que fazem dela um espaço único e um excelente espaço de lazer, ideal para toda a família. No programa do dia vinte e três de junho, às dezanove horas, temos o grupo de canto e dança do CCD Oeiras e às vinte e uma horas, a animação musical com Fábio Pascoal. No dia vinte e quatro de junho, às dezanove horas, temos a exibição da marcha do Alto do Pina e às vinte e uma horas, animação musical com o DJ Vinte e Cinco. -----

-----Para terminar e não mais importante, tenho a dizer o seguinte: decorreu este sábado, o Portugal Grand Slam, uma prova do calendário oficial da Federação Portuguesa de Jiu-Jitsu.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oeiras esteve representado pelos atletas de alta competição da Academia Grace Barra Paço de Arcos, tendo sido a equipa que obteve os melhores resultados. A equipa Grace Barra Paço de Arcos e os seus atletas de alta competição trouxeram para o nosso Concelho quinze medalhas de ouro, primeiro lugar, campeões nas nossas categorias, no qual se destacam os atletas mais jovens. Masculinos juvenil, categoria pesadíssimo, Lourenço Amado; feminino juvenil, categoria médio, Gabriela Silveira Paixão; masculino master um, categoria leve, Jorge Gomes; masculino infantil e juvenil pluma, Daniel Bessone e Lourenço Santos. A equipa da Grace Barra Paço de Arcos trouxe ainda nesta faixa etária, quatro medalhas de prata e duas de bronze. Em master adulto, de acordo com as diferentes faixas, receberam dez medalhas de ouro, inclusive na faixa negra, destacando o atleta Rui Oliveira, que conquistou duas vezes o primeiro lugar, incluindo o open class. -----

----- Esta academia está sediada na freguesia de Paço de Arcos, a funcionar há cerca de vinte anos. Abrange atletas de todas as idades, trabalhando com muita distinção a modalidade, tendo um histórico de excelente representatividade ao nível nacional, como também europeu. Tem ainda uma forte componente de integração de atletas com carência socioeconómica, dado que proporcionam o acesso a esta modalidade, promovendo a integração social destas crianças e jovens. Temos assim atletas ao mais alto nível no Concelho de Oeiras. Parabéns à equipa, parabéns pela vossa excelente participação, parabéns a esta Academia sediada na freguesia de Paço de Arcos.”-----

3.8. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), eu tinha-a inscrito, mas não tem tempo. Está a ouvir? Não tem tempo de intervenção.” -----

3.9. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, eu cedo o meu tempo à Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Não cede a ninguém.” -----

-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** perguntou o seguinte: -----

-----“Não posso ceder?” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

-----“Não pode ceder. Cada grupo político tem o seu tempo...” -----

-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** perguntou o seguinte: -----

-----“Porque é que não posso ceder?” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

-----“Porque não.” -----

3.10. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) observou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, é um.... dois ou três segundos só para parabenizar o Sport Algés e Dafundo pelo centésimo oitavo aniversário que se realizou ontem, com a presença do Senhor Vereador Pedro Patacho, e que o clube continue a formar os nossos jovens, continue a trazer grandes títulos para o Concelho e continue a ser o clube grande que é. -----

-----Muito obrigada.” -----

3.11. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

-----É muito rápido que o tempo é pouco. É só fazer uma pergunta à Câmara, que tem a ver com a Sociedade Musical Simpatia e Gratidão Portela de Carnaxide. É uma instituição que foi fundada em um do um, de mil oitocentos e noventa e dois (tem cento e trinta e um anos) e corre perigo de continuar a desenvolver a sua função social, cultural e desportiva, como referência daquela zona. A pergunta é se a Câmara vai salvaguardar o presente e o futuro desta instituição e o seu património e se vai licenciar a desafetação do edifício atual da sociedade. -----

-----Muito obrigado.” -----

3.12. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Eu queria começar por falar do Parque dos Poetas que celebrou recentemente o seu vigésimo aniversário. Infelizmente, mesmo já tendo entrado na terceira década da sua existência, o Parque dos Poetas continua com graves problemas ao nível das acessibilidades, o que afeta logicamente e desproporcionalmente, os cidadãos com a mobilidade mais reduzida. A este problema acrescenta-se o da dificuldade do próprio acesso ao parque, tanto pela escassa oferta de transportes públicos de e para o Parque dos Poetas, como pelos seus próprios horários de funcionamento. Eu, aliás, quanto a este último ponto, tenho de salientar que o Grupo Político Evoluir Oeiras, já aqui apresentou uma proposta para o alargamento do horário de funcionamento do Parque dos Poetas e que deu origem, aliás, a um momento caricato nesta Assembleia Municipal. Vendo que a nossa proposta era muito ambiciosa e transformadora e que teria um impacto real na vida das pessoas, a oposição dita responsável e construtiva, aquela que acha que só eles são responsáveis e construtivos e que os outros todos são só uns grandes “picuinhas”, veio rapidamente em socorro do Executivo e da maioria IN-OV, PS e PSD, apresentando oralmente um tipo de apresentação que nunca tínhamos visto nem antes, nem voltámos a ver depois desse episódio em particular, uma proposta alternativa à nossa que responsável e construtivamente, instava o Executivo a eventualmente, considerar ponderar, estudar a eventual longínqua, hipotética, remota e muito distante possibilidade de quem sabe, num grande acesso de benevolência e com muito, muito “jeitinho”, o Senhor Presidente da Câmara conceder aos oeirenses o enorme obséquo de abrir o Parque dos Poetas uma “horinha” mais cedo. Um tremendo exercício de responsabilidade e de construção, que com uma “mãozinha” da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, lá foi aprovada para grande gáudio da oposição, dita construtiva e responsável. Problema: o resultado prático disto na vida das pessoas? Zero. Bola. Mas pronto, para alguns antes assim que incomodar alguém com formalidades, escrutínio, oposição e sacrilégio, alargar decisivamente os horários do parque ou melhorar as acessibilidades dentro dele. Tudo meras formalidades para esta oposição dita responsável e construtiva. Mas, enfim, adiante.-----

-----Noutro tema, foi anunciado recentemente pela Câmara, um plano de mitigação das cheias em Algés. Instada a explicar o plano em resposta a perguntas do jornal Público, a fonte da Câmara diz que não sabe quanto é que a implementação deste plano vai custar, não sabe quando é possível começar a executá-lo, nem muito menos sabe quando é que vai estar concluído. Eu acho que isto para um plano parece um “bocadinho” mal planeado, parece apenas um misto de boas intenções e de vontade de mostrar que se está pelo menos e finalmente, atento ao problema. Depois da enorme resistência que o Grupo Político Evoluir Oeiras enfrentou, para conseguir marcar um debate potestativo nesta Assembleia Municipal sobre as cheias em Algés, que se realizou no passado mês de fevereiro, é bom ver que passados uns meses, já não há celeuma em discutir um problema, que é real e tem impactos gravíssimos na vida das pessoas e que até há, pelo menos, uma postura de vontade de resolver o problema. Às vezes faz mesmo falta uma posição mais firme para mudar paradigmas.-----

-----Só falta mesmo é passar das boas intenções à ação e também, muito importante, parar de acenar com a mitigação de efeitos das cheias com uma mão, enquanto se impermeabiliza com a outra. É que aquele parque de estacionamento que está no fim da Avenida dos Bombeiros Voluntários (que já ali está plantado há algum tempo e que nunca mais abre) é certamente um entrave grande, caro e impermeável a qualquer plano que pretenda mitigar cheias. Já agora, também convinha não fazer estas coisas, estas proclamações, estes anúncios, estes supostos planos muito mal planeados em cima do joelho e anunciá-las à pressa na véspera da chegada de uma tempestade em Portugal. Achámos os “timings” uma coincidência curiosa.-----

-----Para terminar, queria só falar muito rapidamente das Jornadas Mundiais da Juventude, nomeadamente do apoio de quinhentos mil euros atribuído à Igreja e amplamente noticiado também e que o Grupo Político Evoluir Oeiras votou contra na Câmara Municipal. Nós naturalmente que não nos opomos à vinda de nenhum líder religioso, em particular com a relevância que reconhecemos ao líder da Igreja Católica, tanto para a população de Oeiras, como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para a população de Portugal em geral, mas a verdade é que a documentação de apoio à apreciação da proposta, apresentou lacunas que sustentam dúvidas que nós considerámos serem suficientemente relevantes para justificar este sentido de voto. Apenas a título de exemplo e apesar de vir referido que a proposta de deliberação tinha sido elaborada nos termos do despacho do Senhor Presidente da Câmara, tal despacho não constava da documentação de suporte à data da discussão e votação em Câmara, tendo apenas posteriormente sido disponibilizado, pelo menos no caso da Vereadora do Grupo Evoluir Oeiras. Não vale a pena dizer o contrário, temos as capturas de ecrã que comprovam isto e a alteração do documento à posteriori, para incluir lá o despacho do Senhor Presidente. Já sei que há quem ache que isto são apenas meras formalidades, mas a verdade é que as constantes trapalhadas em torno de propostas que são discutidas na Câmara e aqui na Assembleia Municipal, que vêm mal instruídas, com valores errados ou ausentes e por aí fora, e que são postas na agenda, sabendo-se já que não há condições para serem discutidas ou porque não chegaram a tempo, ou porque não estão corretas, eu lamento dizer, mas isto tem sido demais e não podemos nem enquanto representantes aqui eleitos, nem enquanto cidadãos, ser atirados para um estado de insegurança quanto àquilo que a Câmara está a fazer, ainda por cima quando está em causa algo que mesmo sem trapalhadas envolvidas, não seria certamente unânime, como é o caso de um apoio público de meio milhão de euros a um evento religioso. Assim não dá. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

3.13. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Perante a política de proximidade que desenvolve a Concelhia de Oeiras do Partido Chega no Concelho, destacamos a segurança e os transportes como os mais apontados pelos munícipes à data. -----

----- Todo o cidadão escolhe o meio de transporte, segundo as suas conveniências e possibilidades. A conveniência é consequência de uma série de requisitos (tempo, custo, conforto, etc.). Uma das suas componentes é a segurança. É por essa razão que os munícipes em Oeiras não

andam de bicicleta, nem de trotinete nas localidades, por falta de ciclovias. Certo que a Câmara fez mal em disponibilizar as trotinetes Oeiras Move, sem antes construir as ciclovias.-----

-----A falta de segurança ainda persiste na Estrada Militar que nasce em Queluz e termina em Queijas, sendo outro exemplo da falta de segurança pessoal e rodoviária neste Concelho, que é muito utilizada por jovens que circulam, alguns para a escola de Queijas e frequentam o Nirvana Estúdios (que é uma zona de restauração e de lazer), sendo que nem todos vão de carro, não havendo qualquer passeio à berma da estrada. -----

-----Reprovaram nesta Assembleia Municipal por unanimidade, uma das recomendações do Partido Chega face a colocação de sinais luminosos e outros procedimentos no Concelho face à segurança, especialmente nas escolas. Alertamos novamente o Executivo quanto ao exposto, no intuito de trabalharmos todos nesta resolução.”-----

3.14. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu pedi a palavra, porque, de facto, foram ditos aqui, eu não queria dizer “disparates”, porque é capaz de ser um pouco ofensivo, mas foram feitas muitas afirmações que não correspondem à verdade. Há uma coisa que ficámos a saber e eu nunca esperava vir a dizer isto: ainda bem que Carlos Moedas ganhou a Câmara de Lisboa, porque depois de ouvir o Senhor Deputado da Coligação Evoluir Oeiras - que eu tendo a dizer “retardar”, desculpe, mas é a minha visão política - a insurgir-se contra um obelisco, porque meio milhão é um obelisco nas suas contas, que vai ser dado para as Jornadas Mundiais da Juventude, significa que se Vossas Excelências na vossa coligação com Fernando Medina, estivessem em Lisboa, os trinta e dois milhões que vão ser dados, não eram dados. Há uma coisa que o Senhor Deputado pode ter a certeza e os oeirenses: este Presidente de Câmara é muito ecuménico. Ajuda os protestantes, ajuda os evangélicos (e quando ajuda, é do ponto de vista institucional), dá apoio a católicos (por acaso, não tenho conhecimento que tenha dado alguma vez a muçulmanos), acolhe a Fundação Aga Khan



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e, portanto, a participação do Estado... As Jornadas Mundiais da Juventude são um evento internacional de projeção de Portugal, talvez acontecerá um em muitas décadas. Nós somos um povo profundamente católico, portanto, identifica-se com a nossa cultura e é dever do Estado, ao contrário, aliás, do que tentou aqui uma força política que foi na última sessão dar a entender que era o Chega que estava à frente disto e confundir a Igreja Católica com o Chega, que é uma coisa que como teólogo me arrepia, porque o catolicismo..., não é possível de conciliar o catolicismo com o racismo, com ser anti ciganos, aliás, por exemplo, a Igreja Católica e está aqui a Vereadora Teresa mesmo à minha frente, é das instituições que mais ajuda a integração das comunidades ciganas. Portanto, ficámos a saber que Vossa Excelência se indigna não sei se é como ateu, agora há uma coisa que nós sabemos, quando... e isso sim o Estado tem responsabilidade, todo o dinheiro que seja dado dos contribuintes - e isto significa do Governo, das autarquias - às Jornadas Mundiais da Juventude, têm que ser prestadas contas, isso obviamente. Quando nós pagamos, quando nós entregamos dinheiro, têm que ser prestadas contas e, desse ponto de vista estamos de acordo. ----

----- Depois, em relação ao Parque dos Poetas, Vossa Excelência tem uma obsessão. Tem uma obsessão que ainda não percebemos muito bem. Por um lado, não quer lá um monumento como é um obelisco que há em Paris, que há em Washington, que há no Cairo. Todas as grandes cidades têm obeliscos. A Câmara pôs um obelisco no Parque dos Poetas que vai ficar para sempre (é dos dinheiros mais bem investidos que uma autarquia pode realizar, é em monumentos)...

Senhor Deputado, as pessoas que estão lá, não está a ouvir, mas o Senhor Deputado está incomodado, não gosta do que está a ouvir, mas a democracia é mesmo isso. Muitas vezes temos que estar a ouvir do que não gostamos e Vossa Excelência faça o favor de me ouvir e de não me interromper, porque está-me a quebrar o raciocínio. Portanto, o Parque dos Poetas que é um ex-libris da Oeiras evoluída e do que representa este Conselho, eu compreendo que para Vossas Excelências seja complicado, e vêm agora aqui “rasgar as vestes”, porque deram um contributo. Muito bem, é a vossa obrigação. -----

-----Em relação às cheias em Algés, foi da maior desonestidade intelectual e política da sua parte. O que você veio dizer é que o Presidente não mentiu, porque foi esclarecido aqui perante todos nós, qual era a solução política ou técnica para mitigar as cheias. Tinha que ver com um caudal, como Vossa Excelência sabe, que diminui no Largo Comandante Augusto Madureira, passa salvo erro (estou a dizer de cabeça), de sete para três metros e depois..., portanto, regurgita a água. Foi aqui explicado pelo Senhor Presidente a obra que tinha sido feita, mas também foi claramente dito que tem que ser comparticipada e nessas notícias que Vossa Excelência leu, que eu também li, foi dito que a Câmara assumia cinquenta por cento da obra. Como é que um Presidente podia..., seria desonestidade e seria mentira se ele já tivesse um plano, uma data, se ainda não está resolvido com o financiamento. Agora há uma coisa que temos a certeza que advém da sua intervenção, é que a autarquia está a mexer-se, arranjou uma solução política e quer mitigar o problema das cheias. -----

-----Agora, em relação ao Parque Avenida, há uma situação que eu vou pedir à Senhora Presidente, que é mais a título pessoal que eu refira, porque no âmbito do movimento “não aos parquímetros em Oeiras”, foi referida e que eu quero esclarecer. Quando há pontos nesta Assembleia que dizem diretamente com a Parques Tejo (porque eu trabalho na Parques Tejo, sou técnico superior na Parques Tejo) e entendo, não porque esteja impedido por lei, porque, por exemplo, há aqui deputados que trabalham na Câmara e falam dos assuntos da Câmara. Eu é que entendo que a nível pessoal não devo discutir os orçamentos. Ficaria “entre a espada e a parede”, permitam-me a expressão, tanto do ponto de vista político, como profissional, para discutir assuntos específico da Parques Tejo. Agora, há uma coisa que eu farei sempre, que é discutir a política de mobilidade, o pensamento da mobilidade. Aliás, tive a honra e o privilégio nesta bancada, quando foi do orçamento, de vir aqui defender o orçamento no aspeto da mobilidade e sobre isso tenho pensamento. -----

-----Eu aconselhava o Senhor Deputado a informar-se em relação ao parque, quando disse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que o parque, portanto, iria aumentar o risco de cheia. Em primeiro lugar... Sim, Vossa Excelência deu a entender que era a impermeabilização dos solos. Eu não sendo um técnico especialista em engenharia civil, mas sei e, aliás, se vê pela cor do pavimento desse parque, que aquilo é um betão poroso, portanto, o que sabemos, é que na construção daquele parque foram tomadas todas as providências para que entrasse..., fosse o menos impermeável possível. Agora em política, nós temos de tomar decisões e há uma coisa que todos temos a certeza e sobretudo os Algesinos: o maior problema de Algés, chama-se estacionamento. Qualquer iniciativa, qualquer espaço que providencie mais estacionamento em Algés, melhora a qualidade de vida dos Algesinos e de todos os que por ali passam. Portanto, aquele parque (e aí estamos de acordo) deve ser o mais rapidamente inaugurado e é uma mais valia. Portanto, entre estas duas situações, porque há uma coisa que o Evoluir tem razão: se nós arrasarmos os prédios todos da Avenida dos Bombeiros e transformarmos aquilo em culturas de caracóis, que é o que Vossas Excelências querem, tenho a certeza que nunca mais havia cheias em Algés. Agora, vivem lá pessoas, aliás, eu não posso afirmar com certeza científica, mas se não é, é quase a zona do país com maior densidade populacional (é aquela) e com maior necessidade de estacionamento e portanto, bem-haja à Parques Tejo neste caso, por construir e por devolver aos munícipes, receitas que recebe e que é assim que deve funcionar. -----

----- Por último, queria referir-me aqui à Oeiras Move (apenas do ponto de vista político, volto a dizer), pois é-se “preso por ter cão e por não ter cão”. É evidente que o Concelho tem quinze quilómetros quadrados de ciclovias e vai passar até ao final do mandato, em compromisso a ter quarenta e cinco. Vai triplicar. Senhor Deputado O’Neill (CH), isto é um esforço, triplicar uma infraestrutura é um esforço. Agora não podemos ser criticados porque não temos os meios de mobilidade suave e depois sermos criticados porque os temos. Há uma coisa que é verdade, eles estão ali e com uma vantagem, nós, neste ponto do da mobilidade suave temos uma vantagem, que é não termos sido pioneiros, porque Oeiras não cometeu os erros que Lisboa cometeu e que Cascais

cometeu, porque só os burros é que não aprendem. Portanto, bem-haja a mobilidade suave com o que ela significa. É um esforço, mas está de parabéns o Município, naturalmente, pela instalação das trotinetes e das bicicletas. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

3.15. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte Interpelação à Mesa: -----

-----“É para uma Interpelação à Mesa, ao abrigo do artigo cinquenta. Era só para dizer que eu vou enviar a minha intervenção aos serviços para facilitar a transcrição para a ata e que pedia se podia tomar a liberdade de pedir para imprimirem uma copia extra, para que eu a possa entregar ao Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), porque eu provavelmente não me expressei bem na minha intervenção, mas ele claramente também não a ouviu, porque aquilo que está lá escrito e aquilo que eu disse é muito diferente daquilo a que ele respondeu. Talvez lendo a minha intervenção seja possível compreendê-la melhor e, portanto, nesse sentido, interpelava a Mesa e fazia este pedido.” -----

3.16. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Virá na ata. Na ata desta reunião vem a sua intervenção, não precisa de mais trabalho. ----- Mais alguém pretende usar da palavra, dos grupos políticos que têm tempo ainda para intervir? Não havendo mais intervenções, pergunto ao Senhor Vice-Presidente, se o Senhor quer usar da palavra. Faça favor.” -----

3.17. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados, eu começo este meu conjunto das respostas por fazer algo que nunca pensei fazer, que é agradecer ao Deputado Perestrelo Pereira (EO) os elogios que trouxe aqui ao Doutor Isaltino Morais. Eu estou a concordar consigo, acho sinceramente, eu também, como o Deputado Perestrelo Pereira (EO), estou rendido ao trabalho extraordinário que o Doutor Isaltino Morais fez no Parque dos Poetas. Nunca é demais, mas eu agradeço novamente ao Deputado Perestrelo Pereira (EO) nunca é demais, ou nunca são demais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

os rasgados elogios feitos à construção do Parque dos Poetas. Também nós estamos de acordo com o Deputado Perestrelo Pereira (EO), que o Parque dos Poetas é uma obra absolutamente extraordinária, o mais importante jardim feito em espaço público na República Portuguesa, desde o Vinte e Cinco de Abril. Suponho depois dos elogios que Vossa Excelência trouxe e da necessidade de mais tempo aberto ao Parque dos Poetas, que Vossa Excelência esteja a concordar connosco nesta matéria. O Parque dos Poetas é uma obra monumental, que só um grande Presidente como o Doutor Isaltino Morais, um político de exceção, concordo absolutamente com o Deputado Perestrelo Pereira (EO) nesta matéria, só um grande presidente de câmara e um grande político podia tomar a iniciativa de fazer aquela obra. Dizer que efetivamente o Parque dos Poetas veio fazer um pulmão verde e uma obra escultórica absolutamente extraordinária num local onde antes estavam garantidos direitos construtivos, que foram trocados com outras zonas do Concelho, para permitir a importância deste parque nos termos em que o Deputado Perestrelo Pereira (EO) aqui os trouxe hoje, que é tão extraordinário, que tem que estar aberto mais tempo e ter melhor acessibilidades para que todos aqueles que, como eu, Vossas Excelências e o Deputado Perestrelo Pereira (EO) concordam que todos devemos usufruir do Parque dos Poetas. Portanto, de facto, o Parque dos Poetas é uma obra monumental, que só o génio político do Doutor Isaltino podia ter trazido a Oeiras. Queria agradecer.... a Senhora Deputada do Partido Socialista, ao que parece, quer fazer a parte de “cantar” da parte dela, portanto, se quiser, eu paro e oiço-a com toda a atenção.”-- -----

----- A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -- -----

----- “Dizer... Magnífica, Senhora Deputada, extraordinário. Os seus apartes são... eu até me confundo. O Senhor Deputado Perestrelo Pereira (EO) trouxe-nos aqui o melhor elogio que

nos últimos anos foi feito ao Parque dos Poetas por parte de uma força de oposição e hoje eu elogio a sua honestidade política. Mesmo retorcida, é preciso saber na política ler nas entrelinhas. Quando alguém nos diz que precisa que aquele parque esteja aberto mais horas, o que é que nos está a dizer? É preciso mais tempo para ser usufruído, ainda mais, portanto... Senhores deputados não se apoquentem, o Senhor Deputado Perestrelo Pereira (EO) só não tem jeito, só não tem jeito para elogiar, porque é contra a natureza dele, não quer elogiar. É muito difícil, mas eu aceito o seu elogio mesmo por outras palavras e dizer-lhe que concordo integralmente consigo. É uma obra monumental, o Parque dos Poetas é uma obra extraordinária, todos nós estamos muito felizes com ele. Agradecemos profundamente até o elogio que aqui foi trazido do obelisco. O obelisco veio enriquecer e agradecer os contributos dados ao Parque dos Poetas por todos os seus mecenas, portanto, o Parque dos Poetas é uma obra monumental em toda a sua extensão, que todos os oeirenses devem conhecer. É o parque urbano mais importante feito na democracia portuguesa, é um hino à democracia, à qualidade de vida e ao bem-estar. -----

-----E agora entro, se me permitem, nas acessibilidades aos prédios privados em Algés. No último fim de semana fui passear à margem sul. Passei por zonas cuja natureza abençoou. Lindíssimas. O que é que eu não encontrei? Nem acessibilidades para quem tem dificuldades, nem passeios. Nem passeios há. Quando a crítica é sobre o Município fazer obra em espaço privado, para melhorar a acessibilidade desse espaço privado, volto a dizer agora, mais uma vez, agradeço o elogio. Significa que tudo está bem. Quando a crítica passa a ser nós fazermos intervenção em edifícios privados para melhorar a acessibilidade, porque no passado, na construção deste edifício, não foi feita a acessibilidade para pessoas com dificuldades, é sinal que tudo está bem em Oeiras e, de facto, muita coisa ou quase toda está bem. Não obstante nós, de facto, temos em estudo há algum tempo, uma forma de criar acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida naqueles prédios, porque no tempo em que foram construídos, objetivamente que foram feitos sem as condições de mobilidade que hoje são exigidas à construção nova. Portanto, não é possível hoje



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aprovar projetos daquela natureza, porque a lei não o permite sequer e também dizer, antes que façam um recorte do vídeo em que pareça que eu diga que estou a dizer o que não disse, aqueles prédios foram aprovados antes do Doutor Isaltino ser presidente de câmara, precedem a eleição do Doutor Isaltino. -----

----- Deputado Perestrelo Pereira (EO), eu hoje estou tão contente consigo, se é para interromper, interrompa. Se é para continuar a elogiar o trabalho magnífico do Doutor Isaltino estou aqui para o ouvir, com muito menos fastio do que das outras vezes, mas pronto. Hoje ouço-o com muita alegria. -----

----- Sobre a sociedade. Eu até tenho cábulas, Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU). Trago já cábulas. Deixe-me cá ver... Eu conheço.... Foi submetido um PIP (Pedido de Informação Prévia) que está em fase de aprovação, a sociedade está num local arrendado pelos proprietários, que foi escolhido pela própria sociedade. Os proprietários do terreno que estão a aprovar o PIP, é a expensas dos proprietários que está alugado o espaço, foi reservado no projeto um espaço para a sociedade e aguarda-se que a sociedade peça ao Doutor Isaltino uma reunião, para falar sobre o tema. É à sociedade que cabe o impulso. Não pode o Município, quer dizer, poder pode..., mas uma sociedade está num edifício que ou foi demolida ou vai ser demolido, precisa de novas instalações e ainda não procurou, ainda não pediu a reunião ao Doutor Isaltino. Pelo menos a informação que eu tenho, é que ainda não foi pedida a reunião. É claro que no próprio projeto, na fase inicial em que está, embrionária por assim dizer, está reservado um espaço multiusos para essa sociedade, portanto, os próprios promotores imobiliários reservaram isso e têm sido eles a suportar a instalação da sociedade no tempo atual. -----

----- Sobre.... Mais uma vez o Deputado Perestrelo Pereira (EO), desta vez noutra versão, retirar o estacionamento em Algés. Naturalmente uma proposta que vem das profundezas do pragmatismo, naturalmente fazer desaparecer o estacionamento de Algés não vai acontecer. -----

----- Sobre as propostas sobre a Jornada Mundial da Juventude. Duas notas para os dois

extremos. A primeira, é importante esclarecer, creio que é sabido eu sou católico, uso até um crucifixo, mas na maior parte das vezes nem sequer é para me recordar de Jesus Cristo, é para me defender de alguns vampiros que tentam utilizá-lo. Portanto..., mas está aqui, estou efetivamente muito bem protegido, recorro ao mesmo tempo a minha fé e protejo-me de alguma vampirização da mesma. Dizer da Jornada Mundial da Juventude que o Município tem trabalhado de perto com a Fundação, com os outros municípios, com o Governo da República e não é possível gastar um euro que seja, um euro do erário público, que não seja verificado por quem de direito. Nós não podemos fazer procedimentos de contratação de informação que não temos, porque a informação chega tarde. Quem está nos lugares executivos (e quem já aqui teve lugares executivos sabe isso bem) tem que estar preparado para aguentar esta pressão. No caso da Jornada Mundial da Juventude, é um evento cuja magnitude e importância transcende todas as possíveis diferenças ou interpretações sobre o diálogo ecuménico e a religião. É um encontro extraordinário que, por acaso, até potencia o diálogo ecuménico, sua santidade tem defendido isso (aliás têm todos ao longo do tempo), aberto à participação de outras fés distintas que não do catolicismo. Portanto, eu creio que é uma oportunidade extraordinária para o país, sendo crentes, não sendo crentes, respeitando-nos uns aos outros. Na certeza, volto a dizer que não haverá certamente um euro do erário público, que seja investido na Jornada Mundial da Juventude que não seja objeto de inspeção. Também para isso, eu me protejo dos vampiros. -----

-----Portanto, Senhora Presidente, é tudo quanto eu queria dizer.”-----

3.18. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado, não tem mais tempo de intervenção.”-----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----**

-----**A Senhora Presidente da A.M. prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: --**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Não, não... Por acaso, é engraçado. O Senhor falou no artigo cinquenta e eu fui ver. Diga-me lá o que é que no artigo cinquenta lhe permite...? Não, não, mas diga-me lá.”-----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu a sua intervenção, perguntando o seguinte:

----- “Sim, então? Quer interpelar a Mesa?”-----

3.19. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte Interpelação à Mesa:-----

----- “Os deputados municipais podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta, ou sobre a orientação dos trabalhos, e eu tenho uma dúvida sobre a orientação dos trabalhos.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

----- “Não, não, mas... Tem uma dúvida sobre a orientação dos trabalhos?”-----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** respondeu o seguinte:-----

----- “Tenho uma dúvida sobre a orientação dos trabalhos, que é se toda a gente... pelo menos o Senhor Vice-Presidente, parece-me que não está ciente do nome que eu uso nesta Assembleia Municipal.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não, não, desculpe...”-----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** esclareceu o seguinte:-----

----- “Queria só esclarecê-lo que é “Tomás Pereira” e não “Perestrelo Pereira”. Porque foi... Senhora Presidente, eu tenho o direito à minha identidade, tenho o direito à minha personalidade e tenho o direito...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Muito bem... Eu julguei que lhe tinham chamado..., que enfim, que se tinham referido a si... porque o Senhor... Desculpe, Senhor Deputado.... Eu, Elisabete Oliveira, chamo-me

“Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira”, assim como o Senhor se chama “Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira”.-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) observou o seguinte: -----

-----“Não interessa, Senhora Presidente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Então?”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) observou o seguinte: -----

-----“Se eu começar a tratar o Senhor Vice-Presidente por “Emanuel”, se calhar ninguém vai perceber a quem é que nos estamos a referir.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito bem. O Senhor não quer ser tratado pelo apelido “Perestrelo”. Muito bem. Ficaremos todos a saber que o Senhor Deputado Tomás (EO) não quer ser tratado pelo nome... Desculpe. Não sabíamos. Eu julguei que...”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente... Já, já tinha dito várias vezes. Isto é uma provocação constante do Executivo.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Meus senhores, desculpem. Eu julguei que o Senhor Deputado até tivesse gosto em ser tratado por um dos seus apelidos. Eu não me aborreceria nada...”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) perguntou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, desculpe lá... Posso interpelar a Mesa sem ser interrompido ou não?”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Não vale a pena, a interpelação está feita. E está dito... “ -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** observou o seguinte: -----

----- “Tentei fazer a interpelação, fui constantemente interrompido. Posso interpelar ou não? É que a Senhora Presidente, ainda por cima, está a fazer considerações sobre eu gostar de ser tratado ou não por alguns dos meus apelidos.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Foi o Senhor que disse.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Peço imensa desculpa, mas eu não disse isso e é uma consideração um “bocadinho” abusiva da sua parte. Posso?-----

----- Eu gosto de todos os meus apelidos, tenho muita honra em ter os apelidos que tenho e tenho muita honra em todos os nomes da minha família. Agora, ser usado constantemente como provocação, tratar-me por um nome pelo qual eu não quero ser tratado, é uma provocação que este Executivo e que os... Senhora Presidente... ou falo eu ou fala a Senhora Presidente. São as regras tanto quanto eu sei.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Fale tudo, não faremos comentários. Faça favor de dizer, é lamentável...”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** prosseguiu a sua interpelação, dizendo o seguinte: -- -----

----- “E se eu peço para ser tratado de uma maneira, gostava que me fosse concedida a consideração e o respeito que eu concedo a todas as outras pessoas nesta Assembleia Municipal (sejam deputados, deputadas ou membros do Executivo), de me tratarem a mim também pelos nomes que eu prefiro, independentemente de eu gostar dos meus apelidos ou não. -----

----- Senhora Presidente, lamento muito, mas também lhe fica bastante mal pôr na minha boca que eu não gosto de ser tratado por algum dos meus apelidos. Não tem a ver com gostar ou

deixar de gostar. Tem a ver com eu escolhi ser tratado assim e, portanto, se faz favor, Senhora Presidente, senhores membros do Executivo, senhores deputados e senhoras deputadas, agradecia que me tratassem pelos nomes com os quais eu pedi para me tratarem. Não tem a ver com gostar ou deixar de gostar, que isso também fique muito claro. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Muito bem. Senhores deputados, fica claro entre nós que o Senhor Deputado só quer ser tratado pelo seu apelido “Pereira”. Portanto, não podemos tratá-lo de outra forma.” -----

3.20. O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

-----“Ai podemos, podemos.” -----

3.21. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) observou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, eu discordo disso.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:

-----“O Senhor Deputado quer ser tratado... Senhor Presidente, desculpe... Eu digo que o Senhor Deputado só quer ser tratado pelo seu apelido “Pereira”. Os senhores farão o que entenderem. Porque se nós lhe estivéssemos a pôr um diminutivo, eu enfim, compreenderia que ele não gostasse de ser tratado pelo diminutivo, mas ele também não gosta de ser tratado pelos apelidos que fazem parte do seu nome.” -----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu a sua interpelação, dizendo o seguinte:--

-----“Pronto. Disse, não disse, mas por omissão, disse. O Senhor só quer ser tratado por um apelido: “Pereira”. Senhores Deputados, deixo à vossa consideração, os senhores farão o que entenderem. Mas eu acho que podemos fazer a vontade ao Senhor Deputado e tratá-lo por esse nome. Eu costumo tratar as pessoas pelo primeiro e último nome, pelo nome próprio e pelo último



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

apelido. Por exemplo, dou um caso, o Senhor Deputado António Balcão Vicente (IN-OV), eu até o trato sempre por António Vicente. Não devia, mas para não estar a utilizar vários nomes, eu ponho o primeiro e o último. Mas, Senhor Deputado, nós ficamos e tomamos notas... desculpe..., tomamos nota daquilo que o Senhor pretende. Não lhe posso garantir que assim aconteça sempre, não há nada na lei que nos obrigue, mas tomamos nota. Da minha parte haverá a melhor boa-vontade. Eu, tratá-lo-ei sempre por “Tomás Pereira”. -----

----- Chegámos ao fim do Período de Antes da Ordem do Dia com esta situação. Acho que ainda podemos entrar no Período da Ordem do Dia.” -----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 457/2023 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa à Atribuição de comparticipação financeira à União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, para dar resposta à mercearia social (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- A União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada Dafundo tem neste momento, em funcionamento, uma mercearia social que ajuda mensalmente, cerca de duzentas e quinze famílias em situação de vulnerabilidade e fragilidade social, representando uma alternativa a outras respostas existentes, nomeadamente ao Banco Alimentar Contra a Fome. Este programa é assegurado com o apoio financeiro do Município de Oeiras, com doações de particulares e outras entidades. Os pedidos têm crescido em razão dos constrangimentos económicos que enfrentamos nos dias de hoje e cujas causas são sobejamente conhecidas de todos. A mercearia social tem enfrentado algumas dificuldades na resposta aos pedidos que lhe têm sido dirigidos por quem deles necessita. Atendendo à importância que esta causa tem na vida de muitos dos nossos munícipes, nomeadamente nos que residem na união de freguesias em causa, vem a esta Assembleia para

aprovação uma proposta de atribuição de uma comparticipação financeira de vinte e cinco mil euros, para aquisição de produtos alimentares e reforço do apoio social à população que, voltamos a frisar, se encontra numa situação de vulnerabilidade e fragilidade social. -----

-----Desta feita, naturalmente que esta proposta não levanta ao PSD quaisquer dúvidas e merecerá certamente o nosso voto favorável.-----

-----Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada... bem, a Senhora não se importa que se lhe chame “Mónica Albuquerque” por acaso, não? Pronto. Não, é que o último nome não é esse, é “Correia”. Mas podemos continuar a tratá-la por “Mónica Albuquerque”? Podemos?” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“Sim, Senhora Presidente. Eu penso que estes cartões que estão há dois anos nas nossas mesas, em cada Assembleia que nós cá vimos, não são propriamente para eu saber como é que me chamo. É para a Assembleia saber como nos chamar, incluindo na chamada inicial.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Não sabia.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte: -----

-----“Não? Pronto, então se calhar sou eu que esclareço a Assembleia, que estes cartões que não foram feitos por nós, foram feitos pela Assembleia, é para saberem como é que nós nos chamamos. -----

-----Posso fazer então a minha intervenção?”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado. Mas não há problema.-----

-----Olhe, Senhora Deputada, pode, eu só não queria, realmente, ferir suscetibilidades, razão por que fiz a pergunta, porque eu acho que nós.... Está esse o nome. Faça favor. Fico a saber



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que a Senhora não tem problema se lhe chamo pelo apelido do meio. É que sabe que os apelidos, há razão para a sua ordem.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte: -----

----- “Sei muito bem, Senhora Presidente. Também sei que na lei nós temos direito à nossa própria identidade e se nós comunicamos à entidade pública, à Assembleia Municipal de Oeiras que queremos ser identificados por determinado nome, faz parte das regras a Assembleia cumprir.

----- Posso fazer então a minha intervenção?”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faça favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras concorda com a relevância da proposta apresentada, com o seu mérito e as necessidades que pretende suprir, dos mais carenciados e vulneráveis da população de Algés, Linda-a-Velha, Cruz-Quebrada e Dafundo.-----

----- No entanto, gostaríamos de alertar para cláusulas repetidas na minuta do protocolo. Não se justifica que numa minuta com apenas treze cláusulas isto ocorra e ainda por cima com informação díspar. Para a proposta ser votada hoje, tem de ser previamente esclarecido pelo Executivo qual é a cláusula que fica então válida. A cláusula quatro ou a cláusula doze, ambas sobre a duração do contrato? A primeira, a quarta, diz: “o presente protocolo produz efeitos a partir da data da publicação nos termos do previsto no número um do artigo dois da lei sessenta e quatro/dois mil e treze, de vinte e sete de agosto, vigorando por um ano”. A cláusula décima segunda diz exatamente a mesma coisa, indicando que vigorando por um período de nove meses. Portanto, qual é que é a clausula que vigora e qual é que é o período a que se aplica então este protocolo? -----

----- Muito obrigada. Isto é um erro material, obviamente que deve ser corrigido para que a

proposta esteja em condições de ser votada e aprovada aqui hoje. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** interveio e disse o seguinte:

-----“Excelentíssima Senhora Presidente, quanto à minha pessoa é indiferente ser “O'Neill” ou “Marques”.-----

-----Aproveito também para cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras.-----

-----No que concerne à proposta quatrocentos e cinquenta e sete/dois mil e vinte e três, aborda-se uma deliberação já aprovada no âmbito da atribuição de uma comparticipação financeira de vinte e cinco mil euros para aquisição de produtos alimentares, para a resposta à mercearia social.-----

-----Vimos com bons olhos e apoiamos enquanto Partido Chega qualquer gesto social de ajuda aos mais carenciados, mas não a procedimentos pouco ou nada detalhados.-----

-----Aludimos na lei, que a exigência de fundamentação é uma garantia não impugnatória dos cidadãos através da qual pretendeu o legislador reforçar as garantias de legalidade administrativa e dos direitos do cidadão perante a administração pública. Assim sendo requeremos enquanto Chega, ao abrigo do artigo treze número um do CPA e no âmbito do princípio da decisão, a fundamentação detalhada de qualquer proposta posta nesta Assembleia Municipal por parte do Executivo.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

-----“Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Não havendo mais inscrições, Senhor Presidente, o Senhor quer esclarecer esta situação?”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Bom, Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados, eu não encontro aqui a cláusula referida pela Senhora Vereadora Mónica Albuquerque (EO), não tenho aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

provavelmente o contrato.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Está, está aqui. -----

----- Senhor Presidente, é a cláusula quatro e a cláusula doze.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** observou o seguinte: -----

----- “Sim, mas eu não tenho aqui o...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mas está aqui, eu dou-lhe.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** observou o seguinte: -----

----- “Está aí? Mostre cá.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** esclareceu o seguinte: -----

----- “É a quatro e a doze.-----

----- É um lapso é, porque uma diz um ano e a outra diz nove meses.-----

----- A cláusula quatro diz um ano e a doze diz nove meses.” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

----- “Não faz sentido, realmente. Eu diria que nem é nove, nem doze meses. Nem é uma coisa, nem é outra. Portanto, nesse aspeto está..., porque a Câmara Municipal pode transferir a totalidade da verba no imediato - se a união de freguesias o pretender - tem é que depois demonstrar, ao longo da utilização dessa verba, como é que a utilizou. Mas está ali o Senhor Presidente da União de Freguesias, que saberá, provavelmente, como é que isso funciona. Portanto, em princípio, a Câmara Municipal atribuiu uma verba de vinte e cinco mil euros que, em princípio, é para um ano. Acontece que está a ser atribuída agora. Ora bem, o mais certo é que ou é utilizada até ao fim do ano, ou se não for utilizada até ao fim do ano, terá que entrar no novo orçamento.

Portanto, eu presumo que é uma verba para ser utilizada durante este ano. Da parte da Câmara Municipal não há nenhum problema em que possa ser adiantado este dinheiro. A freguesia fica é obrigada a justificar, digamos assim, à medida que vai utilizando esse dinheiro. Mas se eu passar a palavra ao Senhor Presidente da Junta, talvez ele explique melhor do que eu.” -----

-----**O Senhor Deputado João Antunes (Presidente da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo), interveio e disse o seguinte:** -----

-----“Boa tarde a todos. -----
-----Efetivamente, nós pedimos este subsídio em fevereiro, para conseguirmos fazer face às despesas até ao fim do ano. Que normalmente já não tínhamos dinheiro que chegasse, mas já tínhamos recebido no ano passado um subsídio que durou até há pouco tempo e agora pedimos outro reforço, porque não conseguimos fazer face ao aumento de preços que tem sido muito grande e além disso, as pessoas e as empresas que nos apoiavam, cada vez nos vão apoiando menos. Mesmo assim, temos quinhentas e dezassete pessoas que beneficiam deste banco alimentar e que, por mês, tem um custo de vinte mil euros, por isso é um grande apoio das empresas. O que nós pedimos à Câmara é um custo à volta de dois mil e quinhentos euros (não chega, mas é muito perto) para fazermos aquela diferença, que as pessoas cada vez mais precisam de alimento, cada vez mais temos mais pessoas a pedir e além disso, temos um défice que gostávamos que o PO (Programa Operacional) do Governo ajudasse mais as pessoas também, porque ultimamente temos mandato seis alimentos, se não for a junta a reforçar esse cabaz, as pessoas passavam um “bocadinho” mal.” -----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:**-----

-----“Excluindo as trapalhadas que o Senhor Deputado Tomás Cardoso Vasconcelos Pereira Perestrelo já aqui referiu hoje...” -----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -

----- “... as trapalhadas das propostas que vêm com trapalhadas, realmente a cláusula quarta e a décima segunda é uma trapalhada, porque num caso fala em nove meses, noutra caso fala num ano. Só quem não faz propostas é que não tem estas trapalhadas. Mas o essencial da proposta é a atribuição de um subsídio de vinte e cinco mil euros à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada. Ora bem, o que é que acontece? A Câmara Municipal, mediante esta aprovação pela Assembleia, está em condições de transferir esta verba para a freguesia. Se a freguesia entender recebê-la de uma vez, recebe-a de uma vez, se entender receber em parcelas, à medida que vai justificando, a Câmara vai pagando e eles justificam. Mas se chegarmos ao mês de setembro e porventura, este dinheiro não for suficiente, se já estiver todo gasto, a Câmara Municipal possivelmente vem com outra proposta de mais vinte e cinco mil euros até ao fim do ano. Portanto, nesta matéria, eu reafirmo aquilo que já disse várias vezes, não faltarão nunca recursos, nunca faltará dinheiro neste Concelho para suportar aquilo que são as dificuldades das famílias e portanto, se porventura estes vinte e cinco mil euros..., aliás, há aqui uma justificação, diz que o dinheiro já se gastou mais do que aquilo que estava previsto. Ora bem, é natural que essa despesa aumente. Se chegarmos a setembro ou a agosto e o dinheiro que aqui vamos aprovar não for suficiente, virá outra proposta. Nessa aí eu prometo que virá já corrigida, porque a próxima não terá nem a cláusula quatro, nem a cláusula décima segunda, dirá apenas que esta proposta de deliberação tem efeitos imediatos e resolve o problema muito mais facilmente.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), tinha pedido a palavra? Faça favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** respondeu o seguinte: -----

----- “Não preciso, já foi tudo esclarecido. É isto mesmo.-----

----- Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Pronto. Ótimo. Muito obrigada. -----

-----Meus senhores, vamos votar a proposta?” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Não Senhora Presidente, peço desculpa. -----

-----Havia aqui a dúvida se a proposta teria sido retirada ou não, para correção, porque...
O que é que estamos a votar aqui, porque a verdade é que nós temos uma minuta de protocolo que acompanha o financiamento à junta de freguesia e como sabem, nem todas as durações e vigências de protocolo precisam de ter um período de tempo associado. Elas podem ter uma cláusula que diz que a vigência ou a duração é enquanto a verba existir e não tiver ainda sido gasta, por exemplo. Não tem que estar necessariamente associada a uma data fixa. Portanto, não sendo essa opção, não se percebendo qual é a cláusula em vigor, se é a quatro, se é a doze, acho que isto não faz sentido. Ou é um erro material e tiram uma das cláusulas e votamos, ou então não deve ser assim, não é? Ou as duas. Aliás, as duas não podem ser, alguma tem que lá estar. -----

-----Muito obrigada.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** observou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados, às vezes faz-se confusão porque se pretende. Das duas, uma: a Câmara Municipal propõe de imediato que se retire a cláusula quarta e a cláusula décima segunda. Acabou. Pronto. E está o assunto resolvido.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito bem. Vamos votar a proposta, portanto sem a cláusula quatro e a cláusula doze.

-----Vamos votar a proposta número quatrocentos e cinquenta e sete. -----

-----Quer usar da palavra, Senhor Deputado? faça favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** solicitou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, eu queria requerer cinco minutos de interrupção, para se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

verificarem os termos da lei.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** concluiu dizendo o seguinte:-----

----- “Muito bem, até fazemos o intervalo e depois, quando voltarmos, votamos a proposta.”

----- **INTERVALO** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo.-- -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Bem, estamos em condições de votar a proposta? Senhores Deputados do Partido Socialista, já reuniram? E então? Como? Já está a transmitir. Podemos... dos vossos cinco minutos, resultou? Então?” -----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. Para lhe dizer que o artigo quinto, competência da Assembleia Municipal que está baseado na Lei cento e sessenta e nove, de noventa e nove de dezoito de dezembro, com a sua redação de setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro e da lei cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto e da lei setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro e da de setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, diz no número seis, do artigo quinto, o seguinte: Não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara Municipal referidas nas alíneas a), i) e m) do número três da alínea l), do número anterior, sem prejuízo de esta poder vir a acolher novas propostas e recomendações ou sugestões feitas pela Assembleia Municipal.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não podem ser alteradas pela Assembleia Municipal as propostas vindas da Câmara. Agora, a Câmara pode alterar.” -----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Não, não, Senhora Presidente veja lá os artigos.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu dizendo o seguinte:-----

-----“Não consigo ir ver esses artigos todos.”-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** continuou a sua intervenção, dizendo o seguinte:-----

-----“Não pode, a Câmara não pode alterar, porque a Câmara não está aqui. A proposta foi votada na Câmara e este não é o órgão de voto na Câmara. A Senhora Presidente pode fazer o entendimento que quiser, mas não é esse o entendimento. Muito obrigada”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Senhor Presidente sobre a proposta que o Senhor disse que retirássemos aquelas duas cláusulas diz o Partido Socialista que não se podem alterar na Assembleia Municipal as propostas da Câmara.-----

-----Eu, no meu entendimento é que a Assembleia Municipal não pode alterar, agora a Câmara pode alterar a proposta. Este é o meu entendimento.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Não há problema nenhum, a Câmara requer que se proceda à votação da mesma maneira e a Câmara comunica aqui interpretação que esta tem, que tanto pode ser nove meses como um ano, a Câmara transferirá o dinheiro imediatamente para a Junta de Freguesia, porque o dinheiro faz falta. Espero que não passe pela cabeça de ninguém pretender que se adie uma proposta desta natureza. É estar aqui a arranjar pruridos onde eles não existem. Qual é o problema que esteja nove ou doze meses? Sim, qual é o problema? Portanto, vota-se a proposta conforme está e quem não estiver de acordo vota contra, claro.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

-----“Mas para futuro é bom avaliar se a Câmara pode ou não alterar uma proposta aqui na Assembleia.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Presidente, em trinta e tal anos, sempre houve o entendimento de que as propostas podiam ser alteradas aqui a pedido da Câmara Municipal. Sempre houve esse entendimento, pelos vistos hoje está-se a inovar e atente-se que não, mas sempre houve esse entendimento. Foram muitas as propostas alteradas aqui, por minha proposta. -----

----- Portanto, eu estou a dizer que se retira esses dois artigos, não há problema nenhum, vota-se conforme está e a Câmara Municipal não fica impedida... uma coisa é se houvesse uma contradição. Reparem, nós temos que fazer a leitura mais adequada. E, portanto, a proposta conforme está, não impede que a Câmara Municipal faça o pagamento. Ora bem, o que é importante é isso. É a Câmara poder fazer a transferência do dinheiro para a União de Freguesias. Portanto, estar lá nove meses ou doze meses é absolutamente irrelevante, porque a Câmara Municipal vai transferir o dinheiro e, naturalmente, como já disse, se se gastar antes, se não der até ao fim do ano, será uma nova proposta. Se porventura não utilizarem, devolve até ao fim do ano aquilo que tiverem em excesso.” -----

----- **O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** disse o seguinte: -----

----- “Tinha pedido a palavra para dizer o seguinte...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “Peço desculpa. Senhores Deputados, eu agradeço que tomem os vossos lugares, vejo senhores deputados em pé. Agradeço que tomem os vossos lugares. Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) faça o favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** continuou a sua intervenção e disse o seguinte: -- -----

----- “Eu pretendia dizer o seguinte: -----

----- A proposta que vem até esta Assembleia, aliás, explica-se por si própria, quando no seu texto diz: “mediante proposta da Senhora Vereadora Teresa Bacelar, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira”. O essencial desta proposta, naturalmente, é a comparticipação

financeira, é o dinheiro. E não há nesta proposta, nem no regulamento, quaisquer artigos que sejam contraditórios no que respeita à questão essencial que é o dinheiro. -----

-----A outra questão é, de facto, uma questão de interpretação. Eu julgo que a posição que a Câmara deve tomar e que aliás, o Senhor Presidente já comunicou, não será, de facto, a de retirar os dois artigos, mas sim deixá-los como estão. Isto porque, facilmente se nota que há aqui um erro material que pode ser corrigido em qualquer altura e interpretada da maneira que depois a Câmara entender.---

-----Portanto, eu julgo que esta Assembleia tem todas as condições para votar isso. Aliás, deixe-me dizer que acho estranhíssima esta posição do grupo que levantou o problema, quando a sua Vereadora na Câmara votou este documento sem quaisquer entraves. Não deduziu qualquer oposição, não pediu esclarecimentos, nada. Portanto, percebeu perfeitamente o essencial que estava aqui em causa, ou seja, era o apoio a uma medida fundamental de cariz social que alguns dos nossos munícipes, infelizmente, precisam e que a Câmara e a Junta de Freguesia está disposta a fazer. E, portanto, o PSD não tem quaisquer dúvidas, está mais do que esclarecido e vai votar favoravelmente esta proposta e entende que ela deve ser votada nesta Assembleia. Disse.”-----

-----**O Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez a seguinte interpretação:-----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente. Para que não restem dúvidas, se estivéssemos em presença de uma alteração da proposta aprovada em Câmara, não era possível a Assembleia alterá-la e votá-la aqui. Portanto, nessa perspetiva, se fosse essa a situação, o Partido Socialista, naturalmente que não poderia votar esta proposta. Não se tratando dessa situação e face aos esclarecimentos que o Senhor Presidente da Câmara acabou de fazer, o PS vota, naturalmente favoravelmente. Muito obrigado.” -----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Obrigado Senhora Presidente. Nós partilhamos do entendimento que o Senhor Deputado Jorge Rato, do Partido Socialista, acabou de dizer, mas eu queria só também deixar aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

bastante claro que não se trata de uma questão de interpretação pelo menos num dos pontos. -----

----- Há duas cláusulas nesta proposta que definem prazos que não são iguais. Portanto, isto não é uma questão de interpretação. Há dois pontos na proposta em que uma diz nove meses e a outra diz doze meses. Portanto, isto não é uma questão de interpretação. Isto é uma trapalhada com dois artigos diferentes a dar intervalos temporais diferentes que configuram erro material. O Senhor Presidente já esclareceu, como é que vai abordar a questão e o que é que a Câmara vai fazer em relação a isto e, portanto, não havendo a tal alteração à proposta, estamos efetivamente em condições de votar, ao contrário do que aconteceria se houvesse alteração à proposta. Mas que fique muito claro que isto não é uma questão de interpretação e uma coisa assim meio... só com muito má vontade... não, está lá preto no branco, está lá no papel dois prazos diferentes. Portanto, isso também é muito importante ficar aqui claro, para não parecer que estamos a inventar um problema e levantar aqui uma questão que não existe. Não, ela existe, tem solução, mas a questão existe. Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Bem, vamos então votar a proposta como ela está. Terá de haver algum cuidado, talvez um bocadinho mais de cuidado, na maneira como as propostas vem e os erros que contém, mas vamos votar a proposta.”-----

4.1.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor

Alves Gonçalves, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----**“DELIBERAÇÃO N.º 69/2023** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 457/2023 – DCS – ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO, PARA DAR RESPOSTA À MERCEARIA SOCIAL** -- -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e cinquenta e sete barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cinquenta da Reunião da Câmara Municipal realizada em trinta e um de maio, e deliberou por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira, no montante de vinte e cinco mil euros, à União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz/Dafundo, para aquisição de produtos alimentares para resposta da Mercearia Social, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.1.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), fez a seguinte Declaração de Voto:

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez chegar a sua Declaração de Voto, por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras votou a Favor da Proposta de atribuição de comparticipação financeira à União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, para dar resposta à mercearia social, uma vez que concorda com a relevância da proposta apresentada, o seu mérito e as necessidades que pretende suprir dos mais carenciados e vulneráveis. Alertamos, contudo, para a disparidade de informação que consta na minuta aprovada que possui duas cláusulas com o mesmo teor e objetivo, mas com prazo e outra informação diferente. O Grupo Político Evoluir Oeiras considera que, em futuras oportunidades semelhantes, a Câmara não deve associar uma janela temporal fixa, se o valor em causa pode ser

gasto até ao final de cada ano civil.”-----

4.2. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 466/2023 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa ao Apoio às Juntas e Uniões de Freguesias para a operacionalização de apoio aos custos operacionais da implementação da intervenção e apoio social aos munícipes mais vulneráveis (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:-----

-----“Alguém pretende usar da palavra sobre esta proposta? Não havendo intervenções passo à votação.”-----

4.2.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 70/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 466/2023 – DCS – APOIO ÀS JUNTAS E UNIÕES DE FREGUESIAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE APOIO AOS CUSTOS OPERACIONAIS DA IMPLEMENTAÇÃO DA INTERVENÇÃO E APOIO SOCIAL AOS MUNÍCIPES MAIS VULNERÁVEIS** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e sessenta e seis barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número cinquenta e nove da Reunião da Câmara Municipal realizada em trinta e um de maio, e deliberou por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a

atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de cinquenta mil euros, para apoio aos custos operacionais da implementação da intervenção e apoio social aos munícipes mais vulneráveis e concretamente: -----

-----União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - dez mil euros; -----

-----União de Freguesias de Carnaxide e Queijas - dez mil euros; -----

-----União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias – dez mil euros;-----

-----Junta de Freguesia de Barcarena - dez mil euros;-----

-----Junta de Freguesia de Porto Salvo - dez mil euros.-----

-----A minuta de termo de aceitação que enquadra esse apoio, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 467/2023 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa aos Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniões de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância – 1.º Trimestre de 2023 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção:-

-----“Excelentíssima Senhora Presidente, relativamente a esta proposta e, ao contrário das anteriores, verificamos que a sua razão de ser relativamente aos acertos se insere por causa da questão de passarem a ser efetuadas agora trimestralmente. Os valores apurados estão detalhados, enquadrados juridicamente, justificados na documentação facultada da responsabilidade do técnico da DSC - Doutor João Jardim, conforme documento datado de oito de maio de dois mil e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

vinte e três, ao cuidado da Doutora Ivone Afonso. Assim sendo penso que este documento, este fim sim, está devidamente homologado. Disse.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Vou passar à votação da proposta.”-----

4.3.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar

Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 71/2023** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 467/2023 – DCS – ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS UNIÕES DE FREGUESIA E À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA - 1.º TRIMESTRE DE 2023**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e sessenta e sete barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número sessenta da Reunião da Câmara Municipal realizada em trinta e um de maio, e deliberou por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição da comparticipação financeira à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, no valor de oito mil quatrocentos e setenta e sete euros e trinta e oito cêntimos e à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, no valor de trezentos e onze euros e sessenta e dois cêntimos, uma vez que há um défice face ao montante atribuído para o primeiro trimestre de dois mil e vinte e três.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A reposição, por parte da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, do valor de doze mil duzentos e setenta e nove euros e oitenta e três cêntimos e da Junta de Freguesia de Porto Salvo, do valor de seis mil cento e quarenta e quatro euros e oitenta e três cêntimos, uma vez que há valores pagos em excesso, face ao montante atribuído para o primeiro trimestre de dois mil e vinte e três, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 475/2023 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa à Feira das Festas de Oeiras 2023 – Reconhecimento de benefício tributário de redução do pagamento de taxa devida pela ocupação do espaço público (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu gostava de questionar o Executivo sobre o porquê destes pedidos serem de redução de vinte por cento e alguns apenas de divisão do pagamento em duas tranches e não de pedidos de isenção de taxas. Há aqui alguma situação? É da parte dos próprios proponentes, alguma razão que os impeça de poder pedir isenção de taxas? -----

----- Gostava só de perceber se isto é única e exclusivamente uma iniciativa dos próprios proponentes, ou se há alguma questão legal ou de outra ordem, que possa impedir que haja aqui a atribuição da isenção de taxas à semelhança de outros casos. Obrigada.” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte: -----

----- “Gostaríamos de iniciar a nossa intervenção por enaltecer a celebração e convívio que são as Festas do nosso Concelho, contudo, consideramos que ainda existem aspetos a melhorar. Começamos precisamente pela isenção de taxas que é aquilo que nos traz aqui hoje. -----

----- Temos na feira várias dezenas de feirantes, comerciantes, proprietários de diversões,

etc. Quem é que tem isenção de taxas, de descontos, promoções ou pagamentos faseados? -----

-----Quem conhece o esquema e faz um pedido à Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Tal como referimos o ano passado, o Grupo Político Evoluir Oeiras, entende que esta redução de taxa devia ser alargada a todos os feirantes e entidades que se fixem este ano nas Festas de Oeiras, simplesmente porque não é justo que a isenção ou redução de taxas seja apenas, para quem já conhece os meandros do Regulamento de Permissões Administrativas Taxas e outras receitas do Município de Oeiras, o vulgo RPATOR. -----

-----Se aceitarmos isenções de taxas para eventos de dimensões como o Festival do Panda, Out Jazz, Festival do Marquês, NOS Alive, festivais de valores avultados, porque é que depois cobramos taxas à senhora das faturas, ao senhor das pipocas, ao senhor das rifas do “sai sempre”.

-----Certamente que não estarão recordados, mas há um ano nesta Assembleia, deixámos o repto de que se devia facilitar o processo de isenção de taxas e que se deviam informar todos estes pequenos comerciantes que podem solicitar esta redução ou isenção de taxas e também indicar como fazê-lo. O Grupo Político Evoluir Oeiras sugeriu a esta Assembleia que recomendasse à Câmara Municipal a abertura de um prazo para submissão de pedidos de redução de taxas, por exemplo de vinte por cento a vinte e cinco por cento do valor das mesmas, de todos os feirantes e não apenas de alguns na feira de Oeiras. -----

-----Ora um ano depois nada mudou, deixamos este ano a sugestão de que esta isenção possa ainda a ser dada com base em critérios desenhados de acordo com aquilo que são as boas práticas, que queremos implementadas no Município. Vou dar o exemplo: tivemos uma feira cheia de plásticos descartáveis por todo o lado, copos não reutilizáveis, não recicláveis e não tivemos separação de lixos. Existiam no recinto caixotes de várias cores, mas depois o conteúdo dos mesmos a ser despejado pelos funcionários da limpeza todos no mesmo caixote cinzento. Tudo isto à frente de quem quisesse ver, eu vi e não foi apenas num dia e ainda soubemos que os caixotes de várias cores, eram simplesmente porque não havia caixotes cinzentos suficientes, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

quantidade suficiente para colocar no recinto, ou então isto foi simplesmente para que os munícipes tivessem vaga ilusão de que aquilo que dali saía era reciclado. Por isso, somos a favor da isenção de taxas para os comerciantes que providenciem materiais sustentáveis e que separem os seus lixos durante a feira, mantendo-os não contaminados.-----

----- Para terminar, queria também deixar dois comentários. O primeiro para indicar que um convidado de luxo para encerrar os festejos, deve ser pensado de acordo com a dimensão do espaço, dado que há relatos de situações complicadas vividas no último dia das festas. Isto porque o recinto não estava preparado, nem tinha capacidade para receber todos os que queriam ver este artista.-----

----- Por último, queria fazer um voto de louvor ao próprio artista Richie Campbell, cantor português que no encerramento das festas entregou o valor do seu cachet à Casa de São Bento, em Caxias. Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra? Não havendo mais intervenções, vou passar à votação do ponto número quatrocentos e setenta e cinco, relativa à Feira das Festas de Oeiras dois mil e vinte e três para reconhecimento... desculpe, estamos a fazer a votação...”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interrompeu, dizendo o seguinte:

----- “A Senhora Presidente não passou a palavra à Câmara. Perguntou pelo menos se queriam intervir?”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** respondeu, dizendo o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, desculpe. Muito obrigada pela sua preocupação, mas eu não tiro a palavra à Câmara. O Senhor Presidente não fez sinal nenhum que queria usar da palavra, e portanto, eu continuei a votação, como tenho feito sempre. Quer usar da palavra Senhor Presidente?”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Com muito prazer, pelos vistos pensei que não havia grandes dúvidas, mas se a Senhora Deputada faz tanta questão de me ouvir. -----

-----No que respeita a isenções, isso é uma questão administrativa. Os comerciantes que pedem uma diminuição, uma redução da taxa na ordem dos vinte por cento, são aqueles que ocupam grandes espaços e que, naturalmente, são mais afetados e nem sempre o rendimento é proporcional, sobretudo aos carrosséis, julgo que da restauração, há um único que é o Restaurante do Quinito que ocupam um espaço enorme. E, portanto, a Câmara Municipal, obviamente que foi sensível a esses pedidos dos que ocupam maior espaço. -----

-----Bom, naturalmente, não se põe sequer a hipótese de redução total das taxas, porque há uma procura extraordinária significativa. A Câmara Municipal tem que fazer, mesmo assim, uma triagem enorme, porque as Festas do Concelho atingiram uma dimensão extraordinária e, portanto, não passa pela nossa cabeça estabelecer isenções de taxas. -----

-----Mas, eu queria associar-me à Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), no louvor ao Richie Campbell que, de facto, deu um donativo de quinze mil euros para a Casa de São Bento, em Caxias, ao qual a Câmara justamente se vai associar e vai dar exatamente mais quinze mil. Portanto, seguindo o exemplo que o Richie Campbell fez, a Câmara Municipal vai contribuir também com quinze mil. É um incentivo a que outros artistas, eventualmente, possam ter atitudes semelhantes e, portanto, deixo aqui também um voto de louvor da Câmara Municipal, ao artista que traduziu uma atitude que felizmente, é cada vez mais vulgar de responsabilidade social e de participar, tanto mais que ele é natural de Caxias, nasceu em Caxias. Portanto, é um filho da terra e não quis deixar de expressar a sua solidariedade para com instituições que ele conhece bem desde criança. Muito obrigado.” -----

4.4.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes) e com uma abstenção do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 72/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 475/2023 – DTGE – FEIRA DAS FESTAS DE OEIRAS** -----

2023 - RECONHECIMENTO DE BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO DE REDUÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DEVIDA PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e setenta e cinco barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número sessenta e oito da Reunião da Câmara Municipal realizada em trinta e um de maio, e deliberou por maioria, com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com uma abstenção do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a aceitação da redução da cobrança, através da redução da área, a favor do requerente com o restaurante “Quinito”, com o valor final de cinco mil quinhentos e noventa e quatro euros e quarenta cêntimos;-----

-----O desconto de vinte por cento sobre a taxa da ocupação do espaço público e aceitação do pagamento faseado em duas tranches, a favor do requerente com o divertimento “Mini Montanha O Dragão”, com o valor final de onze mil dezasseis euros e oitenta e sete cêntimos;---

-----O desconto de vinte por cento sobre a taxa da ocupação do espaço público, a favor do requerente com o divertimento “Wonderland”, com o valor final de três mil cento e cinquenta e dois euros e setenta e quatro cêntimos;-----

-----O desconto de vinte por cento sobre a taxa da ocupação do espaço público, a favor do requerente com o bar “Gaivota”, com o valor final de cinco mil trezentos e setenta euros e sessenta e dois cêntimos;-----

-----A aceitação do pagamento do valor de dois mil quinhentos e dezassete euros e quarenta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e oito cêntimos, faseado em duas tranches, a favor do requerente com o bar “Bar do Tó”, “Progress Summer Unipessoal, Limitada”; -----

----- A aceitação do pagamento do valor de mil duzentos e sessenta e seis euros e quarenta e um cêntimos, faseado em duas tranches, a favor do requerente com o divertimento “Funworld Superblocks”, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu fiz um voto de louvor, não sei se quer que entregue redigido para a próxima Assembleia? Se votamos? Se não votamos?” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu dizendo o seguinte: -----

----- “Um voto de louvor neste momento, não vou fazer a votação. Entregue por escrito e fica na ata.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Entregaremos, muito obrigada. Sim Senhora, muito obrigada.” -----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 478/2023 – DMAG/DFP – relativa à Segunda Adenda ao Contrato de Empréstimo BPI (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção: -

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, depois de tantas isenções camarárias, reduções e pagamentos faseados sem juros, deferidos pela Vereação, vamos às consequências e à realidade das contas. -----

----- Abordamos o último financiamento bancário conhecido de trinta e quatro milhões e meio de euros a pagar em vinte anos, contratado pelo Município de Oeiras ao Banco BPI, SA para

financiamento de investimentos. -----

-----Reiteramos que votámos enquanto Partido Chega, contra este pedido de crédito, especialmente pela forma como foi contratualizado, como já justificado anteriormente pelo Partido Chega, como ainda por se tratar de uma despesa, a nosso ver e com o devido respeito, faraónica, perante uma Autarquia com défice. -----

-----Da mesma forma em que o Banco BPI e outras entidades bancárias (todas) estão obrigadas a comunicar ao Banco de Portugal, a informação relativa às responsabilidades efetivas ou parciais decorrentes de operações de crédito, requeiro ao Executivo que faculte novamente atualizado o mapa da central de responsabilidades de crédito. A fim de comparar o saldo atual com o anterior, no sentido de ver a taxa de esforço que a Câmara tem à data, nos termos do disposto na instrução legal dezassete barra dois mil e dezoito do Banco de Portugal.-----

-----Friso que todos os devedores, todos nós, é reconhecido o direito de acesso à informação, não havendo aqui a justificação da proteção de dados. -----

-----Pretende o Partido Chega comparar esta informação financeira à data, com a última e única disponibilizada acerca de oito meses, sendo este o entendimento de qualquer cidadão prudente face às contas.-----

-----Contudo, queremos congratular também o Tribunal de Contas, e desde já também o procedimento da Câmara, uma vez que a Câmara pediu um parecer, parecer esse que fez com que, no segundo aditamento houvesse aqui uma alteração. Alteração essa que nós vimos com muito bom agrado. Acautelando-se assim o prazo e a finalidade do contrato com maior rigor; o somatório do indexante e da margem do spread; mora caso verificável; a obrigação do Município cumprir o serviço da dívida resultante do contrato com as receitas previstas na respetiva execução orçamental anual e durante a vigência do presente empréstimo. Disse.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Eu estava aqui a olhar para esta proposta e lembrei-me imediatamente ali do Senhor Vice-Presidente da Câmara Francisco Rocha Gonçalves, que se diverte muito a trocar os nomes a outras pessoas e outra diversão que ele tem, é dizer que o Grupo Político Evoluir Oeiras gosta muito de cavar. Lá nos raciocínios dele, isto faz sentido, quando se fala de Reserva Agrícola Nacional, diz que nós gostamos muito de cavar. Mas eu olho para esta proposta e eu vejo que, afinal, o Senhor Vice-Presidente também gosta muito de cavar. Isto porque, eu vejo as obras a que esta adenda ao contrato de empréstimo vai retirar financiamento e vejo que estão todas escavacadas. Vejo que se retirou completamente o montante afeto do empréstimo à execução da passagem superior pedonal de Algés, alojamento para sem-abrigo em Paço de Arcos e por aí fora.

----- Portanto, esta proposta aquilo que faz é cavar orçamentalmente uma data destas obras que são estruturantes para o Município e enfia-as noutro buraco que a Câmara também anda a cavar, que é o do Fórum Municipal.-----

----- Portanto, com esta proposta tira-se verba de obras que são importantes e estruturantes para o Concelho efetivamente. Nós, na altura até quando o contrato de empréstimo veio aqui pela primeira vez dissemos que, efetivamente, pronto, todas as questões em torno do contrato de empréstimo, apesar disso, era bom servir para financiar algumas obras que nós reconhecemos como sendo importantes para o Município e vemos que esta adenda pura e simplesmente cava um buraco e atira essas boas intenções originais para esse buraco. -----

----- Portanto, temos um buraco cavado em obras estruturantes para o Município, um buraco cavado no Fórum Municipal que agora bebe aqui mais doze milhões trezentos e cinquenta mil euros deste empréstimo e com o jeitinho muito particular que o Senhor Vice-Presidente e que a Câmara tem, com muito jeitinho, ainda vamos acabar também com um buraco cavado nas contas e nos orçamentos da Câmara. E, portanto, com tanto cavar que o Senhor Vice-Presidente aqui fez, nós ficamos um bocadinho preocupados e ao ver aquilo que está nesta proposta, naturalmente não

poderemos votar a favor. Muito obrigado.”-----

-----O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

-----“A confusão que aqui se cria, às vezes, com certas intervenções entre a estrada da Beira e a beira de estrada é grande e somos tentados a discutir aqui coisas que não têm rigorosamente nada umas a ver com as outras. -----

-----Desde logo, a simples referência à isenção de taxas, para depois comparar com o financiamento que está aqui em causa. A situação dos créditos que a Câmara terá ainda e este pedido que é recorrente de verificação da situação financeira da Câmara quando toda a informação nos é prestada, designadamente ainda há pouco tivemos a oportunidade de apreciar a conta de dois mil e vinte e dois da Câmara Municipal, onde é absolutamente claro, quais são as responsabilidades que a Câmara Municipal tem, que o Município tem e não só o próprio Município, como as entidades em que participa.-----

-----Portanto, eu não percebo qual é, enfim, a questão que está por detrás disto, quando se quer fazer crer que a situação financeira da Câmara não é aquela que efetivamente é. E, portanto, é uma tentativa de estabelecer a confusão. Como é uma tentativa de estabelecer a confusão a intervenção que o Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) aqui nos trouxe, de dizer que as obras ou as intervenções estratégicas da Câmara Municipal estão postas em causa, ou foram postas de lado. Para já, não compete ao Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) dizer quais são as opções estratégicas, nem as obras estratégicas que a Câmara Municipal tem, por um lado.-----

-----Por outro lado e pela oportunidade, que tive de ler, presumo que exatamente o mesmo que o Senhor Deputado teve, não vejo em circunstância nenhuma que esteja posta em causa a concretização dessas obras. O que se passa, e em termos práticos é o que aconteceu, aliás, quando foi aprovado nesta Assembleia este empréstimo, tínhamos conhecimento, e essa lista foi apresentada, era um anexo ao contrato em que a Câmara Municipal dizia quais eram as obras para que aquele financiamento iria contribuir. Acontece, e só quem não está no poder executivo, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

esteve, não está e por este andar, continuará a não estar por muitos anos, é que não percebe que o ritmo e a evolução das obras, não é de acordo com a vontade de cada um. É de acordo com as circunstâncias, é de acordo com aquilo que vai sendo possível e o que não fazia nenhum sentido era ficar a aguardar uma parte de um financiamento para uma obra que não está em condições ainda de ser concretizada. Isso é que me parece que seria uma coisa absurda. -----

----- Portanto, aquilo que a Câmara Municipal aqui nos vem apresentar, é uma alteração dessa lista, não é uma alteração do financiamento, porque o montante é exatamente o mesmo. Não é uma alteração das condições do financiamento, porque as condições tanto quanto sei, não foram alteradas. São as condições de aplicação daquela verba, em concreto, daquele montante em concreto que não podem ser as mesmas que estavam pensadas inicialmente. E só quem não anda neste mundo é que não percebe, o que, entretanto, se alterou. -----

----- Todos temos a consciência que ao nível das obras municipais, como de resto de tudo o que tenha a ver com a construção, ou tudo o que tenha a ver com obras públicas e obviamente também não só as obras públicas, houve nos últimos dois anos, dois anos e meio, uma alteração muito substancial dos preços que se traduziu num aumento que em certas áreas, chega aos trinta/trinta e cinco/quarenta por cento e já esteve pior. Já houve alturas em que os preços subiram a níveis ainda mais altos que esses. E é evidente que uma Câmara Municipal, não esta só, todas as câmaras municipais que tinham obras em curso, tiveram que fazer face a estas novas condições e às exigências que decorreram das alterações das circunstâncias. -----

----- Portanto, este empréstimo não está em causa. Este financiamento está concedido, as condições são as mesmas, o que há, como disse, é uma alteração do objeto, no sentido não de financiamento, mas da aplicação prática destes fundos. E do nosso ponto de vista, bem andou a Câmara Municipal quando entendeu dar prioridade àquilo que estava em curso e dar prioridade à utilização dessas verbas nas necessidades que tinha. -----

----- Portanto, não vemos qualquer problema com isto e estamos certos que o conjunto de

obras, que o Evoluir diz que estão postas em causa, estou absolutamente certo que o Senhor Presidente da Câmara não deixará de confirmar, nem a sua necessidade, nem o interesse que a Câmara continua a ter na concretização dessas mesmas obras. Disse, muito obrigado.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. É só porque eu estranho que a inflação sobre os custos da construção que o Senhor Deputado António Moita (IN-OV) referiu e bem, é uma realidade, é uma evidência, nós não contestamos, mas serve para justificar a transferência de verbas de umas obras para a obra do Fórum Municipal, mas depois quando se fala de esses custos de construção afetarem outras obras e eventualmente, serem postas em causa, aí o aumento dos custos de construção, subitamente já não existe e já não é um problema. -----

-----Depois, também, queria dizer ao Senhor Deputado António Moita (IN-OV), que eu jamais me arrogaria de dizer o que é que são as prioridades estratégicas da Câmara, isso nós sabemos que compete ao Executivo dizer e nunca dissemos o contrário. -----

-----Agora, aquilo que nós vemos nesta proposta, é uma alteração aos propósitos, às condições não financeiras, mas ao propósito para que o empréstimo iria servir inicialmente. Aquilo que nós temos aqui é uma alteração a isso. E se nós votámos o empréstimo também em função disso, esta alteração substancial e material dos factos que é basicamente aquilo para que o empréstimo vai servir, isto será alterado, também altera a nossa perceção política em relação ao empréstimo... pode abanar a cabeça e dizer que não e está no seu direito, isso pode não afetar a sua perceção em relação ao empréstimo, afeta a nossa. E temos direito, parece-me a mim, também creio que o Senhor Deputado não pôs isso em causa, temos o direito que a nossa interpretação seja alterada em função de uma alteração substancial e material dos factos e, portanto, é isso que está aqui em causa. -----

-----Nós não pusemos em causa as condições do empréstimo, o valor do empréstimo ter sido alterado, aquilo que nós estamos a dizer e que está, efetivamente, também na proposta, creio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que toda a gente pode ler, é que o dinheiro que advém desse empréstimo e dessas condições que foram negociadas dantes ia servir para uma coisa e agora vai servir para outra. Nós sabemos que isso é normal, que isso acontece e que as circunstâncias se alteram, que às vezes, é preciso fazer esses ajustes. Agora, nós também ajustamos a nossa perceção e a nossa posição perante factos que mudaram, pura e simplesmente. Portanto, isto é, da mais elementar normalidade e parece-me que aquilo que temos é uma discordância perfeitamente saudável do ponto de vista político, mas é uma discordância. O Senhor Deputado vê as coisas de uma maneira, nós vemos de outra e parece-me que temos argumentos sólidos para ver da maneira que vemos. Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira do GEO (Grupo Evoluir Oeiras), e não venha invocar o seu direito a não querer ser tratado por este nome, porque este é o nome oficial com que o Senhor Deputado está registado no portal oficial desta Assembleia Municipal, o que me dá o pleno direito de o tratar pelo seu nome completo. -----

----- Senhora Deputada, se não se importar, eu continuava a minha intervenção. -----

----- É vulgar, já estamos habituados a que o Senhor Deputado viva num mundo virtual. Mas vou facilitar-lhe a função hoje, porque vivendo no mundo virtual, tem bastante dificuldade em perceber qual é a realidade efetiva que existe no terreno e a necessidade automática, de quem governa e tem poder executivo, de se adaptar quando a realidade tem alterações significativas. E, como tem a prática habitual também de tentar encontrar “pelo em casca de ovo”, eu vou ler-lhe aquilo que, provavelmente, não leu ou se leu não percebeu, mas então vou ler-lhe e uma vez que fez uma birra, com a utilização do nome com que foi identificado pelo Senhor Vice-Presidente, eu vou ler-lhe como leria a uma criança que tivesse birras e passo a citar: -----

----- “Decorrente do cenário macroeconómico atual, que se verifica por toda a europa, em que a escalada dos preços das matérias-primas sofreram uma inflação significativa pelas diversas

conjunturas económicas, políticas e sociais, verifica-se que os valores previstos para determinados investimentos incluídos e suportados pelo contrato de empréstimo quase que duplicaram o seu valor. Paralelamente, verifica-se também que existe uma maior escassez de matérias-primas que originam atrasos no início destes investimentos, pelo que alguns já não irão decorrer dentro do prazo de utilização do referido empréstimo. -----

-----De modo a alocar a totalidade do valor contratualizado, pela redução do montante a financiar pelos projetos adiados, e tendo em consideração que o maior investimento em curso no Município é a construção do Fórum Municipal, que, decorrente do aumento generalizado de preços (matérias-primas e mão-de-obra), sofreu uma revisão do preço inicial estimado em cerca de quinze milhões de euros, verifica-se a necessidade da alteração do Anexo I ao Contrato de Empréstimo.

-----Face à mudança da conjuntura económica, deverá ser incluído nos projetos a financiar pelo empréstimo, o montante remanescente da empreitada do Fórum Municipal, por conta dos projetos que não serão iniciados em tempo útil (pelos motivos já alocados), bem como o ajustamento do montante a financiar de outros que por força da entrada em vigor do contrato de empréstimo, apresentavam um grau de execução superior ao previsto no mesmo, conforme quadro que segue abaixo.” -----

-----Senhor Deputado Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira (EO), se quer algum texto mais claro do que este dificilmente encontrará. Mas, aliás, como vulgarmente quem vê o argueiro nos olhos dos outros e não consegue ver o tronco no seu próprio olho, lembrava-lhe que quase me era tentado a pensar, que a sua intervenção está no mesmo nível da política que leva a Senhora Deputada Carla Castelo quando ... a Senhora Vereadora Carla Castelo, peço desculpa, ao referir-se a estes dinheiros que correspondem a uma transferência, não fala em transferência, mas fala em desvio. A palavra desvio associada a dinheiro, Senhor Deputado, a palavra desvio associada a dinheiros lida à pressa, pode ter consequências muito complicadas. Aliás... é preferível ficar por aqui Senhor Deputado.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhor Deputado, eu também acompanhei os últimos anos, ao nível da economia mundial, ao nível da pandemia, ao nível de tudo isso...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Se eu puder...”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado peço-lhe atenção para o seu o tempo, para o tempo que o Senhor tem para a sua intervenção.”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) disse o seguinte: -----

----- “Enfim... adiante, adiante, tem razão...” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Atenção ao tempo que tem para a sua intervenção, não perca tempo.”-----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) disse o seguinte: -----

----- “Se puder não ser interrompido nem pelo Senhor Deputado nem pela Senhora Presidente...” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Sim, sim, eu desconto-lhe esta interrupção.”-----

----- O Senhor Deputado Tomás Percira (EO) disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado pela sua compreensão, Senhora Presidente.-----

----- E, portanto, eu sei que, e até já tinha referido, o Senhor Deputado, se calhar, escolheu

não ouvir ou não ouviu, que isso é um fator e que nós compreendemos esse fator. Agora, Senhor Deputado compreenda também, e talvez tenha sido nesse sentido, creio que sim, que a Senhora Vereadora usou a palavra desviar dinheiro de um investimento para o outro, que não tem nenhuma conotação negativa, pura e simplesmente uma questão direcional. Senhor Deputado também não veja maldade em tudo aquilo que nós dizemos, isso parece-me um bocadinho preconceituoso da sua parte. -- -----

-----Portanto, alocar dinheiro que estava alocado a uma obra a outras é uma opção política também, é uma opção orçamental, financeira, tudo o que lhe quiser chamar no âmbito do contrato de empréstimo. Mas tem opções políticas subjacentes e eu espero que o Senhor Deputado não esteja a dizer que nós não temos o direito político a interpretar essa alteração de uma maneira política e interpretá-la negativamente, que é o que aqui estamos a fazer. Nós nunca concordámos com a obra do Fórum Municipal, creio que isso não é segredo para ninguém. E, portanto, vermos dinheiro que estava alocado a outras obras com as quais nós concordamos ou discordamos menos, passar para uma obra com a qual nós discordamos parece-me razoável da nossa parte, ver isso de forma negativa e dizê-lo. -----

-----Portanto, eu percebo que sempre que o Grupo Político Evoluir Oeiras fala, o Senhor Deputado fica aí numa grande exaltação, nervosismo e tem que me responder e tem que me chamar criança e provocar-me com os meus nomes, que é uma coisa que hoje o IN-OV está a fazer muito, mas Senhor Deputado, isto não vale a pena, esta questão, como o Senhor Deputado, aliás, leu a proposta, é clarinha e os senhores interpretam de uma maneira e nós interpretamos de outra e está expressa a nossa interpretação e está expressa a vossa. Creio que não há muito mais por onde puxar aqui este assunto, mas se quiserem falar mais um bocadinho de apelidos e chamar-me criança outra vez, acho que ainda tem bastante tempo, eu já não, portanto, muito obrigado, Senhora Presidente e façam favor.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Mais algum senhor deputado pretende intervir sobre este ponto? Não há mais intervenções, pergunto ao Senhor Presidente se quer usar da palavra.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Claro, Senhoras e Senhores Deputados, que vou usar da palavra, apetece sempre, mas temos que fazer um esforço de contenção, porque este fenómeno de imitação da Assembleia Municipal à Assembleia da República, parece encantar algumas pessoas e, portanto, abusa-se um bocadinho da retórica. -----

----- Não sei se se recordam dos tempos do barroco, em que havia poetas que já não tinham tema e faziam poesia ao candelabro, aqui também parece que estamos um bocadinho nessa mesma situação. -- -----

----- Na realidade, esta proposta não tem nada de relevante. É uma proposta mais de natureza administrativa do que outra coisa, de política não tem nada. Realmente, houve a contração do empréstimo há uns meses atrás para realizar determinadas obras. E como é do conhecimento dos Senhores Deputados, foram sinalizadas as obras que se pretendiam financiar com esse empréstimo que, naturalmente, se pretendia antecipar a realização das mesmas com recurso ao empréstimo. -----

----- Acontece que vicissitudes que acontecem com frequência nas obras, determinaram que elas não pudessem estar em curso. Por exemplo: a passagem superior de Algés, no Dafundo, se há obra que eu penso que ninguém dúvida, do interesse que a Câmara Municipal tem, em realizar rapidamente aquela obra.-----

----- Já foi objeto de três concursos, dois ficaram desertos, é a Câmara Municipal responsável por isso? É uma obra que começou, nas medições que se fizeram, por cerca de novecentos mil euros. Neste momento, está em dois milhões e meio, à volta disso. Foi adjudicada e o concorrente comunicou à Câmara Municipal de que não estava em condições de fazer a obra. O que é que a Câmara vai fazer? Bom, há que resolver a situação, a empreitada e abrir um novo

concurso, portanto, isto faz parte da vida.-----

-----A variante de Porto Salvo, também era uma obra na ordem dos três milhões e qualquer coisa. Não foi possível chegar a acordo com alguns proprietários de terrenos e a obra não pôde avançar. E há outras cujos projetos não evoluíram da forma que se pensada que iam evoluir. ----

-----Portanto, vamos lá a ver. A Câmara Municipal ia perder este dinheiro? Não o ia utilizar? Não. Se tem obras que estão em curso, que estão a andar, vamos utilizar nessas obras. Mas vem logo o discurso do edificio da Câmara e eu aí até tenho que fazer uma correção ao Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), não é a maior obra que está a decorrer no Município. -----

-----A maior obra é a habitação que são trezentos milhões de euros que estão em curso. Aliás, serão setecentos milhões, não, perdão, são trezentos milhões, são cento e cinquenta milhões da responsabilidade da Câmara e cento e cinquenta milhões da responsabilidade do Estado. Mas quero-vos dizer que já tenho a palavra de honra do Primeiro-Ministro que vai haver mais cerca de trezentos milhões. O que quer dizer que temos luz verde para nos candidarmos. É verdade, temos luz verde para nos candidarmos a mil e quinhentas e é público. O Senhor Primeiro-Ministro na visita que fez há dias em Carnaxide, à Schröder, disse-me que, realmente, estava de acordo que era possível a construção em terrenos rústicos e, portanto, já tinham analisados e a Câmara Municipal de Oeiras, o Município de Oeiras, tem no seu território terreno rústico para fazer mais mil e quinhentas casas. E, portanto, não vai faltar dinheiro para fazer essas casas. Portanto, o grande investimento que está a decorrer neste momento é a habitação. -----

-----E, naturalmente que estando a obra do edificio municipal a correr bem, com o empreiteiro a recuperar até algum atraso que teve, havia um atraso de cerca de seis meses e está a recuperar esse atraso. Naturalmente que há cerca, julgo que perto de doze milhões de euros que são canalizados deste empréstimo para o edificio. Mas, eu chamo-lhes a atenção, não são só empreiteiros que não... ou os concursos ficam desertos ou que não levam por diante obras que lhes foram adjudicadas porque, entretanto, os preços modificaram-se de tal maneira que eles



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

entendem não fazer a obra. Mas a revisão legal de preços, curiosamente não falaram disso aqui, a revisão legal preços, na ordem dos trinta por cento, para um edifício, por exemplo, de cinquenta mil euros são logo quinze milhões de euros de revisão de preços. Agora imaginem, num investimento na ordem dos setenta/oitenta milhões de euros, trinta por cento são mais vinte milhões de euros. Só na revisão legal de preços são vinte milhões de euros e o Município tem que arranjar dinheiro em algum lado. Não vai parar as obras, porque há revisão legal preço.-----

----- Portanto, o que estamos aqui a falar é de uma engenharia financeira relativamente a um empréstimo que estava contraído e em que o dinheiro não se gasta nas obras que estavam previstas iniciarem-se, mas vai para outras que estão a correr bem. Portanto, os dinheiros do Município, é um sistema de vasos comunicantes, mas atenção, nesta Assembleia hoje, como viram, nós aprovámos, para aí também não nos falta dinheiro, para a intervenção social, apoio às famílias, etc. Portanto, apoiamos as famílias, fazemos habitação e fazemos jardins. Aliás, esta do edifício faz-me lembrar um bocado, quando construímos aquela fonte que está lá perto, dizia-se que era uma megalomania também do Isaltino, aquela fonte junto ao Oeiras Parque e agora já toda a gente diz que é pequena. Quando fizemos o Passeio Marítimo, a Piscina Oceânica e a Marina, o mar ia levar tudo. Eramos uns irresponsáveis estar a fazer aquilo. Está lá tudo e bem. O Parque dos Poetas, bom, finalmente já me apercebi que hoje houve aqui grandes elogios ao Parque dos Poetas, mas na realidade o Parque dos Poetas, pouca gente acreditava que era possível fazê-lo. E designadamente muita pouca gente acreditava que os mecenas iriam ser daquele nível. Portanto, mais de metade daquelas esculturas foram financiadas por mecenas do Concelho, foram sensibilizados para o efeito, etc. -----

----- Portanto, as grandes obras marcam o território. As grandes obras contribuem para a qualidade de vida das pessoas. Mas, naturalmente, não podemos descurar e essas grandes obras não podem ser feitas à custa do sacrifício das famílias ou das pessoas mais vulneráveis, mais fragilizadas e, portanto, como é bom nos apercebermos todos, não é fácil percebermos todos, a

Câmara Municipal nesse aspeto não descarta as necessidades das pessoas. E, portanto, reparem, somos um Município, com um território com características, em que muita coisa tem que se fazer ao mesmo tempo. Nós temos que fazer obras de dimensão, temos que fazer obras na educação, na cultura e no desporto. Temos campos de futebol a construir, temos teatros, temos escolas em construção, creches e habitação, um pouco de tudo.-----

-----Agora, é fundamental que nada falte às pessoas e isso nós temos-lo garantido. Portanto, eu não percebo alguma retórica que ouvi aqui, relativamente à utilização deste empréstimo, não nas obras para que foi contraído, mas nas obras que estão a correr bem.-----

-----O que é que pretendia? Na realidade, o que é que pretendia? Que se dissesse ao banco que já não precisamos desse dinheiro, fica lá com ele, porque nós arranjamo-nos sem empréstimo. Obviamente que não éramos consequentes, se temos obras que estão a andar bem. E mais, se temos um agravamento de revisão preços que, como digo, andaré muito próximo do total das obras que a Câmara tem, andaré muito próximo dos vinte milhões de euros, obviamente que esses vinte milhões de euros, como aconteceu com a Covid, nós temos que nos encaixar, temos que ter receita para o efeito.-----

-----Portanto, é uma discussão que, naturalmente, pode ter contornos políticos, mas não passa disso. Se formos espremer toda a discussão que aqui temos e formos à questão material, àquilo que está mesmo em causa, no fundo, o que estamos aqui a tomar é uma decisão meramente formal. É uma formalidade, não é mais do que isso, a não ser que também dissessem: “Bom há revisão global dos preços”. A Câmara Municipal não contraiu este empréstimo para o edifício. Aliás, não é este empréstimo que vai resolver os problemas do edifício. Este empréstimo é para outras obras que nós poderemos, eventualmente, fazer se tivéssemos condições para o fazer. Se tivéssemos projetos concluídos ou obras, mas se vamos abrir um concurso público agora para uma obra, se o prazo de utilização deste empréstimo está limitado, quando nós estivéssemos a adjudicar uma empreitada já o empréstimo tinha caducado.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Na realidade, o que estamos a fazer é dar eficiência àquilo que são as nossas decisões, caso contrário, perdia-se o dinheiro e não se realizavam as obras. -----

----- Portanto, é tão simples como isto. É uma decisão meramente administrativa que estamos a tomar. Porque a decisão política já foi tomada lá atrás, foi tomada quando se fizeram as adjudicações de determinadas obras e designadamente o famigerado edifício. Parece que o edifício agora serve para tudo, mas a realidade é esta. O edifício não impede o Município de Oeiras de fazer qualquer obra que é fundamental. Por exemplo, no caso da habitação, o PRR financia-nos praticamente a cem por cento, mas é habitação. O PRR não financia por exemplo áreas comerciais, áreas sociais, creches, etc., isso já não é financiado pelo PRR. Mas nós aproveitámos muitos dos edifícios onde fazemos habitação municipal e eu ainda há dias fui visitar o Alto da Montanha, onde estão a ser construídos sessenta e seis apartamentos que, em junho do próximo ano, por esta altura, estarão a ser entregues as chaves. Portanto, é uma empreitada que está a correr bem, mas o rés do chão daquele edifício e o estacionamento, tem dois pisos de estacionamento que não são financiados. Tem um rés de chão onde, eventualmente, podemos vir a fazer equipamento social, que custa alguns milhões de euros e que tem que ser suportado pelo orçamento da Câmara Municipal. Portanto, não percebo, sinceramente, esta discussão acerca desta adenda ao empréstimo que, na realidade, o que visa é fazer um aproveitamento eficiente daquilo que é uma disponibilidade financeira que a Câmara e a Assembleia Municipal conseguiram que o banco nos disponibilizasse. É disto que se trata. Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. Deputado Jorge Rato (PS), faça o favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente da Câmara, registo a sua intervenção e a forma serena e afável como se referiu no campo da habitação, ao Senhor Primeiro-Ministro e a este Governo. -----

----- Gostaria de lhe pedir que fizesse um esforço para estar cá nas Assembleias Municipais

desde o princípio para não haver uma dessintonia da parte do Executivo, entre vossa Excelência e o discurso do Senhor Vice-Presidente, que hoje verbalizou um conjunto de ataques em relação à descentralização. Não é tanto o que disse, é a forma como o diz, ainda por cima, afirmando coisas que não são verdade e o Senhor Vice-Presidente sabe que não é verdade em relação àquilo que foi dito pela Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) relativamente à transferência de competências na área da educação e no financiamento dos equipamentos escolares, não próximo dos cem por cento, como o Senhor Presidente diz que é na habitação, mas sim, a cem por cento nas escolas. Muito obrigado.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Senhor Presidente, permita-me, é que eu depois de ter sido objeto deste vil ataque, baixo...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Vergonhoso devo dizer. Senhor Deputado Jorge Rato (PS), não esperava da sua parte, parece que está a fazer queixa ao Senhor Presidente do que se passou. Vergonhoso.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção:-----

-----“Eu queria... (barulho na sala) Senhora Presidente, eu não consigo usar da palavra...”

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Pois não. Vamos continuar.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, apenas para dizer que toda a linha argumentativa que este Vice-Presidente usou e que a moção que foi aprovada segue, é apenas e só a defesa intransigente dos interesses do Município de Oeiras, sem olhar a cores políticas e à cor política do Governo que muito respeitamos. Nós respeitamos o Governo e queremos a transferência de competências, aliás, volto a dizer a “guichetização” que está a ser realizada, mas queremos que essas transferências ditas competências sejam feitas com os recursos adequados e o cumprimento dos compromissos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

por parte do Governo da República, os escritos e os verbalizados. Enquanto nós não virmos os compromissos cumpridos, estamos de boa fé, mas de pé atrás. É só Senhora Presidente. -----

----- Senhor Presidente, secunda, portanto, o ataque de que fui objeto fica claro.”-----

----- O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado Jorge Rato (PS), embora eu tenha subscrito hoje, em nome do Grupo IN-OV, uma moção que não acusa o Governo de rigorosamente nada, apenas exige ao Governo determinado comportamento, de quem está à partida com um pezinho atrás, não renego de maneira nenhuma, muito antes pelo contrário, os variadíssimos elogios que aqui nesta Assembleia eu já fiz ao Governo da República, em tudo o que diz respeito ao seu programa de construção, nomeadamente naquilo que diz respeito ao Concelho de Oeiras. Já os fiz, renovo e nada invalida a forma como hoje a moção aqui foi apresentada. Uma coisa não anula a outra, pelo que, de facto, considero que o seu comentário hoje foi infeliz, mas todos nós temos comentários infelizes. Disse, Senhora Presidente.”-----

4.5.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito

Filipe), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com três votos contra do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), e com duas abstenções, sendo uma do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e uma do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques).-----

-----O Senhor Deputado Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 73/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 478/2023 – DFP – SEGUNDA ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BPI**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e setenta e oito barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número setenta e um da Reunião da Câmara Municipal realizada em trinta e um de maio, e deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com três votos contra do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, e com duas abstenções, sendo uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Chega, aprovar, de forma a materializar as alterações aos investimentos e valores enquadrados no empréstimo contratado, o seguinte: -----

----- A autorização para a manutenção e continuação em execução do projeto de investimento “Edifício do Fórum Municipal” e consequente inclusão do mesmo no empréstimo;-

----- A desafetação e alteração dos montantes dos projetos identificados na proposta de deliberação a considerar no referido empréstimo em curso. -----

----- A autorização para a formalização da Segunda Adenda ao Contrato de Empréstimo, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 485/2023 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa aos Concertos The Weeknd, Maroon 5, Def Leppard e Mötley Crüe e Harry Styles – Atribuição de comparticipação financeira à Everything is New, apoio logístico e isenção de taxas municipais (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) disse o seguinte: -----

----- “Ora, temos aqui mais um pedido de isenção de taxas e eu não posso deixar salientar o seguinte: -----

----- Temos quatro concertos (The Weeknd, Maroon 5, Def Leppard e Harry Styles) que vão receber um apoio por parte do Executivo, além de todo o apoio logístico descrito nestas propostas, um apoio, uma comparticipação financeira de duzentos e cinquenta mil euros. Além

disso, vem a esta Assembleia Municipal o pedido de isenção das taxas. Ainda há dez minutos estivemos a votar uma proposta que fez com que o Senhor Joaquim Guerreiro, o Senhor José Francisco, o Senhor Manuel Onofre e o Senhor Ricardo Carvalho pagassem taxas nas Festas de Oeiras, que em alguns casos, ascenderam a onze mil euros para terem um divertimento nas Feiras de Oeiras. Este é o problema do poder discricionário da Câmara Municipal de Oeiras na atribuição destes apoios e nos pedidos de isenção de taxas e isto é inadmissível. -----

-----Segunda questão: como é que é possível os deputados desta Assembleia Municipal estarem a aprovar isenção de taxas depois de terem recebido bilhetes para um destes concertos, pelo menos. Como é que isto é admissível? Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“É com algum orgulho que o PSD vê alguns dos maiores artistas internacionais virem ao nosso Concelho. É com orgulho que vemos a palavra Oeiras no anúncio de concertos desta dimensão. - -----

-----Dizer-lhe Senhora Presidente que, no dia treze de junho não foi tão complicado, mas no concerto do The Weeknd, houve, de facto, um grave problema de constrangimento de tráfego nas imediações do concerto. Parte da via da CRIL foi fechada e, portanto, os carros tinham que desviar obrigatoriamente para Miraflores e houve uma situação de uns autocarros que transportavam estrangeiros, público estrangeiro, que ia assistir ao concerto, que foram autorizados a parquear junto ao centro de Algés, junto ao Palácio Anjos e, portanto, não era um, nem dois autocarros, eram dezenas de autocarros e houve gente que para chegar a casa com as crianças e para chegar às atividades das crianças, nos relataram que foram precisas mais de três horas para conseguirem chegar a esses locais.-----

-----Ora, sabendo que a Câmara Municipal tem, de facto, técnicos competentes que têm a capacidade de regular o tráfego e de orientar a saída e entrada de veículos, seria muito bom que antes do acontecimento destes concertos, que têm, de facto, uma dimensão muito grande, se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

acautelasse a não circulação ou pelo menos a não paragem de veículos automóveis nas imediações dos acessos aos concertos. Naturalmente que isto, obrigaria a que as pessoas se deslocassem por meios de transporte público ou, inclusivamente, a pé e isto salvaguardaria o normal funcionamento das ruas da baixa de Algés nestes dias. -----

----- De resto, dizer que quanto aos apoios, eu acho que o PSD tem demonstrado aqui, de facto, a sua posição relativamente a isto. É, de facto, o nome do Concelho que vai além-fronteiras. É, de facto, a capacidade que nós temos de animar algum comércio, de animar a nossa zona ribeirinha e, portanto, quanto a isso, nada a opor. -----

----- De facto, só tentar sensibilizar a Câmara no sentido de conseguirmos, de certa forma, pôr os serviços também a colaborar com a Everything is New, para conseguirmos regular aqui de alguma forma e conter todos os constrangimentos que isso possa trazer aos nossos municípios. Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Deputada Sílvia Santos (PS)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa**:--

----- “Eu queria só colocar aqui um Ponto de Ordem à Mesa, por uma simples razão, é porque eu consultei a proposta na plataforma, no Salão Nobre Digital e pedi aos serviços da Assembleia Municipal para me entregarem, em papel, um exemplar da proposta de deliberação e verifiquei que os anexos são diferentes. Portanto, aquilo que eu ia perguntar à Senhora Presidente é, nomeadamente naquilo que se refere aos anexos relativos à proposta da Everything is New, para os quatro concertos. Se a proposta que tem a data do despacho do Senhor Vice-Presidente de vinte e três de maio, ou se tem o despacho de trinta de maio do Senhor Vice-Presidente. Isto porque, as propostas em anexo, no seu conteúdo são diferentes, embora o despacho do Senhor Vice-Presidente, refira que o apoio a conceder pela Câmara Municipal de Oeiras é de duzentos e cinquenta mil euros. Mas, as propostas do promotor, a Everything is New e naquilo que, também não está correto, porque atribuem a contrapartidas da Everything is New ao apoio da Câmara Municipal de Oeiras no valor de cento e vinte e quatro mil euros, quando depois de corrigir pelo

valor do apoio a conceder pela Câmara Municipal, são duzentos e cinquenta mil euros divididos pelos quatro concertos, o que dá sessenta e dois mil e quinhentos euros. -----

-----Portanto, a única questão aqui é uma questão de estarmos a deliberar uma proposta que tem os anexos corretos e ficar em arquivo exatamente a proposta com o anexo correto.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Ora bem, eu estou a saber agora que há, realmente, uma divergência entre o que está nos anexos escritos e é uma diferença de datas. O que está aqui é um despacho de vinte e três do cinco e o que está no Salão Nobre, é um despacho de trinta do cinco e é esse que deve vigorar. É o que está no Salão Nobre.” -----

-----A **Senhora Deputada Sílvia Santos (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Do ponto de vista do conteúdo e da deliberação da Câmara Municipal não tem nenhum problema, porque o despacho do Senhor Vice-Presidente já atribui os duzentos e cinquenta mil euros pelos quatro concertos, em detrimento daquilo que seria a proposta do promotor, que seria um pedido de cento e vinte e quatro mil euros por cada concerto e, portanto, esse foi automaticamente corrigido. Sendo que, convinha que ficassem nos serviços, as propostas corretas e, portanto, a Mesa teria em sua posse, neste momento, uma proposta que não corresponde àquela que tiveram acesso os Senhores Deputados e por essa razão, eu fiz este alerta.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. A proposta que tenho aqui, realmente verifiquei agora. Só agora tive conhecimento depois da sua intervenção dessa divergência. Portanto, a Senhora Deputada já tem este documento em papel, já se tinha apercebido dessa situação.” -----

-----A **Senhora Deputada Sílvia Santos (PS)** referiu o seguinte: -----

-----“Eu tive hoje e exatamente por causa disso dirigi-me aos serviços, no intervalo, a perguntar, qual é que era a justificação por haver duas propostas com anexos diferentes.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Pois, mas eu não tive conhecimento. Só agora estou a ter conhecimento e, portanto, considero que o que está correto é o que está no Salão Nobre, que é o que está aprovado e não esta.

----- Sobre este assunto, não sei se o Senhor Presidente quer dizer alguma coisa.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

----- “Quero. Muito obrigado Senhora Presidente. Não sei se será, mas em princípio os despachos...” -----

----- O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** interrompeu, dizendo o seguinte: -----

----- “Desculpe Senhora Presidente, não sei se é oportuno falar depois do Senhor Presidente ou antes.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Eu tenho mais pessoas inscritas.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Se é sobre este assunto específico deste despacho, o Vice-Presidente irá corrigir, mas o que vale é o último despacho.” -----

----- A **Senhora Deputada Sílvia Santos (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu depois gostaria de fazer a minha intervenção se fosse possível.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Não sei qual deles é o último, o que tem uma data posterior é do dia trinta, é o que está na proposta no site. Então vamos ouvir o que têm para... quer acabar a sua...”-----

----- A **Senhora Deputada Sílvia Santos (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Feito este alerta, eu gostaria de dizer que os festivais de verão são importantes para a promoção turística. A criação da reputação e notoriedade das marcas e a dinamização dos territórios e a criação de valor, nomeadamente com a diferenciação. -----

----- São também importantes contributos para a sociabilização e para a saúde mental.-----

-----Os concertos que são realizados no passeio Marítimo de Algés, já entraram no calendário internacional dos eventos musicais e festivais de verão e fazendo nota de alguns estudos realizados, a maioria dos presentes nos concertos, são estrangeiros.-----

-----Se é verdade que Oeiras é um território entre Lisboa e Cascais sendo difícil capitalizar a realização de concertos, ou outro tipo de iniciativas no território de Oeiras, teremos de fazer um esforço suplementar e arranjar formas de melhorar aquilo que é a nossa marca e a nossa reputação.

-----Existe para além desta matéria, uma obrigatoriedade dos promotores e dos apoiados pela Câmara Municipal de apresentarem relatórios de atividades e contas das atividades que são desenvolvidas.-----

-----Ora, relativamente a estas matérias poucos têm sido os relatórios apresentados a esta Assembleia Municipal e que nós gostaríamos de ver para também podermos fazer uma avaliação. E, já agora, naquilo que se refere a Algés, nós também entendemos que seria útil e talvez necessário que os habitantes de Algés e nomeadamente, o tecido empresarial de Algés, pudesse ter uma palavra a dizer e fosse também ouvido relativamente a estas iniciativas. Isto porque, na minha opinião, entendo que são iniciativas que contribuem para a dinamização, nomeadamente daquilo que tem a ver com a imagem criada para Oeiras, o chamado Oeiras Valley, mas a população também tem uma palavra a dizer relativamente a esta matéria. Portanto, eu fico a aguardar que, e eventualmente em parceria com algumas das universidades existentes no nosso país, algumas delas em Oeiras e em Lisboa e nomeadamente a Nova SBE, já fez inclusivamente um questionário aos participantes dos NOS Alive, que estas matérias servissem também para fazermos alguns ajustamentos, naquilo que tem sido a política de apoio à promoção de eventos e à promoção turística do nosso território. Muito obrigada.”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. E temos mais arroz, já vai sendo habitual, a Iniciativa Liberal, mas desta vez, trouxe um arroz estragado. Habitou-nos a arroz basmati, que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um arroz que é cultivado nos Himalaias, que é mais caro, por isso e é recorrente esta forma de pensamento agora invertida, passo a explicar, da Iniciativa Liberal. -----

----- Nós sabemos que a Iniciativa Liberal, por exemplo, em matéria de impostos, considera que os ricos deviam pagar tanto como os pobres, ou seja, quem ganha cinco mil euros, devia descontar (estou a dar um número indicativo) quinze por cento de IRS e quem ganha o ordenado mínimo também deveria descontar. -----

----- Sabemos que a Iniciativa Liberal e a Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) já o assumiu e de facto, a coragem é a maior e a mais importante qualidade na política e teve a coragem e a obrigação de defender que abolia todas as taxas. Agora, o que é grave, é que a Iniciativa Liberal demonstra que não está preparada para governar e é um bocadinho como a Ruth Marlene: “ora, olha para a esquerda - pisca-pisca, olha para a direita - pisca-pisca”. Eu presumo que esta parceria em Coimbra, porque a Câmara de Coimbra, cujo Presidente é social-democrata e que neste momento, há um namoro entre a Iniciativa Liberal e o Partido Social Democrata, aliás, celebrado com os dois noivos, o vosso Presidente Rocha e o Montenegro a almoçaram e têm tudo alinhado, mas em Coimbra não vai haver acordo. Isto porque a Câmara de Coimbra gastou seiscentos mil euros e não foi a um promotor, contratou. Mas é falar com os habitantes de Coimbra e a quem foi a esse concerto em receitas para a cidade foram milhões. -----

----- Isto para dizer que o seu exercício aqui é de uma desonestidade política e intelectual que eu não lhe reconheço. Há bocado o Deputado Moita (IN-OV) falava em confundir a estrada da Beira com a beira da estrada, mas você foi mais longe, colocou a final da Champions League, que é o NOS Alive, com a final entre o Linda-a-Velha e a União Desportiva e Recreativa de Algés e quando já se sabe que a principal diferença para além da dimensão, é o promotor. Já lhe foi dito aqui pelo Senhor Vice-Presidente e pelo Senhor Presidente da Câmara, porque a Senhora Deputada não está a pensar que o Senhor Joaquim vai sair a perder dinheiro. Não está a pensar que as pessoas querem... e desconfio que não vai às feiras de Oeiras. É um mar de gente, a comer faturas, a andar

nos carrosséis, portanto, as Festas de Oeiras são do ponto de vista da Iniciativa Liberal e dentro do raciocínio, um investimento rentável. Qual é que seria o critério, Senhora Deputada, se não houvesse taxas? Era por ordem alfabética? Já disse o Senhor Presidente que há mais procura do que oferta de espaços, qual é que seria o critério? Qual é que seria? Pergunto? Era por ordem alfabética, era por sorteio, nós temos duzentas pessoas a quererem ir para a Festa de Oeiras, não há nenhum critério financeiro, aliás, isto é a Iniciativa Liberal ao contrário, é de borla, podem vir. A diferença é o promotor, Senhora Deputada, a diferença está no promotor. -----

-----Agora há outra coisa que é também deselegante. Eu ainda não percebi, já é a segunda vez que a Senhora Deputada dá a entender, que eu pessoalmente me candidatei a deputado para ter entradas para o NOS Alive, é o que você dá a entender. Quando diz: o que é que fizeram aos bilhetes? Olhe, por acaso este ano e agora falando como funcionário de uma empresa municipal, houve um sorteio com uma grande transparência. Olhe, até fui contemplado, tive sorte, tive umas entradas que me saíram no sorteio, mas como estou aqui a votar, não posso aceitar as entradas, não posso aceitar. Isso chama-se moralismo. Senhora Deputada tem que ler a vossa cartilha, liberais em toda a linha, quer “liberómetros”? Isso não é ser liberal, isso é ser moralista, é que lhe fica mal. Reparem bem, os deputados que têm, enfim, duas entradas, porque é costume em todas as câmaras, em todo o lado, mas a Iniciativa Liberal que descobriu a pólvora, vem dizer: “não, os senhores são uns corruptos”, que é o que a Senhora nos está a chamar. O senhor é um corrupto, o senhor é um imoral, porque aceita duas entradas para o Festival.-----

-----E já agora queria só dizer mais uma coisa. Eu, por acaso era deputado quando começou o Oeiras Alive, na altura, há vinte anos chamava-se Oeiras Alive, não era NOS Alive e depois teve que passar para o Optimus Alive e sabe porquê? Porque este Presidente de Câmara disse: “Não, é impensável, o dinheiro que se está a pedir para meter o nome e continuar Oeiras Alive e ainda hoje há pessoas, que por lapso chamam Oeiras Alive e é o NOS Alive, quanto é que acham que a NOS paga para isto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Senhora Deputada esta isenção é um sinal político, é uma migalha no orçamento da organização daquele evento e nós temos orgulho de ser de Oeiras. Nós temos orgulho de ter o NOS Alive, é uma referência nos festivais europeus. A Iniciativa Liberal não está preparada para governar, é a conclusão que eu tiro depois da sua intervenção. Muito obrigado.” -----

----- O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente. -----

----- Procurando, enfim, contribuir um “bocadinho” para que estes argumentos que se usam a propósito destes temas, de uma forma fácil e superficial, possa ser visto de uma forma um “bocadinho” mais construtiva, eu iria um “bocadinho”, na linha da intervenção que a Senhora Deputada Sílvia Santos do PS aqui fez e que, aliás, tem sido objeto já de recomendação desta Assembleia ao longo dos últimos anos. E tem a ver com o quê? Tem a ver com a possibilidade de em face destes grandes acontecimentos, nós aferirmos da capacidade das entidades com quem estabelecemos este tipo de parcerias, qual é... aquilo que o Concelho, que o Município, até que a região, ganha com a realização destes acontecimentos. É o ROI, o Retorno Sobre o Investimento. Medir o Retorno Sobre o Investimento é algo que deveria ser feito. Eu julgo que em alguns casos, isso acontece, mas julgo que ainda não acontece tanto quanto, do meu ponto de vista, seria necessário. E a recomendação que tem sido feita à Câmara Municipal é no sentido (pode ser com esta sugestão que a Senhora Deputada Sílvia Santos (PS) fez, de recorrer a entidades ligadas às universidades, mas há outro tipo de entidades que também o fazem) de nós percebermos enquanto uma entidade, um município que investe e que investe aquilo que entende e aquilo que entende também é resultado de uma opção política, também não esqueçamos isto e, portanto, a Câmara Municipal tem o direito de fazer as opções políticas que entende, relativamente às participações, às isenções e aos investimentos que pretende que se realizem também nesta área. Não o podendo realizar por si, realiza-o através de outras entidades e, portanto, o contributo que fica, é no sentido de esta forma de medir o sucesso destes acontecimentos possa ser feita mais

vezes, possa ser feita até de uma forma sustentada. Porquê? Porque, por exemplo, já se falou aqui do NOS Alive, que tem sido um sucesso ao longo de tantos anos e continuará seguramente a ser (pelo menos em termos de procura é), mas nós não temos, pelo menos conhecimento daquilo que todos os anos vai acontecendo. Eu acho que isto seria de uma utilidade extrema para o Município, uma utilidade extrema inclusivamente para os promotores e para todos aqueles que, de alguma forma, lidam com situações deste tipo e têm aqui que aprovar (e fazem-no de forma consciente) este tipo de apoios que a Câmara dá. Como já foi dito, são apoios ínfimos relativamente àquilo que é a estrutura financeira global deste tipo de acontecimentos e aquilo que me parece mais importante ou mais evidente, é que a realização destes estudos ou a divulgação destes estudos, caso eles sejam feitos, poderia terminar de uma vez por todas, com a argumentação que aqui temos vindo a ouvir por parte da IL (Iniciativa Liberal). É demagogia, demagogia pura, não corresponde minimamente àquilo que está em discussão, é aproveitar para comparar coisas que não têm termo de comparação possível e este estudo que pudesse ser feito, do retorno do investimento de cada uma das ações em que a Câmara comparticipa, terminaria de vez com a capacidade de argumentação que algumas forças políticas aproveitam para ter, quando não cabe a elas a decisão.

-----Como já foi dito “aqui em Coimbra, a decisão é uma, mas um bocadinho mais a sul, a decisão parece ser outra completamente distinta”. Portanto, a sugestão fica, é uma sugestão de que falamos há muito tempo e estou convencido que a Câmara, de acordo até com os parceiros, poderia encontrar formas de não só apresentar um relatório de atividades daquilo que foi feito, mas também de medir efetivamente o retorno que este investimento que a Câmara Municipal faz, tem. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Não gostaria de fazer a intervenção que vou fazer, mas acho que não posso deixar de a fazer. A Senhora Deputada da Iniciativa Liberal é nesta Câmara uma deputada municipal, mas é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mais do que isso. Pelo que julgo saber, tem funções importante na sua estrutura do seu partido e, portanto, as palavras que ela aqui diz, naturalmente, adquirem uma especial relevância, que não podemos deixar passar em claro, sob pena de o silêncio desta Câmara poder significar que estamos a aderir aos seus conceitos. -----

----- Não estou aqui a falar, porque não vou discutir matéria quanto à questão da taxa, porque é, no fundo, aquilo que vem aqui, porque sabemos qual é a sua posição (distinta da do PSD), mas não posso deixar de verberar a posição tomada pela Senhora Deputada publicamente nesta Assembleia, em relação não a mim, mas a todos os deputados (eu não tenho naturalmente mandato dos demais deputados, mas falo pelos deputados do PSD), ao colocar em causa a sua seriedade e independência no que respeita às votações que, eventualmente, venham a tomar, ou às suas decisões nesta matéria. Duvidar da seriedade e da independência dos atores políticos é meio caminho (se é que não é o caminho) para a morte da democracia. Criam-se dúvidas injustificadas, como se fosse possível nesta Assembleia, alguns dos deputados formalizarem e votarem em função do que quer que seja, nomeadamente um simples bilhete para, ainda por cima, plateia em pé, ali no meio (desculpem a expressão), de milhares de pessoas. Não há lugar especial, não há nada. Portanto, a esta questão deste populismo que a Iniciativa Liberal trouxe (e eu espanta-me) a esta Assembleia, porque a aproxima dos extremos do nosso espectro político que ela diz combater, para vir colocar em causa a seriedade dos membros desta Assembleia. -----

----- Eu por mim, não posso deixar de protestar e considerar que aquilo que a Senhora Deputada disse é no mínimo grave, porque, de facto, não deve ser dito. Poderá ser pensado por muitos dos que lá fora, procuram colocar em causa os políticos, mas a democracia faz-se com homens, faz-se com políticos. Há bons, há maus, não podemos generalizar e o que a Senhora Deputada fez foi isso, a generalização de um conceito, em relação aos senhores deputados e, portanto, queria deixar aqui o meu veemente protesto em relação a uma afirmação proferida por um membro desta Câmara, com especiais responsabilidades num partido político.” -----

-----O Senhor Deputado David Ferreira (EO) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Ora, cabe-nos a nós deputados desta Assembleia responder a estes pedidos de isenção do pagamento de taxas para as mais diversas atividades culturais e por consequência, esta resposta é sempre política e assim deve ser, opormo-nos assim à lógica liberal, que pretende acabar com este tipo de regime por considerar discriminatório e ora sim, ele é discriminatório, nem todas as entidades merecem isenção de taxas. Não fazemos como certos grupos políticos que votam ou sempre contra ou sempre a favor da isenção. Cada proposta deve ser avaliada, as contrapartidas, as condições, os ganhos culturais e cívicos, todos estes fatores são tidos em conta no Grupo Político Evoluir Oeiras. -----

-----No ponto quatro da Ordem de Trabalhos discutimos a redução de algumas taxas relativas à feira das Festas de Oeiras. Tratando-se de negócios de pequena e média dimensão, que servem as nossas festas municipais, entendemos votar favoravelmente, mas aquilo que temos neste ponto é completamente diferente. Falamos de um pedido de uma grande promotora, que traz certamente grandes nomes da música, nomes esses muito ouvidos em Oeiras e, no resto do país e não sendo isso que está em causa, não é isso que está em causa, porque certamente a dimensão do alcance cultural, não é um justo critério de aceitação desta isenção por várias razões, mas, acima de tudo, porque todas as formas de cultura merecem igual respeito e consideração, porém, nem todas necessitam de igual apoio financeiro. Só assim podemos ser equitativos, só assim podemos ser justos. A igualdade requer-se no respeito e na consideração, mas na componente financeira aquilo que exigimos é equidade. Também não entro em comparações entre as Champions League e o derby do Linda-a-Velha contra a UDRA, porque quem vive em comunidade, sabe muito bem que isso até pode nos bater mais no coração, do que propriamente o jogo da final da Champions League. ----

-----Os presentes pedidos de isenção vêm acompanhados de participações financeiras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e apoio logístico. Esse apoio estende-se a limpezas, a disponibilização de diversos equipamentos, equipas de jovens em movimento, circuito de mupis, publicidade etc. A Câmara Municipal supostamente receberá segundo a promotora, as seguintes contrapartidas: a divulgação do seu logótipo (ou o do Valley, não sabemos muito bem de qual deles se está a tratar), a cedência de ora duzentos, trezentos, quatrocentos bilhetes, dependente do concerto, e pelo que consta também nas contrapartidas da Everything is New (certamente por lapso), lá consta também o apoio de sessenta e dois mil e quinhentos euros. Ora, certamente que isto é um lapso, afinal, quem paga esse valor é a Câmara Municipal. Mais uma observação, um valor que devia estar inserido nas outras contrapartidas e não nestas, mas, pronto, mais uma trapalhada. -----

----- Assinalamos também a ausência de contrapartidas para os moradores das zonas envolventes ao passeio marítimo. Sabemos perfeitamente quão caótica fica a baixa de Algés em dias de eventos deste tipo. Não podemos continuar a receber eventos sem considerar as pessoas que serão perturbadas no seu quotidiano. A linha da CP está em obras (como todos sabemos) e durante o período noturno, Algés é mesmo a estação terminal da linha da CP, o que só acrescenta mais caos àquele que já existe. -----

----- Concluo com um resumo daquilo que evidenciei na minha intervenção. Nestes casos, Oeiras deu muito ao evento, certamente, e aquilo que recebeu em contrapartida, não nos dá outra alternativa senão votar contra esta isenção.” -----

----- **A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** observou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Eu não posso começar sem lamentar a intervenção do Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), para já por ser bastante despropositada e depois, porque, obviamente, não me revejo em nada daquilo que ele disse sobre esta questão e sobre a minha própria intervenção. -----

----- Quanto à intervenção do Senhor Deputado António Moita (IN-OV), saúdo pelo menos a parte em que pede ao Executivo os relatórios sobre o impacto que, de facto, estes festivais, estes

concertos têm no Município, sem os quais é impossível perceber efetivamente o que é que está em causa e qual o retorno que estas atividades trazem para o Município. Ideia também partilhada, aliás, pela Senhora Deputada Sílvia Santos (PS). Quanto à intervenção do Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), Senhor Deputado, lá porque eu acho que um determinado princípio (que está pelos vistos instituído nesta casa) é errado, não significa que eu esteja a duvidar dos deputados. Significa que estou a pôr em causa esse comportamento ou a forma como o Executivo gere essa atribuição de bilhetes, quando recebe esses bilhetes, por contrapartida do tal apoio que dá. Acho errado, digoo com todas as letras sem qualquer pudor. É errado deputados municipais ou pessoas que tenham funções em que têm de tomar decisões sobre os assuntos, receberem qualquer tipo de oferenda, benesse, o que quer que seja, das entidades sobre as quais têm de tomar decisões. É errado, seja aqui, seja em qualquer outro lugar. É esta a minha posição, vou defendê-la sempre. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----O Senhor Deputado José Montezo (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Eu só gostaria de intervir para citar Miguel Torga: “É um fenómeno curioso: o país ergue-se indignado, moureja o dia inteiro indignado, come, bebe e diverte-se indignado, mas não passa disto. Falta-lhe o romantismo cívico da agressão. Somos, socialmente uma coletividade pacífica de revoltados.””-----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente da Câmara, o Senhor pretende intervir?”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte:-----

-----“Já aqui está, em papel, o anexo correto.”-----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “O Senhor pediu para intervir? Faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Sim. Era muito rápido, Senhora Presidente. Apenas por causa desta questão dos bilhetes e deputados municipais. Eu acho que há certos procedimentos que a Assembleia Municipal podia tomar, e que ajudavam a dirimir algumas das questões que são levantadas pela Senhora Deputada Mariana Leitão (IL), que no nosso entender têm alguma pertinência, mas por exemplo, os bilhetes serem atribuídos depois de todas as votações e de todas as decisões que têm que ser tomadas pela Assembleia Municipal, já estarem tomadas, e, portanto, não poder haver... nós não estamos a dizer que existe isso, mas que pode ser interpretada esta associação, (como é o caso de uma deputada municipal que faz essa interpretação), mas os bilhetes serem dados depois de todas as decisões já terem sido tomadas, deitava por terra a possibilidade de se levantar, eventualmente, essa interpretação. Há outras formas que se podem fazer em relação a isto, os deputados municipais, que têm interesse, declararem que têm esse interesse em terem esses bilhetes e eles serem sorteados... não sei. Há muitas outras maneiras de fazer as coisas, que permitiam manter-se esta prática, que é uma prática da Assembleia Municipal, e tem sido concorde-se ou não, mas que ajudavam a dirimir um bocadinho, a possibilidade de se levantar estas questões, e de poder haver estas interpretações, que esperamos, e que certamente não são verdade, mas em política é a tal história da mulher de César: “Não basta ser, às vezes também tem de parecer”. E, portanto... -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “...sim... E, portanto...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se**

inaudível o que foi dito. -----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) retomou a sua intervenção dizendo: -----

-----“...sim. É uma expressão, é um ditado popular...E, portanto, fazer as coisas...”-----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito -----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) continuou dizendo o seguinte:-----

-----“.... se puder não interromper, Senhora Deputada...Muito obrigado. E, portanto,
fazer...” -----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se
inaudível o que foi dito. -----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) retomou a sua intervenção dizendo: -----

-----“...e, portanto, fazer as coisas de uma maneira que fosse temporalmente... a sequência
fosse diferente, podia ajudar a que estas questões não fossem levantadas.-----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----De acordo com as estatísticas da Cultura...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Vamos ouvir o Senhor Presidente da Câmara. Agradecia que realmente não
continuassem a conversar entre vós.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. continuou dizendo o seguinte: -----

-----“De acordo com as estatísticas da Cultura, Oeiras é o segundo município português
que vende mais bilhetes, não é que dá, que vende mais bilhetes em Portugal. -----

-----Depois gostaria de referir que, a propósito de discricionariedade, há gente de partidos
novos que acham que têm (digamos assim) o dom da democracia, que são os arautos da democracia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e é o que acontece com a Senhora Deputada Mariana Leitão (IL). Ela é pura e o partido que representa... vão vê-la em breve deputada à Assembleia da República, está aqui a estagiar, mas na realidade só está a querer mostrar serviço, não é? Naturalmente, quando diz que há discricionariedade na Câmara no que diz respeito às isenções, só significa que não é democrata, mas isso para mim não é novidade. Um partido político que se propõe aplicar uma taxa fiscal, ao nível do IRS, que tanto paga o que ganha vinte mil euros por mês, como o que ganha dois mil, está tudo dito sobre esse partido, sobre a responsabilidade social desse partido, sobre a visão social que o partido tem, e, portanto, é um partido para ricos, é o partido dos ricos. Democracia, estão a aprender. Porque na realidade, se a Senhora Deputada fosse democrata, não falava em discricionariedade, por uma razão, a Senhora Deputada é que está a ser discricionária, está a votar, e a democracia permite-lhe que vote contra, portanto, não pode falar em discricionariedade. Falar em discricionariedade, é a Senhora Deputada não aceitar as regras da democracia. Portanto, se a Senhora Deputada não aceita as regras da democracia, logo não é democrata. Mas isso para nós não é novidade, porque basta ver o comportamento da Iniciativa Liberal naquilo que diz respeito ao que é essencial para o país, está aqui bem espelhado. E é óbvio que tem que ser denunciada, porque, de facto, vocês põem em causa a democracia. Quando há uma eleição numa Câmara Municipal, há uma força política que tem uma maioria, de acordo com as regras do país, das leis da República são feitas votações, põe-se à submissão da Câmara, são votadas pela Câmara, vêm à Assembleia Municipal, e a Senhora Deputada fala em discricionariedade? Eu tenho pena, é só a Senhora. Mas o seu voto conta, pode votar contra ou votar a favor. Portanto, quero-lhe dizer, não tem legitimidade, não tem, e ainda por cima com as responsabilidades que a Senhora tem, pelos vistos é Chefe de Gabinete de um grupo parlamentar, e não aceita as regras da democracia aqui neste parlamento local. Pode não querer ouvir, mas repare, a Senhora tem que ouvir, exatamente como nós a ouvimos, quando diz que há princípios que considera errados e continua a dizer que estão errados, como todos nós temos o direito de dizer, que os princípios que a senhora considera errados

estão certos. É tão simples como isto. Agora, há determinados conceitos e determinadas palavras que não pode utilizar, e um deles é o da discricionariedade. Eu só para poupar a Assembleia, é que não lhe explico o que é a discricionariedade, visto que a Senhora não sabe. Não sei se é licenciada em Direito, já me disseram que sim...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“... Então já a perdoo, está desculpada... Porque um aluno do primeiro ano de Direito sabe o que é discricionariedade, a Senhora Deputada vá aprender, porque não pode utilizar a expressão discricionariedade sem mais nem menos. E não pense que eu estou a falar aqui chocado, e não sei o quê, não. Eu acho que a Senhora Deputada tem que ser chamada à atenção, porque de facto, abusa, a Senhora Deputada abusa, está a perceber? E é preciso chamar à atenção que o Partido Liberal, de facto, é populista. É que as pessoas estão focadas no Chega, não é só o Chega, atenção, a Iniciativa Liberal é mais perigosa ainda, do ponto de vista do populismo, do que o Chega, pelo menos aqui nesta Assembleia Municipal. A Senhora Deputada, é o expoente do populismo aqui em Oeiras, e comigo não pega.-----

-----Bom... problema das isenções. Eu não sei se sabem, mas aqui há uns anos, nós tínhamos aqui o Estoril Open, que se realizou em Oeiras durante vinte e tal anos. Sabem o que é que aconteceu? A Câmara de Cascais ofereceu três vezes mais do que a Câmara Municipal de Oeiras pagava, e o Estoril Open foi para Cascais. -----

-----Lembram-se do EDP Jazz Fest? A Câmara de Cascais ofereceu-lhes três vezes mais, e eles foram para Cascais. -----

-----O Panda, ainda aí está. O Panda gosta muito de ser realizado ali no Parque dos Poetas, ou no campo de futebol, e tal, mas não imaginam como estão a ser aliciados...reparem, e quando falo no caso do EDP Jazz Fest, fui eu que recusei, porque a promotora veio ter comigo, pediu uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

audiência e disse-me que ficava em Oeiras se lhe pagássemos, se triplicássemos o preço que estávamos a pagar. E eu disse-lhe: “Não, isso vão para Cascais”. Já estava tudo negociado, porque no dia seguinte foi anunciado nos jornais que ia para Cascais.-----

----- Os Senhores Deputados têm noção que as Jornadas Mundiais da Juventude são daqui a um mês, um mês e meio. Acreditam que há municípios ainda, a oferecer-se ao Governo e à Igreja para receberem eventos, para não se realizarem aqui no Concelho? Há municípios a fazer isso.---

----- Acham que os grandes concertos, etc., que se fazem ali no Terraplano de Algés, com certeza, mas não só, os Jardins do Marquês também já se fazem ali na Estação Agronómica Nacional.... Têm a noção de quantos municípios andam a cercar esses promotores, para que se realizem nos seus municípios? -----

----- Portanto, não tenhamos ilusões, há aqui uma disputa, que é saudável, naturalmente, concorrencial entre os municípios para obterem a realização de determinados eventos. Naturalmente, que a Câmara de Oeiras quando atribui à realização, por exemplo, do Nos Alive, uma contrapartida em dinheiro, a recolha, por exemplo, dos resíduos, etc., acham que estamos a fazê-lo pelos lindos olhos deles? Estamos a fazê-lo, ... obviamente, que é simbólico relativamente ao volume monetário que o Nos Alive e outros grandes concertos, realmente envolvem. Naturalmente que não é o contributo da Câmara Municipal, que determina ou não a realização do festival, estaríamos bem arrançados. Mas, obviamente, traduz uma determinada disponibilidade, uma boa vontade, e tem a ver com a logística, que não é a mesma em todo o lado. -----

----- Vou dar um exemplo, anteontem decorreu aqui, como sabem, o concerto do... Como é que ele se chama? Richie Campbell. Exatamente. Quando falaram nele a primeira vez, vejam bem como eu estou a par de tudo isso, até pensei que era inglês e quando me falaram no Richie Campbell: “Isto deve ser muito caro. Estrangeiros não, as Festas de Oeiras são para portugueses”. Mas não, afinal ele é nosso conterrâneo, é aqui de Caxias. Mas aquilo que é normalmente a frequência das festas, já com um bom cartaz, anda na ordem...digamos, quando alguém atinge,

quando o artista atinge os quinze mil, vinte mil participantes, nós ficamos satisfeitos. Sabem quantos é que estiveram no domingo? Mais de quarenta mil pessoas. Têm a noção da logística que é necessária ter montada para controlar, minimamente, as pessoas? A própria natureza das pessoas, o perfil das pessoas, tem que ser gente pacífica, não pode haver ali provocadores no meio daquilo tudo, porque basta um empurrão, uma réstia qualquer, e gera-se logo uma confusão extraordinária. Eram nove e meia tivemos que fechar os portões do parque. Estão a ver a frustração que isto gera, nas pessoas que não conseguem entrar? Gera descontentamento, gera frustrações, etc., e agora vejam bem o papel da Polícia. E eu aproveito, para expressar aqui, um reconhecimento extraordinário, à Polícia de Segurança Pública aqui de Oeiras, e não só, à Polícia de Segurança Pública em geral, porque fizeram um trabalho extraordinário. Com quarenta mil pessoas, houve lá três ou quatro incidentes, sem gravidade nenhuma, houve algumas pessoas, sobretudo jovens, que tiveram problemas com o calor, ou coisa do género, que tiveram que ser retiradas do recinto, mas não houve problema nenhum, tudo foi muito bem controlado, a Polícia estava muito atenta, as pessoas sentiam-se seguras. Eu devo-lhes dizer, que eu até fiquei surpreendido, porque no meio daquela massa humana, havia casais com crianças nos carrinhos de bebé e quando as pessoas fazem isto, é porque têm uma grande confiança na segurança do evento. E se fecharam os portões, é porque o plano de segurança funcionou, havia um plano de segurança, há gente a mais, muito bem, não pode entrar mais gente. Obviamente, que isto tem custos, não sei se estão a ver.... possivelmente, os que não puderam entrar, diziam todos mal do Presidente da Câmara, mas não havia hipótese, tinha mesmo que se fechar. Às vezes, somos criticados pelo sucesso das coisas.--

-----Portanto, o que eu gostaria de deixar aqui às Senhoras e aos Senhores Deputados, é que na realidade, as contrapartidas não são imediatas. Reparem, no caso do Alive, ou nos grandes concertos, toda a hotelaria do Concelho esgota, mas não é só a hotelaria do Concelho, é a hotelaria do Concelho de Oeiras, é Cascais, é Lisboa. É a restauração...quer dizer tudo isto, tem reflexos indiretos extraordinários. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Fizemos um estudo, há uns anos atrás (do Alive já se fez, aqui há uns anos, não me recordo quando, mas fez-se), do impacto económico que o evento tinha, e que era realmente de muitos milhões. Aliás, ouviram todos falar do impacto que os Coldplay, por exemplo, tiveram em Coimbra, e isso foi dito. Mas nós aqui, por acaso, temos o impacto ao nível da comunicação social, e que é astronómico. De facto, o retorno que tem do ponto de vista da imagem do Concelho, é uma coisa extraordinária. -----

----- Estas isenções não têm nada a ver com o se são ricos, ou se são grandes eventos ou se são pequenos eventos, ou se é vinte por cento o individuo das faturas, ou o restaurante, ou o carrossel. Não julguem que a Câmara não isenta os feirantes... acham que é o dinheiro que eles pagam, que vai enriquecer a Câmara Municipal? Obviamente, é uma forma de controlar quem vai estar na feira, porque na verdade, se não houvesse um processo de pagamento e abrissemos.... Já aqui dizia o Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) há pouco, como é que nós íamos seleccionar as pessoas? Era por concurso? Concurso público? Eram inscrições? Era um sorteio? Depois o sorteio, era sorteado, um “tipo de vão de escada”, pois, mas não é assim, nós queremos qualidade, cada vez mais qualidade. Quero vos dizer, que os próprios feirantes têm que ser desafiados, e são desafiados pela Câmara Municipal, a melhorarem os seus equipamentos. Se for dito a um feirante “olhe, você tem aí esse carrossel, que realmente já há carrosséis muito mais avançados, com melhor imagem, com mais segurança, melhores condições”, e eles perguntam, “Mas como é que é? Podemos vir durante os próximos cinco ou seis anos?” Não é mais um ano. “Temos condições? A Câmara Municipal aceita-nos aqui, durante cinco ou seis anos?” Portanto, tudo isto.... e é com a máxima transparência. Agora, é óbvio, que se se estabelecem isenções de vinte por cento, no caso dos carrosséis ou do restaurante... Na verdade, para quê estar a estabelecer comparações com o Weeknd ou com o Nos Alive? Não tem nada a ver uma coisa com a outra. No caso dos feirantes, naturalmente que vinte por cento para eles representa alguma coisa, é uma forma de ajudar. Aí não é uma questão simbólica, aí é uma questão económica. No caso dos Weeknd ou do Nos Alive, não

tem nada a ver com economia, tem a ver com o simbolismo da Câmara Municipal isentar, ou ajudar a fazer isto ou a fazer aquilo. Ou seja, com isso está a manifestar o interesse em que eles se mantenham cá. -----

-----Quanto ao problema da... também não deixa de haver aí alguma demagogia. Há uma questão, por exemplo, no caso de Algés, a população de Algés manifestar-se, de pronunciar-se sobre a matéria, ou contrapartidas para a população de Algés. Bem, quer dizer, daqui a pouco, qualquer coisa que se faz em qualquer lado há contrapartidas. Algés não é dos algesinos, vamos lá ver se nos entendemos, Algés é Oeiras, Algés é Concelho de Oeiras, Oeiras faz parte de Algés, Algés faz parte de Oeiras. Cada um não é dono do sítio onde vive. Como é que se vai resolver esse problema? É dar bilhetes às pessoas? Mas isso a Câmara já dá. Nós temos exemplos (não vale a pena esconder isto) ... há pessoas que reclamam, recebem um bilhete para o neto, ficam satisfeitas. Vamos lá ver, as pessoas... temos que cair na real, dá a impressão que as pessoas andam aqui noutra mundo. Na verdade, muita gente de Algés que reclama, reclama, e a gente diz assim, “Mas não tem um neto, ou um filho, não sei o quê?” “Sim”, recebem um bilhete já não há reclamações, já não há problemas de ruído, já não há problemas de nada. Portanto, se a Câmara fosse dar bilhetes a toda a gente, estava resolvido o problema. Bom, há incómodo? Nós temos que assumir esse incómodo, a política tem isso, a política não é só palmas. Naturalmente, que quando se realiza um concerto... -----

-----A Jornada Mundial da Juventude, eu não sei se já todos têm noção do que é que vai acontecer naqueles dias em Lisboa? Vai haver muita rua fechada. Mas tem que haver, por razões de segurança. Mas qual é a opção? É não fazer as Jornadas da Juventude? Ninguém duvida que o Governo, as autarquias locais envolvidas, as forças de segurança, os bombeiros, toda a gente vai fazer os possíveis para que as coisas corram bem. Vai haver um esforço enorme. Agora, qual é a alternativa? Claro que tem que se fechar ruas ao trânsito. Vai haver incómodo, vai haver ruído. Sabem quantos espetáculos vão acontecer durante a Jornada Mundial da Juventude? Mais de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

quinientos espetáculos. Vai causar perturbação nalguns sítios, naturalmente que vai, mas qual é a alternativa? É não fazer a Jornada Mundial da Juventude? Vamos lá ver, há aqui situações...e depois reparem, quando se quer há pretexto para tudo. Eu ainda há bocado, estive a ouvir aqui o argumento a propósito dos quinientos mil euros que a Câmara Municipal atribui à Jornada Mundial da Juventude, à fundação. Mas alguém tem dúvidas, que tudo é devidamente controlado? E que não tem de ser prestadas contas? Claro que são prestadas contas. Ou isto é atirar dinheiro assim à toa? Tudo é devidamente controlado. Mas não é só controlado pela Câmara, é controlado pela Câmara, é controlado pelo Tribunal de Contas, é controlado pela...O Tribunal de Contas faz uma fiscalização concomitante, quer dizer, foram estabelecidas determinadas exceções na lei, que permitem ajustes diretos, não sei o quê e tal, mas o Tribunal de Contas...por exemplo, a Câmara ainda não fez o investimento e já está a comunicar ao Tribunal de Contas o que é que vai gastar.-

----- Portanto, acho que há uma tendência para se exagerar...não é preciso, para votar contra o que quer que seja, não é preciso ir buscar argumentos, que por vezes raiam, digamos, comportamentos que, eventualmente, podem ser imputados de ilegais, etc., Não. Vota-se contra ideologicamente, porque se é contra, se sou contra, voto contra e assumo. Não é dizer “Bom, nós até nem temos nada contra o Papa, nós até nem temos nada contra a Igreja Católica, mas isto aqui não está bem transparente”. Não. De facto, são contra, mas se são contra assumem-no, e votam contra. Qual é o problema? Para quê arranjar argumentos enviesados, para tomar uma posição política? Ou vão dizer que é uma posição técnica? Neste caso, o empréstimo era uma posição política e agora vota-se contra a Jornada Mundial da Juventude, porque é uma questão técnica, porque não está lá na norma, não está lá na proposta, como é que vai ser controlado o dinheirinho que é entregue à Fundação Mundial da Juventude?-----

----- Vamos lá ver, a política tem que ser assumida abertamente e com as ideias que cada um tem...pelo menos há um mérito que a Senhora Deputada Mariana Leitão (II) tem, ela assume claramente a defesa dos ricos, pronto. É uma questão ideológica, não sei se estão a ver, ela não

gosta de pobres. -----

-----Aliás, eu ainda ontem jantei com um intelectual aqui do nosso Concelho, um homem extraordinário e pelo qual eu tenho uma admiração enorme, não vou dizer o nome porque senão ele zangava-se comigo, em que eu estava a apresentar-lhe o programa de habitação e a nossa preocupação na Câmara com as famílias que estão a passar dificuldades e tal, e dizia-me ele: “Oh Presidente, não há pobres”, “Não há pobres?”, dizia ele: “Não. Há pobres, mas é de espírito”, “Pobres de espírito? Então espera lá, quem não tem o que comer, quem não tem um teto para se abrigar...você está-me a dizer...”, “não, as pessoas não querem é trabalhar. Porque, se as pessoas quiserem trabalhar, não são pobres.” E eu respondi: “Então, espere lá, mas há pessoas que não conseguem arranjar emprego, não conseguem arranjar trabalho. Nem sequer têm capacidade, têm que ser ajudadas...”, “Não. Isso são pobres de espírito.”, e “os pobres de espírito são melhores que os pobres, pobres”, diz ele. Depois acabava por reconhecer a existência de pobres. -----

-----Em suma, estes eventos, Senhoras e Senhores Deputados, são fundamentais para a imagem do Concelho, fazem já parte da marca do nosso Concelho. E, portanto, não é uma questão financeira, não é uma questão económica, são apoios que o Município dá, e em termos de logística...Aliás, não se esqueçam de um pormenor, falam em plásticos, sim senhor, aí até estou de acordo, acho pode haver uma...nos grandes eventos já há uma atitude diferente, digamos, no que diz respeito aos copos e tal, e admito que também aqui, nas Festas do Concelho, devamos fazer isso, registo com agrado essa questão. Mas, devo vos dizer o seguinte, uma hora depois não há um papel no chão, há esse cuidado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, atenção ao tempo.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Termino.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada.-----

----- Bem, eu penso que estamos em condições de votar esta proposta. Portanto, o que está correto é o que está no site. Está aqui, portanto, o que se pode substituir, quem tem... e, portanto, há um por gabinete, se há mais alguns não sei. Pode-se substituir, se quiserem guardar corretamente, sem este anexo que está errado.” -----

4.6.1. VOTACÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro)

e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com cinco votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Teresa Amélia do Carmo Carvalho) e um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão).-----

-----O Senhor Deputado Carlos Alberto de Sousa Coutinho, da Coligação Democrática Unitária, não estava presente na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 74/2023**-----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 485/2023 – DTGE – CONCERTOS THE WEEKND, MAROON 5, DEF LEPPARD E MÖTLEY CRÜE E HARRY STYLES - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À EVERYTHING IS NEW, APOIO LOGÍSTICO E ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e oitenta e cinco barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número setenta e sete da Reunião da Câmara Municipal realizada em trinta e um de maio, e deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com cinco votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a isenção do pagamento das taxas municipais para a realização dos concertos: “The WeeKnd”, “Maroon 5”, “Def Leppard e Mötley Crüe” e “Harry Styles, cuja estimativa se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cifra nos dezasseis mil quinhentos e trinta e dois euros e quarenta e quatro cêntimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.7. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 487/2023 – GAP – relativa às Medalhas de Mérito Municipal e Medalhas de Honra (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

----- “Eu queria só colocar uma questão à Mesa sobre o processo de votação, visto que as medalhas de honra são personalizadas, entendo que o voto deve ser em urna e não braço no ar.” -

----- A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) referiu o seguinte: -----

----- Senhora Presidente, só uma dúvida, se for em urna, pressupõe que seja um a um, não é? Tem que ser um a um.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte: -----

----- “Só a de honra.”-----

----- Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) disse o seguinte: -----

----- “Só ia alertar, que devem ser então individuais.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. fez a seguinte intervenção: -----

----- “É assim, nunca fizemos votação secreta das medalhas de honra. Mas, não quer dizer que se alguém quiser, exigir que seja votado por voto secreto, terá de ser, mas nunca assim aconteceu. -----

-----Há duas medalhas de honra, que foi ao Doutor Manuel Barão da Cunha e a outra é a Francisco Pinto Balsemão, que ainda não foi entregue.” -----

-----O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, posso interpelar?” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Meus senhores, desculpem...” -----

-----O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente.... Peço desculpa...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“Eu agradecia que se fizesse silêncio, para podermos continuar a nossa reunião.”-----

-----O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** fez a seguinte **Interpelação à Mesa:**

-----“Queria fazer uma Interpelação à Mesa, no sentido, aliás, que tenho feito sempre que me lembro que têm sido atribuídas medalhas de honra por esta Assembleia. O cuidado que a Câmara Municipal tem na atribuição destas medalhas de honra, não tem sido aquele que do meu ponto de vista, devia ter tido. Isto quer dizer o quê? Quer dizer que ao longo do tempo, temos vindo a apreciar a atribuição de medalhas de honra em cima das circunstâncias, já aconteceu mesmo que em momento posterior à sua atribuição, como é o caso desta, e sem que aqui chegasse a fundamentação adequada. Do meu ponto de vista, isto não prestigia a Câmara Municipal, não prestigia a Assembleia Municipal e não prestigia as pessoas que estão a ser, com todo o mérito, objeto de agraciamento.-----

-----E, portanto, eu pediria à Senhora Presidente, enquanto representante deste órgão, que diligenciasse junto da Câmara Municipal, no sentido de que esta situação não voltasse a acontecer. Parece-me que isto é uma questão suficientemente importante, para que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal tenha perante a Câmara Municipal, designadamente o Senhor Presidente, ou de quem se ocupa desta tarefa, uma palavra de desagrado relativamente àquilo que aconteceu.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Por outro lado, e do ponto de vista positivo, gostava que, e isso tem acontecido com a generalidade das medalhas de honra atribuídas (tanto quanto me lembro), que esta fosse uma decisão consensual, ou o mais consensual possível desta Assembleia Municipal. Quer isto dizer que, pese embora as falhas que ocorreram, eu pediria um esforço a todas as forças políticas para não relevarem excessivamente estes aspetos, na condição de que eles não voltassem a acontecer, e se conseguisse encontrar aqui uma forma de consensualizar a atribuição destas medalhas, e que nós entendêssemos todos a razão pelas quais elas são atribuídas. Desta forma, e não querendo de forma nenhuma, como a Senhora Presidente disse, pôr em causa a possibilidade de que o processo de votação, decorra em urna secreta, eu julgo que nos ficaria bem, atendendo às circunstâncias que entretanto ocorreram e à prática que temos vindo a seguir, se isto for consensualizado por todas as forças políticas (importa referir isto), que a votação pudesse ser feita como habitualmente, braço no ar e não em urna. Isto, repito, se todas as forças políticas concordarem com este método.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Eu creio (e enfim, posso estar enganada), mas não falámos na Conferência de Líderes sobre esta situação das medalhas?...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Falámos não falámos? É que tanto quanto eu me recordo...” -----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:

----- “Posso Senhora Presidente?-----

----- Mas eu estou convencida que a Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) não estava presente.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Não estava presente, não.”-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** retomou a sua intervenção dizendo: --- -----

-----“Independentemente de tudo, a Deputada tem razão, nós nunca...quer dizer, eu não me lembro de alguma vez ter levantado a questão, já fiz parte do Executivo da Câmara, em que também votei nomes e votei de mão no ar, portanto, “dou de barato” que, de facto, é uma prática que temos tido, mas não deixo de concordar que é uma prática errada. Agora também me parece que tendo sido já atribuída a medalha no dia sete de junho, considerando e sublinhando, aquilo que o Senhor Deputado António Moita (IN-OV) disse, com o qual nós estamos em absoluto acordo, de que as propostas devem vir antes e devem estar explicadas (estamos completamente de acordo), acho que desta vez, face ao facto de já ser vinte de junho (portanto, já foi atribuída há quinze dias), acho que não faz sentido nenhum adiarmos a proposta. -----

-----Portanto, o Partido Socialista votará a proposta nos termos em que ela está.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Tanto quanto eu me recordo, e se eu estiver enganada agradeçia que o dissessem, na Conferência de Líderes, e porque eu concordo inteiramente com aquilo que o Senhor Deputado António Moita (IN-OV) aqui disse, pus a questão, e disse inclusive, da situação que é nós estarmos a atribuir a medalha, entregarmos as medalhas sem estar aprovado na Assembleia Municipal. Nós tínhamos a lista e, portanto, vimos quem eram as duas situações da medalha de honra, que é aquela que tem de ser aprovada pela Assembleia Municipal, e eu até vos expliquei e disse, quem era o Doutor Manuel Barão da Cunha, porque não sei quem, terá dito que não sabia quem era. Portanto, nós na Conferência de Líderes fizemos, digamos assim, um acordo tácito de que, embora considerássemos que deveria ser primeiro posto à Assembleia, nós não iríamos levantar a questão na Assembleia, quando fosse a sancionar estas medalhas que iam ser entregues no dia sete. Isto foi um acordo que nós fizemos entre nós grupos políticos, e eu na realidade concordo com o que o Senhor Deputado António Moita (IN-OV) disse, na altura também o referi, de que iria pedir à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Câmara que de futuro dissesse e, portanto, isto fosse aprovado com antecedência na Assembleia Municipal, para não se correr situações de melindre. Neste caso, e se as pessoas não faltarem àquilo que foi o acordo tácito que se fez na Conferência de Líderes, de que não iríamos levantar, pôr questões e que iríamos aprovar as duas pessoas que aqui estão com medalha de honra. -----

----- Eu pergunto à Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), não estava nessa reunião?”

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** respondeu o seguinte: -----

----- “Não, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Estava o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), portanto, sabe do que se passa. ----

----- Eu pergunto se a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), pretende usar da palavra?” - -----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** respondeu o seguinte: -----

----- “Já perdeu oportunidade, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então estava o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), ainda bem, estava o representante do PSD. Portanto, meus senhores, eu penso que, desta vez, nós não temos razão nenhuma para estar aqui a levantar problemas e a levantar questões. -----

----- Vamos votar como costumamos fazer, como temos feito até agora, a atribuição das medalhas de honra ao Doutor Manuel Júlio Barão da Cunha e ao Doutor Francisco Pinto Balsemão.

----- Portanto, eu vou fazer a votação.” -----

4.7.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson

Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes) e com uma abstenção do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques). -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 75/2023** -----

PROPOSTA C.M.O N.º 487/2023 – GAP – MEDALHAS DE MÉRITO MUNICIPAL E MEDALHAS DE HONRA -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e oitenta e sete barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

setenta e nove da Reunião da Câmara Municipal realizada em trinta e um de maio, e deliberou por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com uma abstenção do Partido Chega, aprovar a atribuição de duas medalhas de Honra, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “O Senhor não estava presente na Conferência de Líderes em questão?”-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. continuou dizendo o seguinte:**-----

----- “Então, o Senhor não disse nada na reunião e agora aqui abstém-se?”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito**-----

----- **O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) perguntou o seguinte:**-----

----- “Dá-me licença, Senhora Presidente?”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. retomou a sua intervenção dizendo:**-----

-----“Não é necessária unanimidade na votação, mas não há dúvida que deixa-nos...
Desculpe, vamos terminar a votação, e depois o Senhor se quiser faz uma explicação, se não quiser
não faz. ---- -----

-----Portanto, está aprovada com uma abstenção do Partido Chega. -----

-----E não tem que fazer sequer intervenção nenhuma. -----

-----Meus senhores, chegámos ao fim da nossa reunião. Vamos dar a palavra ao público,
porque chegámos ao fim da nossa Ordem de Trabalhos. -----

-----Temos... eu peço-vos que não abandonem a sala.” -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

5.1. A Senhora Maria Isabel Blom, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----

-----“O problema aqui, são os operadores de telecomunicações, que inundam os prédios de
fios e cabos, desde a TV Cabo, às restantes operadoras, está tudo inundado de caixas e fios. Eu
suponho que quando pedem...eles dizem que estão autorizados pela Câmara a pôr os fios, mas eu
suponho que quando põem fibra, ótica deviam tirar os fios de cobre. Quando acaba a TV Cabo,
deviam tirar as caixas e os fios da TV Cabo, porque os prédios estão uma vergonha. E
inclusivamente, os cabos de fibra ótica fazem rolos que ficam pendurados nos prédios. Acho que
é uma vergonha olhar para aquilo, é deprimente. -----

-----Era este o assunto. Eu penso que a Câmara poderá fazer qualquer coisa em prol disto,
e obrigar as operadoras a retirarem aquilo que é obsoleto. Nomeadamente, na Rua Biblioteca
Operária Oeirense, na Silva Paulo e no Bairro dos Sete Castelos eu tenho verificado isto. Verifico
que há prédios que não estão neste estado, portanto, eu suponho que as operadoras não tratam
todos os prédios da mesma maneira. Se calhar, os locais escondidos que não se veem da rua, estão
em pior estado.” -----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone
desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

5.2. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Não sei se o Senhor Presidente... Não tem esse dado... -----

----- Sim, é a Rua Doutor Silva Cunha. Sabe onde é? Na Quinta do Esmeraldo.”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito** -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. concluiu dizendo o seguinte:**-----

----- Muito obrigada. -----

----- Vamos averiguar, e depois daremos uma resposta, diremos, realmente, aquilo que foi averiguado e o que se pode fazer.” -----

5.3. A Senhora Maria Helena Vieira de Abreu, munícipe de Algés referiu o seguinte:-----

----- “Como hoje se falou aqui tanto de apelidos, se estivesse aqui o Senhor Vice-Presidente eu iria lamentar que ele tivesse deixado cair o apelido Abreu, mas deixou, porque não gosta dele.

----- Eu venho falar fundamentalmente de outra coisa, que é o Centro de Saúde de Algés. -

----- A vinte e oito de maio de mil novecentos e sessenta e três, deu-se o desastre da estação do Cais do Sodré que fez quarenta e nove mortos e sessenta e nove feridos. A minha mãe, que nessa tarde ia apanhar o comboio pelas quatro horas, salvou-se porque quando estava a chegar à estação passou um elétrico e ela, de repente, decidiu apanhá-lo. Em casa, passámos horas de angústia até ela chegar sã e salva, à Rua Damião de Góis, onde morávamos. -----

----- Da parte dos poderes, seguiram-se muitas missas, mas nunca se soube quem tinham sido os técnicos responsáveis pelos cálculos daquela pala de cimento armado que desabara, matando tanta gente. -----

----- A partir de então, a relação entre os técnicos e a política foi uma questão que trouxe comigo mesma, e nunca consegui vencer a raiva que sinto sempre que me vem à ideia este triste episódio. -- -----

-----Falando agora concretamente do Centro de Saúde de Algés:-----

-----Com a ajuda do engenheiro Frederico Malaneo, que é engenheiro de estruturas, elaborei algumas perguntas ou questões (algumas não são perguntas, já estão respondidas):-----

-----Houve certamente, no início de tudo, uma prospeção geológica e geotécnica do terreno. As condicionantes encontradas, em especial a nascente e a proximidade da ribeira, foram certamente postas em causa e estudadas;-----

-----Decorrente disso, na obra, foram com certeza utilizados betões hidrófugos com os aditivos adequados à qualidade da água em presença. Se tal não foi feito, e pelos vistos não foi, pode-se concluir que houve uma deficiência de base no próprio projeto ou então na execução da obra.-----

-----Certamente que já antes, logo depois da inauguração, quando dois dos andares subterrâneos se mostraram impraticáveis, quando foi necessário aumentar a potência elétrica, em dois geradores, para manter a extração quase contínua da água, quando um dos elevadores internos praticamente nunca funcionou, a Câmara Municipal de Oeiras terá procurado identificar os responsáveis.-----

-----Quem foram?-----

-----O dono da obra? O projetista? O empreiteiro? Ou também a fiscalização?-----

-----Depois da catástrofe de dezembro passado, a Câmara terá feito uma auditoria, com mais empenho ainda. E terá chegado às suas conclusões.-----

-----Eu, como cidadã, gostaria de ter acesso às conclusões dessa auditoria. Sei que em última instância, a responsabilidade é política, mas isso não me basta. Gostaria de ver tornar públicas as conclusões dessa auditoria para ficarmos a saber os nomes dos técnicos que contribuíram para que Algés tenha (como terá sempre) um Centro de Saúde “aleijado” que tem custado, custa e custará milhares de euros aos contribuintes para o manter a funcionar. E para conhecermos também as medidas paliativas que estão a ser tomadas e a sua fundamentação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

técnico-científica. -----
----- Isto é, porque Algés precisa de saber, um bocadinho, as suas certezas uma vez que tudo que é provisório em Algés vira definitivo, e nós nunca sabemos nada do que nos espera.” ---

5.4. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obviamente que o Centro de Saúde foi construído de acordo com as regras de construção adequadas, com técnicos responsáveis, com os termos de responsabilidade assumidos, e, naturalmente que o que aconteceu, nas últimas cheias, as caves foram inundadas e, naturalmente que provocou danos ao funcionamento do edifício. Obviamente que houve estudos geotécnicos, houve tudo, e a auditoria que foi feita agora foi no sentido de verificar qual era o tipo de intervenção a ser feita, a intervenção está a ser feita. Agora, o que acontece é que as bombas que estavam instaladas, não foram acionadas, ou não estava em condições de funcionamento e, portanto, não foram capazes de extrair a água, ou nem sequer funcionaram. Ao que parece estavam na altura, incapazes.- -----

----- A Câmara Municipal (é tudo para cima da Câmara Municipal) fez a obra e entregou-a ao Ministério da Saúde. A manutenção e a reparação do edifício não competiam à Câmara Municipal, competia ao Ministério da Saúde. Eu sei que havia lá uns elevadores que a dada altura também estavam com deficiências de funcionamento, acontece que o ACES adjudicou a manutenção a uma empresa do Ministério da Saúde, uma empresa que fazia outras manutenções no Ministério da Saúde, diferente daquela que tinha instalado os elevadores, e depois veio-se naturalmente, pedir à Câmara Municipal, para a Câmara providenciar essa reparação e foi feita a reparação dos elevadores. Com as cheias, digamos, agravou-se a situação, as obras como digo, estão em curso. E, naturalmente, que todas as perguntas que a Senhora Helena Abreu coloca, pode ser devidamente informada pela Câmara Municipal. Aliás, a Câmara pode fornecer todos os elementos à Junta de Freguesia e pode consultar na Junta de Freguesia o relatório que diz respeito àquelas obras.-----

-----Agora, estão reunidas todas as condições para que, feitas as reparações, instaladas as bombas devidas, em situações normais, permite retirar toda a água desde que haja...porque é natural que haja aqui alguma permeabilidade, na última cave tem mesmo um tanque de captação de água, que recolhe as infiltrações daquela zona. Obviamente, que o edifício quando foi construído, respeitou... o facto de estar próximo da ribeira é absolutamente irrelevante, porque até dentro das ribeiras se podem fazer obras. Portanto, essa ideia de que... Fazem-se pontes, os pilares das pontes estão no meio do rio, não é? Essa ideia de se dizer que o Centro de Saúde... porque também essa ideia é peregrina. Tirar de lá o Centro de Saúde, era tirar de lá aqueles prédios todos, porque todos os prédios entre a Avenida dos Combatentes e a Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés, estão em leito de cheia, todos eles. Aliás, a baixa de Lisboa está toda em leito de cheia. Portanto, há para aí uma paranoia com esta coisa. Têm é de ser criadas condições estruturais que impeçam realmente a chegada da água, quer dizer o transbordo... naquele caso de Algés, o principal perigo ali, é a ribeira, é o transbordo da ribeira no Largo Comandante Augusto Madureira.

-----É um assunto que está perfeitamente identificado,...porque há pessoas que agora parece que descobriram a pólvora, de repente, há mais de vinte e cinco ou trinta anos, que está identificado o problema das cheias de Algés, não é a primeira vez que transborda, transbordou em sessenta e sete, transbordou em oitenta e três, transbordou em oitenta e sete ou oitenta e oito e transbordou agora em dois mil e vinte e dois. Portanto, a situação está perfeitamente identificada, é necessário duplicar a secção da ribeira, chegou a estar pronto um projeto, mas entretanto...era o Instituto Nacional da Água que ia fazer essa obra, a Câmara comprometeu-se a participar com cinquenta por cento, o resto seriam fundos comunitários, não houve os fundos comunitários...Por acaso, tenho esta semana uma reunião com o Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, justamente para discutirmos a possibilidade de uma programação para a realização da obra da Ribeira de Algés, para a duplicação da ribeira. É indiscutível que é a única obra estrutural que é capaz de resolver o problema das cheias em Algés. Portanto, está perfeitamente identificado, agora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tem é de se fazer essa obra. Enquanto não se fizer, obviamente que há determinadas... no caso do Centro de Saúde é preciso, no caso das caves, que a bomba funcione e havendo qualquer... obviamente que a chegada da água ao nível do rés-do-chão, que estamos a... foi feito o levantamento de todas as situações de Algés onde podem ser instaladas comportas, estão-se a preparar os projetos para isso tudo, as comportas, uma bomba de extração de água na Major Afonso Palla, mas são naturalmente paliativos para situações que não sejam de grande gravidade, não é? Resolver o problema definitivo, como digo, só com as obras da ribeira. -----

----- Quanto ao Centro de Saúde, está em obras e vai funcionar bem, e em breve será aberto.” --- -----

5.5. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Muito obrigada a todos pela vossa presença. Quer fazer uma intervenção?” -----

5.6. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----

----- “Quero Senhora Presidente, dizer que, pelos vistos, o Senhor Presidente não sabe que atualmente e diariamente estão a ser extraídos milhares de litros de água, do Centro de Saúde Algés. Portanto, não se trata apenas de uma inundação, trata-se sim de um problema contínuo, eventualmente será derivado de uma nascente de água que há naquele local. -----

----- Dizer também Senhora Presidente, que o Grupo Político Evoluir Oeiras, requer então o acesso também a este relatório referido, que a cidadã poderia consultar na Junta, portanto, para ceder o documento aqui a todos os Deputados da casa. Muito obrigada. Boa tarde.” -----

5.7. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “O relatório? Mas... desculpe. O que é que?” -----

5.8. O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

----- “O relatório da empreitada.” -----

5.9. A Senhora Presidente da A.M. concluiu dizendo o seguinte:-----

-----“Quer o relatório da empreitada?-----

-----Bem, meus senhores, vamos então encerrar esta nossa reunião. Muito boa noite para todos e também para quem nos acompanha em suas casas”-----

6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

-----A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e pelos Secretários da Mesa. -----

-----A Presidente,-----



-----O Primeiro Secretário,-----



-----A Segunda Secretária,-----

